

2ª Fase

AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

SUMÁRIO

AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA	32
1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TERRITÓRIO	33
1.1. ANÁLISE GEOPOLÍTICA	33
1.2. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE MARILUZ SEGUNDO A DOCUMENTAÇÃO TERRITORIAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE	34
1.3. ANÁLISE HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO ESTADO DO PARANÁ.....	35
1.3.1. <i>COMENTÁRIOS SOBRE A OCUPAÇÃO DA REGIÃO NORTE DO PARANÁ</i> 41	
1.3.2. <i>RETRATO DA MESORREGIÃO NOROESTE PARANAENSE</i>	47
1.3.3. <i>EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO ESTADO COMPARADA À EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ</i>	52
1.4. RETRATO DA MICRORREGIÃO DE UMUARAMA	53
2. CARACTERÍSTICAS DO MEIO FÍSICO.....	57
2.1. CLIMA	59
2.2. CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA.....	68
2.3. ASPECTOS PEDOLÓGICOS.....	71
2.4. TOPOGRAFIA.....	72
2.5. CONDICIONANTE GEOTÉCNICO.....	78
2.6. RECURSOS HÍDRICOS E QUALIDADE DA ÁGUA.....	78
2.6.1. <i>POTENCIAL HÍDRICO DO ESTADO DO PARANÁ</i>	79
2.6.2. <i>POTENCIAL HÍDRICO DA MESORREGIÃO NOROESTE</i>	80
2.6.3. <i>POTENCIAL HÍDRICO DO MUNICÍPIO DE MARILUZ</i>	80
2.7. PONTOS DE POLUIÇÃO	88
2.8. COBERTURA FLORESTAL E VEGETAÇÃO	90
2.9. ÁREA DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PERMANENTE	93
3. IDENTIFICAÇÃO DAS TENDÊNCIAS SÓCIO-ESPACIAIS DE MARILUZ	98
3.1. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NO TERRITÓRIO MUNICIPAL ENTRE 1991 E 2000	100
3.2. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH DE MARILUZ	104
3.3. EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE EDUCAÇÃO / ESCOLARIDADE.....	107
3.4. EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DE MARILUZ ENTRE OS ANOS DE 1991 A 2006	109
3.4.1. <i>ANÁLISE DOS INDICADORES DE SAÚDE MUNICIPAL</i>	110
3.4.2. <i>IDENTIFICAÇÃO DAS TENDÊNCIAS ESPACIAIS NA ÁREA DA SAÚDE NOS ÚLTIMOS 10 ANOS</i>	112
3.5. EVOLUÇÃO DA RENDA PER CAPITA MUNICIPAL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS	114

3.6.	EVOLUÇÃO MUNICIPAL DO USO DA ENERGIA ELÉTRICA E ABASTECIMENTO DE ÁGUA	116
3.7.	EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE MORADIA.....	120
4.	IDENTIFICAÇÃO DA TENDÊNCIA ECONÔMICA DE MARILUZ	121
4.1.1.	<i>ESTRUTURA PRODUTIVA REGIONAL E MUNICIPAL – EVOLUÇÃO ÚLTIMOS 10 ANOS.....</i>	<i>123</i>
4.1.2.	<i>CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DE MARILUZ</i>	<i>125</i>
4.1.3.	<i>PRODUTO INTERNO BRUTO DE MARILUZ E PIB PER CAPITA.....</i>	<i>127</i>
4.2.	OFERTA E DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO SEGUNDO A RENDA	127
4.2.1.	SETOR PRIMÁRIO.....	129
4.2.2.	SETOR SECUNDÁRIO.....	131
4.2.3.	COMÉRCIO E SERVIÇOS.....	133
4.2.4.	POTENCIAL TURÍSTICO.....	134
4.2.5.	FATORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.....	136
4.2.6.	PAPEL E FUNÇÃO DO MUNICÍPIO NA MESORREGIÃO	137
4.2.7.	REDE URBANA, ÁREA DE INFLUÊNCIA E RELAÇÕES COM OS MUNICÍPIOS VIZINHOS.....	137
5.	CARACTERIZAÇÃO E TENDÊNCIAS DO USO DO SOLO E DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	138
5.1.	EVOLUÇÃO DO PARCELAMENTO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	138
5.2.	DINÂMICA DO MERCADO DE TERRAS E SUA EVOLUÇÃO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS	142
5.3.	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO E RURAL	142
5.4.	USO DO SOLO RURAL	151
5.5.	DEMANDA POR SOLO URBANO NA ATUALIDADE E NOS PRÓXIMOS 10 ANOS	151
5.6.	ÁREAS DE OCUPAÇÃO IRREGULAR.....	153
5.7.	CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS SUBUTILIZADAS, OCUPAÇÃO DO SOLO E ÁREAS COM PRECARIIDADE DE INFRA-ESTRUTURA.....	153
5.8.	POLÍTICA DE HABITAÇÃO POPULAR.....	154
6.	SITUAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS	155
6.1.	SANEAMENTO AMBIENTAL	156
6.1.1.	<i>ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS.....</i>	<i>156</i>
6.1.2.	<i>DRENAGEM URBANA – SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS.....</i>	<i>161</i>
6.1.3.	<i>RESÍDUOS SÓLIDOS – SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS.....</i>	<i>163</i>
6.2.	SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTE.....	168

6.2.1.	PAVIMENTAÇÃO - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS	175
6.2.2.	CALÇAMENTO - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS	179
6.2.3.	TRÂNSITO.....	181
6.3.	ARBORIZAÇÃO URBANA.....	185
6.4.	ÁREA PÚBLICA DE LAZER.....	190
6.5.	ENERGIA ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇÕES	194
6.5.1.	ENERGIA ELÉTRICA - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS.....	194
6.5.2.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS.....	194
6.5.3.	COMUNICAÇÃO - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS.	194
6.6.	EQUIPAMENTOS SOCIAIS E SERVIÇOS PÚBLICOS.....	198
6.6.1.	EDUCAÇÃO – SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS	198
6.6.2.	SAÚDE - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS....	202
6.6.3.	AÇÃO SOCIAL - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS	204
6.6.4.	SEGURANÇA PÚBLICA - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS.....	207
6.6.5.	ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS	207
6.6.6.	IGREJAS E TEMPLOS.....	208
6.6.7.	CEMITÉRIO E SERVIÇOS FUNERÁRIOS.....	212
7.	ASPECTOS INSTITUCIONAIS DO MUNICÍPIO DE MARILUZ	219
7.1.	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	220
7.1.1.	DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.....	224
7.2.	PODER LEGISLATIVO DE MARILUZ.....	225
7.3.	LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	225
7.3.1.	LEI ORGÂNICA MUNICIPAL – CAPÍTULO DA POLÍTICA URBANA.....	226
7.3.2.	PLANO PLURIANUAL – LEI 1.356/95.....	226
7.3.3.	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO).....	227
7.3.4.	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA).....	227
7.3.5.	LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA	227
7.3.6.	PERÍMETRO URBANO – LEI 1.157/95.....	228
7.3.7.	ZONEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO- LEI 1.158/95	228
7.3.8.	LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO – LEI 1.164/95.....	228
7.3.9.	LEI DO SISTEMA VIÁRIO – LEI 1.162/95.....	229

7.3.10.	CÓDIGO DE OBRAS – LEI 1.165/95	229
7.3.11.	CÓDIGO DE POSTURAS – LEI 1.163/95	229
7.4.	DESEMPENHO FISCAL DO MUNICÍPIO DE MARILUZ	229
7.4.1.	INDICADORES DE RECEITA	229
7.4.2.	INDICADORES DE DESPESA	230

ÍNDICE DE PRANCHAS

PRANCHA 1:	Histórico da Ocupação do Paraná I	45
PRANCHA 2:	Histórico da Ocupação do Paraná II	46
PRANCHA 3:	Mesorregiões do Estado do Paraná	50
PRANCHA 4:	Microrregiões do Noroeste Paranaense	51
PRANCHA 5:	Clima segundo Koppen	61
PRANCHA 6:	Temperatura Média Anual	62
PRANCHA 7:	Temperatura Média Máxima	63
PRANCHA 8:	Temperatura Média Mínima	64
PRANCHA 9:	Precipitação Média Anual	65
PRANCHA 10:	Umidade Relativa Anual	66
PRANCHA 11:	Direção Predominante dos Ventos	67
PRANCHA 12:	Geologia do Estado do Paraná – 2004.	70
PRANCHA 13:	Declividade Municipal	74
PRANCHA 14:	Solos do Município de Mariluz.....	75
PRANCHA 15:	Declividade Urbana.....	76
PRANCHA 16:	Hipsometria Municipal	77
PRANCHA 17:	Localização das Bacias Paranaenses	84
PRANCHA 18:	Sub-Bacias Hidrográficas do Município de Mariluz.....	85
PRANCHA 19:	Exposição de Vertentes no Município	86
PRANCHA 20:	drenagem municipal	87
PRANCHA 21:	Cobertura Vegetal do Paraná	91
PRANCHA 22:	Cobertura Vegetal Original do Município	92
PRANCHA 23:	Evolução Urbana.....	140
PRANCHA 24:	Divisão de Bairros.....	141
PRANCHA 25:	Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano – Lei Nº 1158/95.....	147
PRANCHA 26:	Uso do Solo Urbano	148
PRANCHA 27:	Densidade Demográfica na Área Urbana.....	149
PRANCHA 28:	Tipologia Construtiva	150
PRANCHA 29:	Rede de Abastecimento de Água	159
PRANCHA 30:	Rede de Esgoto.....	160
PRANCHA 31:	Rede de Drenagem Urbana	162

PRANCHA 32: Coleta de Lixo.....	165
PRANCHA 33: Varrição Pública.....	167
PRANCHA 34: Sistema Viário Municipal	173
PRANCHA 35: Sistema Viário Urbano.....	174
PRANCHA 36: Pavimentação Urbana	178
PRANCHA 37: Tráfego e Transportes	184
PRANCHA 38: Arborização Urbana	189
PRANCHA 39: áreas públicas lazer	193
PRANCHA 40: Rede de Energia Elétrica.....	196
PRANCHA 41: comunicação.....	197
PRANCHA 42: Equipamentos Urbanos I – Educação	215
PRANCHA 43: Equipamentos Urbanos II – Saúde e Ação Social.....	216
PRANCHA 44: Equipamentos Urbanos III – Igrejas e Cemitério.....	217
PRANCHA 45: Equipamentos Urbanos IV – Prédios Públicos	218

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: Relação de Municípios Integrantes da Mesorregião Noroeste	48
TABELA 2: Evolução da População Total, Urbana e Rural no Estado, entre 1960 e 2007.	52
TABELA 3: Evolução Populacional do Noroeste Paranaense entre os anos de 1970 e 2007	53
TABELA 4: População da Mesorregião Noroeste e Estado do Paraná.....	53
TABELA 5: Comparativo entre as Microrregiões no Noroeste do Paraná por População Total entre 1980 e 2000	53
TABELA 6: Relação das Microrregiões localizadas no estado do Paraná.....	54
TABELA 7: Relação dos municípios pertencentes a Microrregiões de Paranavaí, Umuarama e Cianorte	54
TABELA 8: Poluição do Ar em Mariluz	88
TABELA 9: Poluição do Recurso Água em Mariluz.....	89
TABELA 10: Ações de Controle da Poluição.....	89
TABELA 11: Contaminação do Solo em Mariluz	89
TABELA 12: Área, Localização e Âmbito de Governo das Unidades de Conservação (UC) da Mesorregião Noroeste – Paraná – 2003.....	94
TABELA 13: Área de Proteção Ambiental da Mesorregião Noroeste	95
TABELA 14: Cadastro Eleitoral 2008.....	100
TABELA 15: Distribuição da População no Território Municipal nos anos de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2007.	101
TABELA 16: Grau de Urbanização do Município de Mariluz nos anos de 1990 a 2007.....	101
TABELA 17: Distribuição da População Masculina e Feminina no Território Municipal nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000.....	102

TABELA 18: População Censitária segundo as Faixas Etárias e Sexo – 2000.....	102
TABELA 19: População segundo as Faixas Etárias e Sexo – Contagem 2007.	102
TABELA 20: Taxa Geométrica de Crescimento Anual de Mariluz	103
TABELA 21: Projeção Populacional de Mariluz.....	104
TABELA 22: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) para mariluz	105
TABELA 23: Comparativa entre os índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) de 1991	105
TABELA 24: Comparativa entre os índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) de 2000	105
TABELA 25: Índice de Desenvolvimento Municipal – IDH de 1991 e 2001 dos Municípios da Microrregião de Umuarama.....	106
TABELA 26: Indicadores de Exclusão Social para o Município de Mariluz - 2000.....	106
TABELA 27: Indicadores de Pobreza para o Município de Mariluz – 2000.....	107
TABELA 28: Nível Educacional da População para Crianças e Adolescentes – 1991 e 2000	108
TABELA 29: Nível Educacional da População Adulta (25 Anos ou mais), 1991 e 2000.....	109
TABELA 30: Percentual de Pessoas de 25 Anos ou Mais Analfabetas, 2000.....	109
TABELA 31: Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – 1991 e 2000	110
TABELA 32: Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – 1991 – 2000 – Ranking de Mariluz dentre os municípios do Paraná	110
TABELA 33: Indicadores de Desenvolvimento Humano.....	110
TABELA 34: Número de Óbitos e Principais causas em Mariluz - 2006.....	111
TABELA 35: Equipamentos Públicos de Saúde.....	112
TABELA 36: Cobertura Vacinal do Município.....	113
TABELA 37: Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade, 1991 e 2000	115
TABELA 38: Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População, 1991 e 2000 ...	115
TABELA 39: Percentual de População em Domicílios Atendidos por Energia Elétrica e Utensílios.....	117
TABELA 40: Percentual de População em Domicílios Atendida por Serviços Públicos Básicos – Indicadores de Qualidade de Vida, 1991 e 2000	118
TABELA 41: Número de Domicílios Segundo Uso e Zona – 2000	120
TABELA 42: Moradores em Domicílios Particulares e Permanentes por Situação do Domicílio – 1991 e 2000	120
TABELA 43: Empreendimentos Administrados pela Cohapar no Município de Mariluz	121
TABELA 44: Participação no valor adicionado fiscal do estado, municípios da Mesorregião Noroeste, 1996-2000	125
Tabela 45: Valor Adicionado Fiscal segundo os Ramos de Atividades - 2008	126
TABELA 46: PIB a Preços Básicos Segundo os Ramos de Atividades – 2008	127
TABELA 47: Distribuição Setorial dos Ocupados no Município de Mariluz - 2000	128

TABELA 48: Domicílios Segundo Renda do Chefe da Família.....	129
TABELA 49: Número de Estabelecimentos Agrícolas e Área Ocupada em Mariluz e no Paraná	129
TABELA 50: Área colhida, produção, Rendimento Médio e Valor da produção Agrícola de 2008.....	130
TABELA 51: Efetivo de Pecuária e Ave	130
TABELA 52: Emprego e Número de Estabelecimentos nas Indústrias de Mariluz - 2008	132
TABELA 53: Bens e Serviços Urbanos Disponíveis, 2009	133
TABELA 54: População Projetada para Mariluz.....	152
TABELA 55: Demanda Estimada de Lotes Urbanos.....	153
TABELA 56: Situação de Regularização Fundiária	153
TABELA 57: Relação entre Densidade Demográfica e Suporte de Infra-Estrutura.....	154
TABELA 58: Instrumentos e Políticas Habitacionais de Mariluz	154
TABELA 59: abastecimento de Água pela SAMAE, segundo as categorias	156
TABELA 60: Domicílios Particulares permanentes por forma de escoamento da instalação sanitária – 2000.....	157
TABELA 61: Número de Veículos no Município de Mariluz – Março de 2009.....	182
TABELA 62: Estabelecimentos de Ensino de Mariluz.....	198
TABELA 63: Cobertura Vacinal do Município	203
TABELA 64: Equipamentos Culturais	208
TABELA 65: Composição do Quadro de Pessoal da Administração Direta	222
TABELA 66: Cadastro Imobiliário.....	222
TABELA 67: Instrumentos de Planejamento Municipal	223
TABELA 68: Instrumento de Política Urbana.....	223
TABELA 69: Situação da Agenda 21 local no Município de Mariluz	224
TABELA 70: Convênios e Consórcios Municipais	224
TABELA 71: Relação de Conselhos Municipais de Mariluz	224
TABELA 72: Relação dos Vereadores eleitos de Mariluz para a Gestão 2009-2012.....	225
TABELA 73: Dimensão Mínima para Lotes Urbanos.....	228
TABELA 74: Receita Municipais segundo as categorias - 2008	229
TABELA 75: Receitas Correntes Municipais segundo as categorias - 2008.....	230
TABELA 76: Receitas Tributárias Municipais segundo as categorias - 2008.....	230
TABELA 77: Despesas Municipais segundo as categorias - 2008	231
TABELA 78: Despesas Correntes Municipais segundo as categorias - 2008.....	231
TABELA 79: Despesas de Capital Municipais segundo as categorias - 2008.....	231
TABELA 80: Despesas Municipais por Função – 2008	231

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: Plano de Colonização do Paraná - 1947	44
FIGURA 2: Mapa das Microrregiões Paranaenses	54
FIGURA 4: Uso Potencial do Solo	71
FIGURA 5: Áreas Potenciais à Degradação do Solo	72
FIGURA 9: Perfil Topográfico Municipal.....	73
FIGURA 11: Hidrografia, Bacias e IQA.....	82
FIGURA 12: Ribeirão Jacutinga – Sem Mata Ciliar.....	83
FIGURA 13: Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade	96
FIGURA 14: Cobertura Vegetal Nativa – Regiões Fitogeográficas	97
FIGURA 15: Cobertura Vegetal e Reflorestamento – 2001-2002	97
FIGURA 16: Unidades de Conservação, Corredores de Biodiversidade e Terras Indígenas Demarcadas	98
FIGURA 17: Grau de Urbanização – 2000.....	101
FIGURA 18: Esperança de Vida ao Nascer – 2000	111
FIGURA 19: Rede Hospitalar do SUS – 2002.....	113
FIGURA 20: Índice de Gini – 2000.....	115
FIGURA 21: PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO TOTAL DO EMPREGO FORMAL - 2003	116
FIGURA 22: CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA RESIDENCIAL POR MUNICÍPIO DO PARANÁ – 2000.....	117
FIGURA 23: Consumo de Energia Elétrica Rural por Município de Paraná – 2000.....	118
FIGURA 24: Domicílios Atendidos por rede geral de Abastecimento de Água – 2000.....	119
FIGURA 25: Domicílios Atendidos por Rede de Esgoto Sanitário por Rede Geral ou Pluvial – 2000.....	119
FIGURA 26: Ocupação por Setores Predominantes da Mesorregião Noroeste – 2000.....	128
FIGURA 27: Pastagem – Produção Pecuária.....	131
FIGURA 29: Indústria de Óleos Vegetais Borghetti.....	132
FIGURA 30: Fábrica de Jeans	133
FIGURA 31: Comércio na Avenida.....	134
FIGURA 32: Festas Municipais em Mariluz	135
FIGURA 33: Festas Municipais em Mariluz	136
FIGURA 34: Rede de Cidades – 2000	138
FIGURA 35: Conjunto Habitacional.....	139
FIGURA 36: Uso Comercial na Avenida Marília.....	144
FIGURA 37: Residência Térrea em Alvenaria	144
FIGURA 38: Residência em Madeira	145
FIGURA 39: Residência com Risco de Resabamento	145

FIGURA 40: Construção com 2 Pavimentos	146
FIGURA 41: Construção no Recuo Frontal Infringindo a Legislação.....	146
FIGURA 46: Reservatório de Água SAMAE.....	157
FIGURA 47: Tratamento de Esgoto SAMAE.....	158
FIGURA 48: Fossa Negra.....	158
FIGURA 49: Fossa na Calçada com Abertura.....	158
FIGURA 50: Boca de Lobo: Rua Santa Catarina.....	161
FIGURA 51: Lixo Queimado em Lote Urbano.....	164
FIGURA 52: Lixo Queimado na Periferia.....	164
FIGURA 53: Lixo Acumulado – Rua Castelo Branco.....	164
FIGURA 54: Asfalto PR-468 sentido Umuarama - Mariluz.....	168
FIGURA 55: Tráfego de Máquinas Agrícolas na PR-468.....	168
FIGURA 56: Perfil da Avenida Marília.....	169
FIGURA 57: Perfil da Avenida Raimundo José dos Santos.....	169
FIGURA 58: Perfil da Rua Galdino de Almeida.....	169
FIGURA 59: Perfil da Rua Presidente Floriano Peixoto.....	170
FIGURA 60: Perfil da Rua Alagoas.....	170
FIGURA 61: Perfil da Rua Galdino de Almeida.....	171
FIGURA 62: Perfil da Rua Cruzeiro do Oeste.....	171
FIGURA 63: Perfil da Rua Castelo Branco.....	171
FIGURA 64: Perfil da Rua Epitácio Pessoa.....	172
FIGURA 65: Pavimentação no Conjunto Princesinha do Oeste.....	175
FIGURA 66: Pavimentação Asfáltica com Buracos.....	176
FIGURA 67: Via Sem Pavimentação.....	176
FIGURA 68: Erosão na Rua Geremias Gonçalves Rocha.....	177
FIGURA 69: Esquina das Ruas Floriano Peixoto e Geremias Gonçalves Rocha Sendo Usadas como Canteiro de Obra.....	179
FIGURA 70: Rua Geremias Gonçalves Rocha Sendo Usada como Canteiro de Obras.....	180
FIGURA 71: Calçada sem Acessibilidade com Mureta, Rampa e Fossa.....	180
FIGURA 72: Calçada sem Pavimentação.....	180
FIGURA 73: Tráfego Pesado na Avenida Marília.....	181
FIGURA 74: Terminal Rodoviário.....	183
FIGURA 75: Viveiro Municipal.....	186
FIGURA 76: Viveiro Municipal.....	186
FIGURA 77: Arborização Descaracterizada na Avenida Cruzeiro do Oeste.....	187
FIGURA 78: Arborização com Sibipiruna.....	187
FIGURA 79: Arborização com Magnólia.....	188
FIGURA 80: Fícus com Mureta - Rua Epitácio Pessoa.....	188

FIGURA 81: Estádio Municipal Azarias Dinis.....	191
FIGURA 82: Campo de Futebol	191
FIGURA 83: Salão Comunitário José Joaquim Santos.....	192
FIGURA 84: Mariluz Country Clube.....	192
FIGURA 85: Antenas Parabólicas	195
FIGURA 86: Antena BrasilTelecom.....	195
FIGURA 87: Escola Municipal Arnaldo Busato.....	200
FIGURA 88: Escola Municipal Manoel Ribas.....	200
FIGURA 89: Colégio Estadual José Alfredo Almeida	200
FIGURA 90: Centro de Educação Infantil Hilmar Rubens Miyakawwa	201
FIGURA 91: Cemic – Centro Educação do Menor Infrator	201
FIGURA 92: Centro de Saúde Joaquim Lopes Gutierrez	201
FIGURA 93: Laboratório São Rafael.....	203
FIGURA 94: Divisão Municipal de Ação Social.....	206
FIGURA 95: Albergue	206
FIGURA 96: Guarda Mirim.....	207
FIGURA 97: Segurança Pública	207
FIGURA 98: Igreja Matriz.....	209
FIGURA 99: Igreja Presbiteriana Independente	209
FIGURA 100: Igreja Congregação Batista	210
FIGURA 101: Igreja Assembléia de Deus	210
FIGURA 102: Igreja Adventista do Sétimo Dia	210
FIGURA 103: Igreja Congregação Crstã do Brasil.....	211
FIGURA 104: Igreja Assembléia de Deus	211
FIGURA 105: Igreja Jesus Luz do Mundo	211
FIGURA 106: Igreja Pentecostal Deus é Amor	212
FIGURA 107: Igreja Evangelho Pentecostal do Poder de Deus	212
FIGURA 108: Funerária Moreira Sales	213
FIGURA 109: Cemitério São João Batista - Entrada.....	213
FIGURA 110: Cemitério São João Batista	214
FIGURA 111: Cemitério São João Batista – Área de expansão	214
FIGURA 112: Prefeitura Municipal.....	219
FIGURA 113: Câmara Municipal	220
FIGURA 113: Prefeito Municipal – Gestão 2009-2012	220
FIGURA 114: Organograma da Prefeitura Municipal – Lei 1.130/94.....	221

SIGLAS

Área de Proteção Ambiental – APA;
Área de Proteção Permanente – APP;
Associação de Proteção à Maternidade e a Infância – APMI;
Centro de Convivência do Idoso – CONVIVER;
Centro de Especialidades Odontológicas – CEO;
Centro de Estudos do Menor e Integração a Comunidade – CEMIC;
Centro Municipal de Ensino Infantil – CMEI;
Centro de Referência da Assistência Social – CRAS;
Código Brasileiro de Trânsito – CBT;
Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP;
Companhia Habitacional do Paraná – COHAPAR;
Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL;
Companhia Saneamento Básico do Paraná – SANEPAR;
Confederação Nacional dos Municípios – CNM;
Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
Constituição Federal – CF;
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;
Empresa de Correios e Telégrafos – ECF;
Empresa Paranaense de Equipe Técnica e Extensão Rural – EMATER;
Floresta Estacional Semidecidual - FES;
Floresta Ombrófila Mista – FOM;
Fundação Nacional de Saúde – FUNASA;
Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;
Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU;
Índice de Desenvolvimento Humano – IDH;
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M);
Índice de Qualidade das Águas – IQA;
Instituto Ambiental do Paraná – IAP;
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA;
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES;
Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional – ITDE;
Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO;
Lei Orçamentária Anual – LOA;
Lei Orgânica Municipal – LOM;

Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL;
Minerais do Paraná – MINEROPAR;
Organização das Nações Unidas – ONU;
Produto Interno Bruto – PIB;
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
Programa do Voluntariado Paranaense – PROVOPAR;
Programa Saúde da Família – PSF;
Reserva Particular de Proteção Natural – RPPN;
Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE;
Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA;
Secretaria Estadual de Saúde – SESA;
Sistema de Crédito Cooperativo - SICREDI
Superintendência de Controle da Erosão e Saneamento Ambiental do Paraná – SUCEAM;
Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDHERSA;
Unidade de Conservação – UC;
Universidade Estadual de Maringá – UEM;
Universidade Federal do Paraná – UFPR;
Universidade Federal Tecnológica do Paraná – UFTPR;
Valor Adicionado Fiscal – VAF;
Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná – ZEE.

AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

Esta primeira parte do trabalho consistiu no levantamento de informações e avaliação geral das condições de desenvolvimento do Município de MARILUZ. Com o apoio em dados quantitativos e qualitativos relevantes foram levantados e avaliados os aspectos mais significativos no sentido de reproduzir o melhor perfil do que representa o município no momento presente. Entre esses aspectos destaca-se, o histórico do município e da região na qual se insere MARILUZ, os aspectos regionais que interferem na dinâmica socioeconômica e ambiental do município, os aspectos socioeconômicos próprios do município assim como sua caracterização sócio-espacial, de infra-estrutura e serviços públicos, e, por fim, seus aspectos administrativo-institucionais.

As análises que seguem permitiram caracterizar o atual estágio de desenvolvimento de MARILUZ, com a identificação da natureza e extensão dos problemas que atualmente condicionam o seu crescimento e afligem sua população, com o reconhecimento das deficiências e potencialidades do município, bem como a percepção de possíveis soluções para essas deficiências e para o aproveitamento dessas potencialidades.

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TERRITÓRIO

1.1. ANÁLISE GEOPOLÍTICA

O Município de Mariluz é parte integrante da República Federativa do Brasil e do Estado do Paraná, exercendo a competência e autonomia política, administrativa, financeira e legislativa, asseguradas pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e por esta Lei Orgânica.

As coordenadas geográficas que localizam o território são: Longitude de 53° 08'45" Oeste e a Latitude de 24° 00'07" Sul. Quanto às características gerais do território, Mariluz está localizada geograficamente na região Oeste do Paraná, também denominada de Norte Novíssimo, no Terceiro Planalto Paranaense, com uma altitude média de 500 metros do nível do mar. O território municipal é composto pelo Distrito Administrativo sede de Mariluz, o Distrito de São Luiz, a Vila Rural e as comunidades e as propriedades rurais, além do Assentamento Nossa Senhora Aparecida, existente desde 1996.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, Mariluz é reconhecida pelo código 411510, localiza-se na mesorregião Noroeste Paranaense e agrupa-se na Microrregião de Umuarama.

Os limites político-administrativos de Mariluz estão estabelecidos com os municípios de Moreira Sales, com divisas a leste, Goioere e Formosa do Oeste, com divisas a sul, Umuarama e Alto Piquirí, com divisas a oeste e Cruzeiro do Oeste, com divisas a norte. Mariluz é Distrito Judiciário pertencente à Comarca de Cruzeiro do Oeste e é compreendido na 086ª Zona Eleitoral. O código de Discagem Direta à Distância – DDD é o número 044 e o Código de Endereçamento Postal – CEP 87.470-000.

Os feriados municipais festejados são: o dia 29 de novembro, quando se comemora o aniversário da cidade e o dia 13 de junho, quando se comemora o padroeiro do município.

Através do último censo demográfico nacional realizado em 2000, com a publicação de dados em 2001, Mariluz possui área de 433km². Em 2007 a população local totalizou 10.461 habitantes, com uma densidade demográfica de 22,5 hab/Km² e taxa de urbanização em 81,62%. Seu nativo é denominado mariluzense.

1.2. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE MARILUZ SEGUNDO A DOCUMENTAÇÃO TERRITORIAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

Data do final da década de 40 e início da década de 50, os relatos da presença mais constante de atividades econômicas sendo desenvolvidas onde hoje se situa o município de Mariluz.

Trata-se de ações isoladas de abertura de fazendas e estradas na densa mata, sem no entanto, constar de assentamentos populacionais com atos de urbanização.

Entre 1951 e 1952 foram abertas as primeiras fazendas destinadas ao plantio de café.

A fundação da cidade deu-se em 1953, pela ação empreendedora de José Alfredo de Almeida e Francisco Antonio da Silva, que após organizarem a Colonizadora Mariluz, fizeram a demarcação de lotes urbanos e sua posterior venda. O trabalho de organização espacial da cidade contou ainda com a ajuda do agrimensor Laudelino Rosa de Melo e administração geral do processo de venda de lotes a João da Silva Lavandeira.

Pela Lei nº 29, de 23 de agosto de 1958, foi criado o Distrito Administrativo, com o nome de Mariluz. A denominação da localidade foi dada pela Colonizadora Mariluz, empresa que fundou o núcleo e que pretendeu homenagear os pioneiros.

Em 29 de novembro de 1963, pela Lei nº 4.788, foi criado o Município de Mariluz. A instalação ocorreu a 14 de dezembro de 1964, sendo o primeiro prefeito o Sr. Ramiro Rojo Souto.

O plano urbanístico projetado situa-se em relevo levemente ondulado tendo como limites bastante claros os Ribeirões Gavião e Jacutinga.

O solo fértil e os ganhos fáceis obtidos da cultura cafeeira permitiam o crescimento rápido do núcleo urbano inicial. Em 1955, foi instalada a primeira serraria da cidade e no ano seguinte já contava com estabelecimentos comerciais, em especial Agro-Industrial Mariluz de propriedade de José Alfredo de Almeida. Em 1958, a cidade já possuía farmácia, hospital, posto de gasolina, serrarias e outros estabelecimentos comerciais.

A população do município de Mariluz foi formada por emigrantes de varias regiões do país, em especial, paulistas, paranaenses, cearenses, pernambucanos, sergipanos e baianos. Entre os estrangeiros, são encontrados na sua maioria, descendentes de italianos, portugueses, japoneses e alemães.

1.3. ANÁLISE HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO ESTADO DO PARANÁ

O Estado do Paraná é uma organização espacial ocorrida numa relação de tempo. Didaticamente, região é uma unidade básica de organização social, econômica e espacial ocorrida em certo espaço de tempo. Portanto o Paraná é uma região, pois apresenta e conserva estas características.

O território paranaense tem uma área absoluta de 199.323 km², representando 2,34% do território nacional. Conforme suas posições geográficas, o Estado se encontra na coordenada 22° 30' 58'' ao norte e na coordenada 26° 43' 00'' a sul, ambas coordenadas localizadas ao sul da Linha Imaginária do Equador. Tendo como referência o meridiano de Greenwich, o Paraná se encontra na coordenada 48° 05' 37'' a leste e na coordenada 54° 37' 08'' a oeste.

Os limites político-administrativos são os Estado do São Paulo a norte/nordeste; a centro-ocidental apresenta-se o Estado do Mato Grosso do Sul; a sul/sudeste apresenta-se o Estado de Santa Catarina. O Estado do Paraná também faz divisas com a República do Paraguai a oeste e a República Argentina a sudoeste. A fronteira marítima do Estado é o Oceano Atlântico numa fronteira de 98 quilômetros.

As cidades principais do Estado do Paraná são a sua capital Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, São José dos Pinhais e Paranaguá. A economia está pautada na agropecuária e industrialização. O Estado é reconhecido pela potencialidade agrícola, principalmente na sua capacidade de produção de grãos; e, no aspecto social pela diversidade de etnias que o formaram.

O Paraná é dividido geograficamente em 10 mesorregiões e 39 microrregiões. Mais informações sobre o Paraná serão apresentadas nos textos a seguir, principalmente sobre as matrizes produtivas. O território de Mariluz localiza-se na mesorregião Noroeste Paranaense e está agrupado na microrregião de Umuarama, com ocupação e colonização recente, se comparada aos primeiros núcleos e povoados.

Com relação à dialética no território, a ocupação através do tempo se dá pelos seguintes acontecimentos. A pré-história paranaense ainda é um vasto campo a ser estudado pela Arqueologia. As pesquisas realizadas por Igor Chmyz (Cardoso, 1986) encontraram vestígios da ocupação mais antiga no Paraná, datadas até 7500 a.C.,

denominada por ele como Fase Vinitu¹, a qual se concentrou na margem esquerda do Rio Paraná, no trecho entre os rios Piquiri e Iguaçu.

A Tradição Humaitá² foi encontrada em vários sítios, datados entre 5000 e 2500 a.C., localizados sobre a mesma região da Fase Vinitu, e em outros sítios em Porto Rico, ao longo do Médio Ivaí e Alto Ivaí, próximo à Foz do Rio Corumbataí e também na foz do Rio Pirapó e do Rio Itararé com o Rio Paranapanema. Deste mesmo período são datados vários sítios da Fase Bituruna, encontrados ao longo do Médio Iguaçu e em Guaratuba, além de vários sambaquis, na Baía de Paranaguá.

De 2500 a.C. até o Ano 0, restam vestígios reduzidos da Tradição Humaitá apenas na foz do Rio Itararé, no Médio Ivaí e no Rio Paraná, próximo à foz do Iguaçu. Entretanto, a Tradição Umbu floresce ao longo do Médio Iguaçu, espalhando-se rio acima, até chegar à Serra do Mar. Vários sambaquis atestam a presença litorânea destes povos durante este período.

A Tradição Itararé substitui a Tradição Humaitá, porém, ocupando menor área, principalmente ao longo do Médio Iguaçu até 1000 d.C. Apenas um sambaqui deste período de 0 a 500 d.C. é encontrado na Ilha dos Ratos, no litoral paranaense. A Tradição Tupi-Guarani surgem nos mesmos locais ocupados, 3500 anos antes, pela Tradição Humaitá, mesclados com a Tradição Casa de Pedra e Itararé em poucos locais.

A história do Paraná tem sido desde a chegada dos portugueses e espanhóis, até o século XX, a história da formação de uma unidade social sobre um território, cujo resultado se deve a três grandes movimentos colonizadores, dividindo o estado no que se chamou de Paraná Tradicional e Paraná Moderno (CARDOSO, 1986).

A partir da chegada dos portugueses e espanhóis, inicia-se o primeiro movimento colonizador em meio à disputa pela posse da terra entre Portugal e Espanha. O Tratado de Tordesilhas dispunha que as terras situadas até 370 léguas da mais ocidental das ilhas de Cabo Verde pertenceriam a Portugal, e as terras situadas além de 370 léguas pertenceriam à Espanha. Segundo a interpretação portuguesa, era legítima sua ocupação e conquista até a altura de Laguna, em Santa Catarina. Para os espanhóis, todavia, o meridiano de Tordesilhas perdia-se no mar, na altura da barra de Paranaguá. Assim, para eles era inexistente qualquer pretensão portuguesa, quer no Ocidente, como ao Sul de Paranaguá.

¹ Fase, segundo a terminologia de Chmyz, significa qualquer complexo cerâmico, lítico, padrões de habitação, etc. relacionados no tempo e no espaço, num ou mais sítios.

² Grupo de elementos ou técnicas acumuladas durante várias fases.

O português Aleixo Garcia, participando da expedição de Juan de Solis, em 1516, veio ter ao litoral catarinense. Em busca das faladas e prodigiosas riquezas que se diziam existir em império governado por um rei branco no interior do Continente, partiu Aleixo Garcia da ilha de Santa Catarina, varando terras e rios do território paranaense, descobrindo o Paraguai. Ele próprio jamais regressaria, havendo sido dizimado, com toda a sua expedição, por índios bravios de regiões paraguaias.

Martim Afonso, ante as notícias de riquezas no Ocidente, envia também, por terra, rumo ao Paraná, a expedição de Francisco Chaves e de Pero Lobo, a qual jamais regressaria, destroçada que foi por tribos indígenas, em território paranaense.

O rei Dom João III, atendendo a conselhos e compreendendo o perigo de ataques estrangeiros, adota no Brasil o sistema de Capitânicas Hereditárias. Em 1536, duas foram criadas no litoral paranaense: a de São Vicente, na região entre a barra de Paranaguá e Bertioga, doada a Martim Afonso, e a de Sant'Ana, desde a barra de Paranaguá, descendo pelo litoral Sul, até onde fosse legítima, pelo Tratado de Tordesilhas, a conquista e ocupação portuguesa, doada a Pero Lopes de Souza.

O alemão Hans Staden, naufragando na barra do Superaguí, em 1549, publica no ano de 1557 a primeira notícia sobre a baía de Paranaguá, bem como seu primeiro mapa.

Considerada legítima a posse espanhola, no Ocidente, Dom Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, em 1541, a partir da ilha de Santa Catarina, seguiu por terra, trilhando os passos de Aleixo Garcia, embrenhando-se na mata da orla atlântica, e vindo repontar nos Campos Gerais, de onde continuou pelos caminhos do Peabirú, varando por duas vezes o Iguaçu, até o Rio Paraná, atingindo seu objetivo, Assunção, através das terras do Paraná.

Os espanhóis procuraram estabelecer-se nas regiões ocidentais do Paraná, a fim de defender e efetivar sua posse, resguardando riquezas e índios, além de legitimar seus direitos segundo o Tratado de Tordesilhas.

Desse modo, em 1554, sob o governo de Martinez Irala, Diego de Vergara fundou a povoação de Ontiveiros, à margem oriental do rio Paraná, pouco acima da foz do rio Iguaçu. Em virtude da sua precariedade, a nova povoação seria, em 1557, transferida por Ruy Dias Melgarejo para a foz do rio Piquiri sob o nome de Ciudad Real del Guairá. Foi ainda Melgarejo que, em 1576 fundou, na confluência do rio Corumbataí com o rio Ivaí, a Villa Rica del Espiritu Santo, situada hoje no município de Fênix. O objetivo dessas povoações era segurar os caminhos do Peabirú ante uma avançada dos portugueses, rumo ao Ocidente.

Muitos outros viajantes palmilharam os caminhos do Paraná nessa conjuntura, sendo o mais conhecido o alemão Ulrich Schmidel, que deixou importante relato da viagem que realizou, em 1553, desde o Paraguai até o litoral paulista.

Os moradores de São Vicente e Cananéia intensificaram sua presença na baía de Paranaguá, procurando manter comércio com os índios do litoral. Há referências que alguns se estabeleceram na ilha de Cotinga, por volta de 1560-80.

Nas últimas décadas do século, os paulistas abrem ofensiva contra os indígenas. Assim, devem ser registradas as entradas de Jerônimo Leitão em 1585, Jorge Correia em 1594, Manoel Soeiro em 1595 e João Pereira de Souza em 1596, no território paranaense.

Os índios guaireños reagiram ao sistema de “encomiendas” adotado pelos espanhóis na região do Guairá e, de modo geral, contra o seu domínio. Hernando Arias Saavedra, adelantado de Assunção, teria sido batido pelos indígenas. Ante as dificuldades de submissão dos índios, Saavedra recomendou ao rei que a sua pacificação e conversão fosse confiada aos jesuítas espanhóis. A sugestão foi aceita, criando-se, por Carta Régia de 1608, a Província del Guairá, abrangendo justamente as terras do Ocidente do Rio Paraná. Ali seriam estabelecidas as Reduções Jesuíticas do Guairá.

Segundo o padre Antônio Ruiz de Montoya, reduções eram povoados de índios que, vivendo a sua antiga usança, haviam sido reduzidos pela diligência dos padres a povoações grandes e à vida política e humana.

A terra era de uso comunal. As lavouras - mandioca e milho - eram coletivas. A criação de gado efetivada sob o regime comunitário. Aos homens, em geral, cabiam os trabalhos mais pesados, da agricultura, da caça e da pesca, além dos ofícios especializados, como carpinteiros, pedreiros e outros. As mulheres ocupavam-se das artes, tecendo ou fiando panos e fios de algodão. Em geral, as atividades econômicas das Reduções estiveram ligadas à coleta e produção da erva-mate, exportada para a região do Prata.

Foram estabelecidas as Reduções de Nossa Senhora de Loreto, Santo Ignácio Mini, São Francisco Xavier, Nossa Senhora da Encarnação, São José, Sete Arcanjos de Taioba, São Paulo de Iniaí, Santo Antônio, São Miguel, Jesus Maria, São Tomé, São Pedro e Nossa Senhora da Conceição.

Os jesuítas tiveram pouco tempo para viver a experiência do Guairá, ameaçados pela oposição dos espanhóis e pela guerra movida pelos paulistas. Estes preferiam buscar suas presas nas Reduções, pois que os índios ali reunidos, além do

grande número, estavam praticamente incorporados à civilização e habituados aos trabalhos agrícolas da mandioca e do milho.

A bandeira que arrasou a empresa jesuítica do Guairá foi a de Antônio Raposo Tavares e Manoel Preto, organizada em São Paulo com 69 paulistas, 900 mamelucos e 3.000 índios, no final de 1628. Depois dos primeiros choques desde Encarnação, em janeiro de 1629, os paulistas atacaram Santo Antônio, cujo diretor, Padre Mola, recusara-se a entregar o índio Tataurana que ali se refugiara. Depois de continuados ataques, em março de 1629 estava destruída a obra dos jesuítas no Guairá. As povoações espanholas do Ocidente do rio Paraná também foram atacadas, de modo que tanto Ciudad Real como Villa Rica foram abandonadas em 1632. Os bandeirantes contiveram assim a expansão espanhola rumo ao Atlântico, afirmando para o domínio português as terras até a margem esquerda do rio Paraná.

Todavia, com os ataques bandeirantes, a destruição das Reduções e o abandono das vilas e cidades espanholas, o Ocidente do rio Paraná ficou em abandono por mais de um século.

Em 1750, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, com base no princípio do *uti-possidetis*. Assim, por esse Tratado, poderiam ser legitimadas as conquistas territoriais portuguesas, além do meridiano de Tordesilhas.

O Paraná, a não ser em estreita faixa litorânea, era pertencente à Espanha; porém, devido aos bandeirantes e, depois, à pertinácia dos Capitães-generais e seus comandados, que realizaram as expedições militares de conquista, seria, em função do tratado de Madri, todo ele incorporado à Coroa portuguesa.

Dentre as várias expedições militares de conquista, ocorridas entre 1768 e 1774, a mando do Capitão-general Dom Luiz Antônio, organizadas por Afonso Botelho e que exploraram, sobretudo os rios Tibagi, Ivaí, Piquirí e Iguaçu, chegando até o Rio Paraná, as mais longas, que mais adentraram pelo sertão paranaense são destacadas a seguir.

A expedição de Francisco Lopes da Silva e Estevam R. Baião que, em 1769, saindo do porto São Bento, no Tibagi, seguiu pela mata descobrindo o Rio Ivaí, e por ele desceu até as Sete Quedas no Rio Paraná. Na volta, a expedição desceu pelo Rio Paraná até o rio Iguaçu (Prancha 01).

Francisco Nunes Pereira, também em 1769, seguindo o mesmo caminho de Francisco Lopes da Silva pelo Rio Ivaí, onde encontrou as ruínas da Villa Rica del Espiritu Santu, desceu o Rio Paraná, explorou as correntezas do Rio Piquirí, subiu novamente o Rio Paraná alcançando a foz do Rio Tietê, por onde seguiu até São Paulo.

Também a expedição de Antônio Silveira Peixoto que, no mesmo ano, partindo de Caiacanga, próximo a Lapa, desceu o Rio Iguaçu e chegou às missões espanholas, onde foram presos e remetidos a Buenos Aires.

O segundo movimento colonizador começa em 1829, com a vinda das primeiras famílias de imigrantes alemães que se estabeleceram na Lapa e em Rio Negro.

Por volta de 1847, chegam novos colonos europeus, agora franceses, suíços, ingleses, italianos, alemães e outros, fundam várias colônias como a Colônia Thereza, e outras em Assungui e Superagui no litoral.

O Paraná passa de comarca de São Paulo, à Província do Paraná, emancipando-se pela Lei 704 de 20 de agosto de 1853, em troca da resistência à Revolução Farroupilha.

De 1860 a 1880 se estabelecem 27 colônias nos arredores de Curitiba, Paranaguá, Morretes, Araucária, São José dos Pinhais, Antonina, Lapa, Campo Largo, Palmeira e Ponta Grossa.

Uma nova frente colonizadora começa em 1860, quando fazendeiros paulistas e mineiros iniciam a formação de fazendas de café no Norte do Paraná, utilizando mão-de-obra nacional, e fundam a Colônia Mineira em 1862, e Tomazina em 1865.

Simultaneamente, no Sudeste do Paraná, se abrem mais 34 colônias, com imigrantes italianos, poloneses e ucranianos. Inicia-se a entrada dos sírios e libaneses. Ao cair do império, em 1889, o governo imperial concedeu à Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, subsidiária da Brazilian Railways Company, uma imensa área de terras devolutas, no Sudoeste, Oeste e Norte do Paraná, assim como as terras compreendidas em até nove quilômetros para cada lado da ferrovia, por onde passasse.

Na Primeira República novas concessões, agora de apenas 50.000 ha, foram realizadas pelo governo paranaense, para o assentamento de colônias de imigrantes nacionais e estrangeiros. É um período difícil devido ao agravamento das questões limítrofes com São Paulo, com a Província de Santa Catarina, com a Argentina e Paraguai. A questão de limites entre Santa Catarina e Paraná foi definida somente pelo acordo de 1916, após as guerrilhas do Contestado.

Em 1927, o governo realiza várias concessões de terra, mediante venda a preços baixos, em favor da Companhia de Terras Norte do Paraná, hoje Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Os povoadores recém chegados eram, sobretudo, paulistas, mineiros e nordestinos. Colonos estrangeiros, de várias procedências e origens, também aí se estabeleceram, espontaneamente ou dirigidos pelas companhias colonizadoras, como é o caso de Assaí e Uraí, fundadas pela Bratac - Brazil Tokushoku

Kaisha, e pela Nambei Tochi Kabushiri Kaisha, com imigrantes japoneses e seus descendentes.

Enquanto isso, o Sudoeste e o Sul do estado eram explorados pelas companhias concessionárias, que extraíam erva-mate e a madeira de modo depredatório, deixando atrás de si apenas caboclos miseráveis espalhados pelo mato arrasado.

É neste contexto que teve início, em grande escala, a entrada da corrente povoadora vinda de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, constituída principalmente de agricultores de origem alemã e italiana. Entraram por Pato Branco, infletindo depois pelos vales dos rios Chopim, Piquiri e Paraná, ocupando principalmente o Sudoeste do Paraná.

O Governo prossegue com sua política de colonização de terras devolutas e de antigas concessões retornadas ao seu patrimônio, no Oeste Paranaense, fundando à margem esquerda do Rio Piquiri, as colônias Piquiri, Cantú, Goio-Bang e Goio-Erê e, à margem direita do Ivaí, as colônias de Manuel Ribas, Muquidão e Mourão.

A Companhia Maripá - Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S. A., com capitais rio-grandenses, adquirindo terras de companhias concessionárias, realiza a marcação e distribuição de terras na região, fundando cidades e organizando as propriedades em lotes urbanos, chácaras de 1 alqueire e colônias de 10 alqueires, em média. Em pouco tempo, quase todas as colônias já estavam vendidas.

Nesse período, a colonização oficial estabelecera ao Norte do Estado as colônias de Içara, Jaguapitã, Centenário, Interventor e Pagu, e mais a Centro-Occidental, a colônia de Paranaíba. Com conflitos de proprietários contra posseiros, intrusos e grileiros, até o final da década de 1960, estava finalizada a ocupação territorial do Estado do Paraná. (Prancha 02).

1.3.1. COMENTÁRIOS SOBRE A OCUPAÇÃO DA REGIÃO NORTE DO PARANÁ³

As regiões Norte, Oeste e Sudoeste foram às últimas áreas do Estado do Paraná a serem integralmente ocupadas e colonizadas. Sobre o norte paranaense, verificou-se 03 (três) fases de colonização denominadas Norte Pioneiro, Norte Novo ou Central e Norte Novíssimo ou Noroeste, onde se destacou a inovação da colonização e o uso e ocupação do solo agrícola.

³ Texto resumido do Plano Diretor do Município de Cianorte de 1994.

O primeiro movimento de colonização da região norte do Paraná é conhecida como Norte Pioneiro e foi o resultado do fluxo inicial de fazendeiros de Minas Gerais e São Paulo que cruzaram o Rio Itararé à procura de terras férteis para a cafeicultura, por causa do declínio desta cultura em seus respectivos Estados. A ocupação inicial se realizou em colônias e fazendas, áreas hoje compreendidas pelos municípios de Jacarezinho, Tomazina, Siqueira Campos e Joaquim Távora.

Este movimento atravessou as margens do Rio das Cinzas procurando novas fronteiras agrícolas mais amplas e produtivas, se estabelecendo à margem ocidental do Rio Tibagi, onde foram confrontados com as dificuldades de escoamento da produção. O Poder Público Estadual se associou com empresas colonizadoras privadas – nacionais e estrangeiras - que aí atuavam para fundar a “Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná”, com o objetivo de construir 29 km de trilhos entre Cambará e Ourinhos (SP) já ligada a São Paulo e ao Porto de Santos pela Estrada de Ferro Sorocabana - objetivo que foi alcançado em 1925.

A partir de então, inicia-se o processo de colonização do Norte Central por meio de concessões de terras devolutas às empresas de capital estrangeiro, com o objetivo de ocupar e expandir as fronteiras agrícolas e expandir as ligações ferroviárias para o interior do estado. A principal empresa colonizadora, responsável pela montagem da rede urbana do Norte Central do Paraná foi a inglesa Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) e sua sucessora, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Sobre uma área de 544.017 alqueires paulistas, a empresa implantou um projeto de colonização com as seguintes diretrizes:

a) ao longo o divisor de águas principal da região seria estendido um grande eixo rodo-ferroviário, do qual se ramificaria uma extensa rede de rodovias secundárias, também sobre os espigões;

b) a área rural seria subdividida em sítios com área média de 12 alqueires, tendo frente para a estrada de acesso e fundos para um curso d'água;

c) na parte alta dos lotes seria desenvolvido o cultivo do café e na parte baixa estariam localizadas a residência, horta e criação de animais para consumo da família, sendo a água obtida de poços ou do próprio rio;

d) sobre o eixo rodo-ferroviário principal seriam fundados quatro grandes centros urbanos, distanciados de 100 km, em média, e destinados ao provimento de bens e serviços para a região, sendo contados, de leste para oeste: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama;

e) sobre o eixo principal e os secundários, seriam criados núcleos urbanos menores, distanciados de 10 a 15 km, para o abastecimento da população rural vizinha e para o desembaraço da produção cafeeira.

O Norte do Paraná apresentava as condições ideais para satisfazer essa procura, basicamente em função dos seguintes fatores:

- a) grande fertilidade dos solos inexplorados de terra roxa;
- b) disponibilidade de terra a preços atraentes nas vastas glebas da CMNP que, por serem devidamente legitimadas, ofereciam segurança aos compradores;
- c) infra-estrutura viária adequada para acesso ao território e escoamento da produção;
- d) existência de uma ampla rede de assentamentos urbanos para atendimento às necessidades da população e aos requisitos da principal atividade produtiva.

Esses fatores, atuando do lado da oferta, sob a pressão de uma demanda consistente pelo café no mercado internacional, determinaram uma veloz apropriação territorial na Região, com o extraordinário crescimento da população rural, que perdurou até o final dos anos de 1960.

A alta densidade demográfica, fruto do módulo fundiário adotado e da intensiva ocupação de mão-de-obra pela cultura cafeeira, combinada com a grande fertilidade do solo e a elevada renda gerada pelo café, criou um vasto mercado para o setor terciário, ensejando o crescimento ainda mais rápido da população urbana, possibilitou a sólida estruturação de uma densa rede de cidades na Região. Foi nessa conjuntura de acelerada apropriação do espaço produtivo e excepcional crescimento demográfico que se completou a implantação do projeto de colonização que a CMNP levou a cabo no Norte do Paraná, e que resultou na venda de 41.741 propriedades rurais, além de 70.000 lotes urbanos, distribuídos pelas 62 vilas e cidades que fundou na região norte.

Seguindo o modelo adotado pela companhia inglesa, o estado do Paraná, durante o primeiro governo de Moyses Lupion (1947-1951), elabora o Plano de Colonização que inclui glebas na região de Paranavaí e Campo Mourão, o que resultaria na última fase de ocupação do norte paranaense. O mapa a seguir, demonstra o Plano de ocupação do Paraná, em 1947:

FIGURA 1: PLANO DE COLONIZAÇÃO DO PARANÁ - 1947



Fonte: Instituto Brasileiro Geografia Estatística

PRANCHA 1: HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO PARANÁ I

PRANCHA 2: HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO PARANÁ II

1.3.2. RETRATO DA MESORREGIÃO NOROESTE PARANAENSE

O IBGE promove a divisão regional nos Estados Brasileiros, dividindo o território em áreas diferenciadas, fazendo com que a região tenha uma característica uniforme procedente da natureza, de acontecimentos históricos, econômicos e políticos. De acordo com a doutrina especializada são características do processo de regionalização:

- diferenciação de áreas (região como paisagem geográfica);
- classificação lógica-formal neopositiva;
- instrumento de ação (planejamento).

O Brasil possui 137 mesorregiões, sendo 10 localizadas em território paranaense (Prancha 03). As mesorregiões paranaenses são: Norte Pioneiro, Norte Central, Centro-Occidental, Centro-Oriental, Oeste, Sudoeste, Centro-Sul, Sudeste, Noroeste, Metropolitana de Curitiba. (Prancha 03)

A Mesorregião Noroeste Paranaense é uma divisão promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE dentro do Estado do Paraná, com caráter de estudo, planejamento e aperfeiçoamento de políticas públicas.

A Mesorregião Noroeste, objeto de estudo, possui uma área constituída de 2.481.601, 5 ha, equivalente a 12,4% do território estadual. Suas fronteiras são ao norte com o Estado de São Paulo, tendo como divisa o Rio Paranapanema; a oeste com o Estado do Mato Grosso do Sul, tendo como divisa o Rio Paraná ao sul com a mesorregião Oeste, tendo como divisa o Rio Piquiri e a sudeste com a Mesorregião Centro-Occidental e a leste com a Mesorregião Norte Central, tendo como divisas critérios político-administrativos.

A mesorregião é constituída por 61 municípios, o qual está incluído o município de Mariluz, se destacando as 03 maiores cidades: Umuarama, Paranavaí e Cianorte. (Prancha 04)

A mesorregião é agrupada em 03 microrregiões sediadas nos municípios citados acima. O Caderno Leituras Regionais do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES conceitua de forma sucinta toda ocupação e expansão fronteiriça:

A mesorregião Noroeste integra a vasta região Norte do Paraná cuja história de ocupação em larga escala, deflagrada essencialmente a partir de 1940, confunde-se com a da expansão acelerada e extensiva da fronteira agrícola estadual, capitaneada pela atividade cafeeira paulista. A expansão fronteiriça paranaense alastrou-se rapidamente por sobre áreas de terras da mais alta fertilidade, praticamente desabitadas, que passaram a

constituir uma excelente válvula de escape para inversões lucrativas de amplas parcelas do capital acumulado no núcleo mais dinâmico do capitalismo nacional, localizado na região sudeste do país, centrado em São Paulo (IPARDES, 2004, pg. 21).

As tabelas a seguir trazem a relação de cidades localizadas na Mesorregião Noroeste:

TABELA 1: RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA MESORREGIÃO NOROESTE

MUNICÍPIO
Alto Paraná
Alto Piquiri
Altônia
Amaporã
Brasilândia do Sul
Cafezal do Sul
Cianorte
Cidade Gaúcha
Cruzeiro do Oeste
Cruzeiro do Sul
Diamante do Norte
Douradina
Esperança Nova
Francisco Alves
Guairaçá
Guaporema
Icaraíma
Inajá
Indianópolis
Iporã
Itaúna do Sul
Ivaté
Japurá
Jardim Olinda
Jussara
Loanda
Maria Helena
Marilena
Mariluz
Mirador
Nova Aliança do Ivaí
Nova Londrina
Nova Olímpia
Paraiso do Norte
Paranacity
Paranapoema
Paranavaí
Perobal
Pérola
Planaltina do Paraná
Porto Rico
Querência do Norte

Rondon
Santa Cruz de Monte Castelo
Santa Isabel do Ivaí
Santa Mônica
Santo Antônio do Caiuá
São Carlos do Ivaí
São João do Caiuá
São Jorge do Patrocínio
São Manoel do Paraná
São Pedro do Paraná
São Tomé
Tamboara
Tapejara
Tapira
Terra Rica
Tuneiras do Oeste
Umuarama
Vila Alta
Xambê

Fonte: IPARDES

PRANCHA 3: MESORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ

PRANCHA 4: MICRORREGIÕES DO NOROESTE PARANAENSE

1.3.3. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO ESTADO COMPARADA À EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ

Entre o início dos anos 1910 e 1960, o crescimento demográfico no Paraná refletiu o processo de colonização de vastas regiões até então inexploradas de seu território, traduzido num extraordinário aumento da população rural, fruto das levas de migrantes que aqui chegavam para engajar-se nas frentes agrícolas que cruzavam o Estado, e no enorme crescimento da população urbana em centenas de cidades e vilas que iam sendo criadas com o movimento de apropriação territorial.

Este sistema agrário brasileiro foi conhecido nacionalmente como Complexo Rural e no caso paranaense, denominado Complexo Cafeeiro. Moro & Endlich (2003) explica que o Complexo Rural era regulado pelo mercado externo e a adequação da produção à demanda do mercado contava com profunda intervenção estatal.

Na década de 1970, completada a colonização do Estado, ocorreram profundas alterações na estrutura produtiva da região norte do Paraná. As **transformações agrícolas** (racionalização da cafeicultura, assentada na erradicação dos cafeeiros antieconômicos e diversificação de culturas) e o **êxodo rural** (fenômeno da urbanização) fazem parte do conjunto de transformações verificadas em âmbito regional.

Moro & Endlich (2003) contribuem com o tema citando as seguintes dinâmicas na transformação do espaço regional que está inserida a Mesorregião Noroeste do Paraná:

- a) modernização agrícola, substituição de culturas e diversificação agropecuária;
- b) concentração fundiária;
- c) distribuição da população para as cidades;
- d) inovações na articulação cidade/campo;
- e) a constituição do termo técnico-informacional.

TABELA 2: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL NO ESTADO, ENTRE 1960 E 2007.

Censo	População Total		População Urbana		População Rural	
	Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes	%
1960	4.268.239	100,0	1.305.927	30,6	2.962.312	69,4
1970	6.929.868	100,0	2.504.378	36,1	4.425.490	63,9
Varição	2.661.629	62,4	1.198.451	91,8	1.463.178	49,4
1980	7.629.392	100,0	4.472.561	58,6	3.156.831	41,4
Varição	699.524	10,1	1.968.183	78,6	-1.268.659	-28,7
1991	8.448.713	100,0	6.197.953	73,4	2.250.760	26,6
Varição	819.321	10,7	1.725.392	38,6	-906.071	-28,7
2000	9.563.458	100,0	7.786.084	81,4	1.777.374	18,6

Varição	1.114.745	13,2	1.588.131	25,6	-473.386	-21,0
Contagem 2007	10.284.503	100	8.657.809	84,1	1.626.694	15,9
Varição	721.045		871.725		-150.680	

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, IPARDES.

TABELA 3: EVOLUÇÃO POPULACIONAL DO NOROESTE PARANAENSE ENTRE OS ANOS DE 1970 E 2007

1970	1980	1991	2000	Contagem 2007
962.798	746.472	695.509	641.048	652.605

Fonte: IBGE

TABELA 4: POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO NOROESTE E ESTADO DO PARANÁ

	1991	2000	Contagem 2007
NOROESTE	695.509	641.048	652.605
PARANÁ	8.448.713	9.563.458	10.284.503

Fonte: IBGE

TABELA 5: COMPARATIVO ENTRE AS MICRORREGIÕES NO NOROESTE DO PARANÁ POR POPULAÇÃO TOTAL ENTRE 1980 E 2000

Município	1980	1991	2000		
Microrregião	Pop.	Pop.	Var (%)	Pop.	Var. (%)
Maringá	168.239	240.292	42,8	288.653	20,1
Total da Microrregião de Maringá	405.408	511.353	26,1	658.265	28,7
Campo Mourão	75.427	82.318	9,1	80.476	-2,2
Total da Microrregião de C. Mourão	425.050	395.576	-6,9	346.648	-12,4
Umuarama	100.545	100.249	-0,3	90.690	-9,5
Total da Microrregião de Umuarama	469.551	390.608	-16,8	383.203	-1,9
Paranavaí	65.290	71.052	8,8	75.750	6,6
Total da Microrregião de Paranavaí	243.380	230.800	-5,2	257.881	11,7
TOTAL MESORREGIÃO	712.931	621.408	-12,8	641.084	3,2

Fonte: IBGE.

1.4. RETRATO DA MICRORREGIÃO DE UMUARAMA

De acordo com o IBGE, o que caracteriza uma microrregião é a sua organização sócio-econômica. Nos termos teóricos especializados, encontram-se outras características que identificam uma microrregião:

- aporte da centralidade – centro sub-regional;
- aporte metropolitano;
- aporte tradicional;
- aporte da população urbana.

O Brasil é dividido em 558 microrregiões, sendo 39 delas localizadas no Estado do Paraná e 03 na Mesorregião Noroeste. A tabela e o mapa a seguir relacionam todas as microrregiões paranaenses.

TABELA 6: RELAÇÃO DAS MICRORREGIÕES LOCALIZADAS NO ESTADO DO PARANÁ

01- Paranavaí	14 – Assaí	27 – Pato Branco
02 – Umuarama	15 - Cornélio Procópio	28 – Pitanga
03 – Cianorte	16 - Jacarezinho	29 – Guarapuava
04 – Goioerê	17 – Ibaiti	30 – Palmas
05 – Campo Mourão	18 – Wenceslau Braz	31 – Prudentópolis
06 – Astorga	19 – Telêmaco Borba	32 – Irati
07 – Porecatu	20 – Jaguariaíva	33 – União da Vitória
08 – Floraí	21 – Ponta Grossa	34 – São Mateus do Sul
09 – Maringá	22 – Toledo	35 – Cerro Azul
10 – Apucarana	23 – Cascavel	36 – Lapa
11 – Londrina	24 – Foz do Iguaçu	37 – Curitiba
12 – Faxinal	25 – Capanema	38 – Paranaguá
13 – Ivaiporã	26 – Francisco Beltrão	39 – Rio Negro

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

FIGURA 2: MAPA DAS MICRORREGIÕES PARANAENSES

Fonte: IBGE.

TABELA 7: RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES A MICRORREGIÕES DE PARANAÍ, UMUARAMA E CIANORTE

01 – Microrregião Geográfica Paranavaí
Alto Paraná
Amaporã

Cruzeiro do Sul
Diamante do Norte
Guairaçá
Inajá
Itaúna do Sul
Jardim Olinda
Loanda
Marilena
Mirador
Nova Aliança do Ivaí
Nova Londrina
Paraíso do Norte
Paranacity
Paranapoema
Paranavaí
Planaltina do Paraná
Porto Rico
Querência do Norte
Santa Cruz de Monte Castelo
Santa Isabel do Ivaí
Santa Mônica
Santo Antonio do Caiuá
São Carlos do Ivaí
São João do Caiuá
São Pedro do Paraná
Tamboara
Terra Rica
02 – Microrregião Geográfica Umuarama
Altônia
Alto Paraíso
Alto Piquiri
Brasilândia do Sul
Cafezal do Sul
Cruzeiro do Oeste
Douradina
Esperança Nova
Francisco Alves
Icaraíma
Iporã
Ivaté
Maria Helena
Mariluz
Nova Olímpia
Perobal
Pérola
São Jorge do Patrocínio
Tapira
Umuarama
Xambrê
03 – Microrregião Geográfica Cianorte
Cianorte
Cidade Gaúcha
Guaporema

Indianópolis
Japurá
Jussara
Rondon
São Manoel do Paraná
São Tomé
Tapejara
Tuneiras do Oeste

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A microrregião de Umuarama possui uma área de 10.232.491 km², onde se constituem 21 municípios, com população projetada em 2008 em 263.877 habitantes e densidade demográfica de 25,47 hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH médio desta microrregião é de 0,762, abaixo da média dos IDH da microrregião vizinha de Cianorte, do Brasil e do Estado do Paraná. O PIB 2003 reservou à microrregião uma quantia de R\$ 1.602.493.697,00, resultando no PIB per capita de R\$ 6.474,24.

A Microrregião de Umuarama localiza-se na sua plenitude sobre o Terceiro Planalto ou Planalto do Trapp do Paraná, mais precisamente no sub-planalto de Campo Mourão, o qual é constituído por derrames basálticos. Sua conformação da paisagem é bastante uniforme, com relevo levemente ondulado na divisa com a Microrregião de Cianorte e plano nas margens do Rio Paraná e Rio Ivaí. Nessa porção do território encontra-se a formação do Arenito Caiuá, que se depositou sobre o derrame basáltico e deu origem a solos com baixo teor de argila, com baixa ocorrência de metais pesados e textura arenosa.

A cobertura vegetal existente na região garantia a deposição da matéria orgânica sobre o solo, assegurando sua fertilidade. Este cenário foi possível para a introdução da cultura da cafeicultura, se transformando em matriz produtiva e propulsão necessária para o surgimento de várias cidades. Após o desmatamento e uso intensivo, os solos tornaram-se depauperados em curto prazo por consequência da grande vulnerabilidade ao processo erosivo eólico e hídrico.

A baixa declividade favorece o surgimento de áreas alagadiças. A microrregião como um todo apresenta a declividade variando entre 0 a 3%. Às margens dos rios Piquiri, Ivaí e Paraná encontram-se as mais baixas declividades, enquanto mais para leste da microrregião essas declividades vão levemente se acentuando.

A exemplo da Microrregião de Paranaíba, a Microrregião de Umuarama se caracteriza por apresentar uma situação ambiental das mais degradadas do Estado do Paraná, sendo que esse diagnóstico é consequência direta do intenso desmatamento e do

uso inadequado do solo. Ainda não estão sendo tomadas providências, de âmbito regional ou estadual, para reverter esta situação.

A mesorregião possui um total de 42 Unidades de Conservação, com 35 de Proteção Integral nos âmbitos de governo federal, estadual e municipal, e 07 de Uso Sustentável, sendo 06 dentro da microrregião. Destas áreas protegidas, destaca-se o Parque Nacional de Ilha Grande, com 78.875,0 hectares.

Ambientalmente, a microrregião é cortada pelo Corredor da Biodiversidade Caiuá - Ilha Grande, parte do Programa Paraná Biodiversidade desenvolvido pelo Governo do Estado Gestão - 2007-2010, que, junto com a Área de Preservação Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, forma um corredor de conexão com o Parque Nacional do Iguaçu, possibilitando a conservação do bioma da região.

Do ponto de vista turístico, a microrregião apresenta ao longo de seus principais rios um sistema ecológico ainda latente e pouco explorado. No período de verão, principalmente, é grande o afluxo de turistas em direção ao Rio Paraná. Apesar do desenvolvimento de algumas atividades de proteção ambiental ao longo da APA do Rio Paraná, tais como monitoramento, zoneamento ecológico e convênios de fiscalização, pouca ênfase tem sido dada à educação ambiental da população e ao retorno econômico que pode vir a ocorrer com a utilização correta dessas áreas.

2. CARACTERÍSTICAS DO MEIO FÍSICO

A ação destruidora por parte do Homem é universal e milenar e se agravou no século XX em razão do desmedido crescimento das populações e os avanços tecnológico e científico. A dominação das águas, da terra, do espaço aéreo por parte das nações civilizadas provocou a devastação das florestas, exaurimento do solo, da fauna e poluição da água.

Diante dessa realidade e o crescimento de uma consciência ecológica, os Estados Modernos se viram obrigados a preservar e tutelar o meio ambiente. Meirelles (2001) alega que esta preservação é vital “para assegurar a sobrevivência das gerações futuras em condições satisfatórias de alimentação, saúde e bem-estar social”.

Desde as conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Encontro de Estocolmo 1972 e ECO Rio 1992), os países vêm criando mecanismos e políticas próprias de sustentabilidade para o futuro do meio ambiente no Planeta. A criação do Direito Ambiental, de órgão de administração pública e de instrumentos como a Agenda 21 Global e Agenda 21 Local, determinam

que as políticas públicas de desenvolvimento econômico e social se processem de forma sustentável, durável, permitindo a sobrevivência tanto da espécie humana, como das demais espécies que habitam a terra, garantindo um futuro melhor para as próximas gerações.

No Brasil o meio ambiente tornou-se pauta constitucional a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, considerando “bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (artigo 225 CF).

Aos Municípios compete “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer das suas formas” (CF, artigo 23 VI) e “suplementar a legislação federal e estadual ambiental no que couber, conforme suas peculiaridades”.

O aperfeiçoamento constante do Ministério do Meio Ambiente, órgão planejador e supervisor da Política Nacional do Meio Ambiente, a execução desta política pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA e a manutenção do Conselho Municipal do Meio Ambiente – CONAMA tem o objetivo de cumprir o mandamento constitucional.

O processo de urbanização acelerado nas últimas décadas no Brasil provocou alterações nas características do meio ambiente urbano. Este fato é comprovado pelas palavras de Mota, 1999 “as condições climáticas de uma região, o seu relevo, tipos e formações de solos, os recursos hídricos, a cobertura vegetal, os ecossistemas, entre outras, são características de um ambiente que estão relacionadas com a urbanização, influenciando no processo ou sendo modificadas por ele”. Mota (1999) ainda conclui que “o meio urbano é formado pelo ‘sistema natural’ (solo, vegetação, animais, água, etc.) e o ‘sistema antrópico’ constituído pelo homem e suas atividades, as quais estão intimamente inter-relacionados”.

A criação do Ministério das Cidades, a retomada dos Planos Diretores Municipais e a aprovação da Lei Estadual 15.229/2006 contribui para a criação de indicadores com o intuito de padronizar as ações a nível municipal e local, e despertar a consciência para o quesito problemática urbana x meio ambiente.

Os bens naturais que esta ATI identificará são:

- unidades de conservação instituídas e a instituir;
- as áreas frágeis alagadas e alagáveis;
- as encostas de morros e elevações com declividade superior a 30%;
- as áreas de preservação permanente – APP;
- as áreas de amortecimento no entorno das unidades de conservação

- os morros, mangues e ilhas;
- corpos d'água e suas matas ciliares.

Para reconhecer as características físicas da paisagem de Mariluz, se busca entender as hipóteses de evolução climática, as características geomorfológicas, litológicas, pedológicas existentes, entre outros, capazes de testemunhar o processo evolutivo, apesar da flora, através do tempo, bem como o impacto antrópico sofrido pela ocupação e uso da terra.

Todos os indicadores ambientais de Mariluz estão embasados no Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE do Estado do Paraná, o Caderno Leituras Regionais – Mesorregião Noroeste e levantamentos no município.

2.1. CLIMA

O clima é o resultado de um processo complexo envolvendo atmosfera, oceano, superfícies sólidas (vegetadas ou não), apresentando enorme variabilidade no tempo e no espaço.

O Estado do Paraná é cortado em sua porção norte pela linha imaginária do Trópico de Capricórnio. Isto equivale dizer que $\frac{1}{4}$ do território está localizado em faixa de clima tropical e $\frac{3}{4}$ está localizado em faixa de clima subtropical.

No clima tropical ocorre a alternância de estação seca e chuvosa, sendo que no inverno atuam as massas de frias e secas e no verão atuam as massas de ar originadas nos mares quentes. A precipitação média chega a 1300 a 1500 mm/ano. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22° C e a dos meses mais frios é inferior a 18° C.

O clima subtropical é uma transição do clima tropical, com verões quentes e inverno ameno, chuvas bem distribuídas o ano inteiro e estações bem definidas. As precipitações têm uma média entre 1600 a 1900 mm/ano.

A linha imaginária do Trópico de Capricórnio corta pela metade a mesorregião Noroeste paranaense, a Norte de Mariluz. Através desta análise verificamos que Mariluz está localizada em área de clima Subtropical, mas com temperaturas médias em transição para o clima Subtropical devido ao fator altitude.

Vladimir Köppen entendia que clima é o estado médio e a evolução habitual do tempo de um determinado lugar. Trewartha & Horn (1980) traduziram este conceito: “o sistema de classificação climática de Köppen, baseado na vegetação, temperatura e pluviosidade, apresenta um código de letras que designam grandes grupos e subgrupos

climáticos, além de subdivisões para distinguir características estacionais de temperatura e pluviosidade”.

Pela posição geográfica ocupada, o estado do Paraná normalmente encontra-se sob domínio da circulação do atlântico, representada pelo Anticiclone Tropical Marítimo – semi-estacionário – que provoca a formação de ventos vindos de leste, geralmente fracos. Isto resulta na destacada dominância, quase que durante todo o ano, de ventos daquela direção, os quais devido à conformação de relevo, Serra do Mar – Escarpa Devoniana – Serra “Geral” e vales das principais bacias hidrográficas, podem em algumas regiões sofrer uma deflexão ora tendência para o Quadrante Norte, ora para o Quadrante Sul.

De acordo com a classificação climática de Köppen, o IPARDES cita o trabalho do geógrafo Rennhard Maack, que conceituou os aspectos climáticos da Mesorregião Noroeste:

Na maior parte do território ocorre o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfb), com verões frescos, geadas severas e freqüentes, sem estação seca, cujas principais médias anuais de temperatura dos meses mais quentes são inferiores a 22°C, e, dos meses mais frios, inferiores a 18°C (...). Ao longo dos vales dos rios Ivaí, Piquiri, Paraná e Paranapanema ocorre o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa), com verões quentes, geadas pouco freqüentes e chuvas com tendência de concentração nos meses de verão. Apresenta temperatura média anual dos meses mais quentes superior a 22°C, e dos meses mais frios inferior a 18°C, chuvas entre 1.600 e 1.900 mm, e umidade relativa do ar de 80%, sem deficiência hídrica.

Em síntese, de acordo com a classificação climática de Köppen, o município de Mariluz apresenta um clima do tipo **Cfa** - subtropical úmido mesotérmico, apresentando verões quentes e geadas pouco freqüentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22 graus centígrados e a dos meses mais frios é inferior a 18 graus centígrados. A precipitação média é de 1600 mm. O índice médio de umidade relativa do ar é de 50% a 80%. Mariluz está ao Sul do Trópico de Capricórnio, não estando localizada na serra do mar e/ou da escarpa devoniana (Pranchas 05 a 11).

PRANCHA 5: CLIMA SEGUNDO KOPPEN

PRANCHA 6: TEMPERATURA MÉDIA ANUAL

PRANCHA 7: TEMPERATURA MÉDIA MÁXIMA

PRANCHA 8: TEMPERATURA MÉDIA MÍNIMA

PRANCHA 9: PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL

PRANCHA 10: UMIDADE RELATIVA ANUAL

PRANCHA 11: DIREÇÃO PREDOMINANTE DOS VENTOS

2.2. CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA

O relevo do Estado do Paraná caracteriza-se pela freqüência de terrenos de baixada no litoral, onde predomina as planícies de aluvião, e a existência de planaltos e serras de formações rochosas cristalinas, como a escarpa da serra do Mar. Seu relevo é dos mais expressivos, pois 52% do território ficam acima dos 600m e apenas 3% abaixo dos 300m. No relevo paranaense distinguem-se cinco unidades geomorfológicas que se seguem de leste para oeste, de acordo com os trabalhos de Rennhard Maack (Prancha 12):

- a) Litoral;
- b) Escarpa da Serra do Mar;
- c) Primeiro Planalto - Curitiba (Planalto Cristalino);
- d) Segundo Planalto Ponta Grossa (Planalto Paleozóico);
- e) Terceiro Planalto Guarapuava (Planalto do Trapp do Paraná).

O terceiro planalto, conhecido também como Planalto de Guarapuava, ocupa cerca de 2/3 da área mais a oeste do Estado. Corresponde geologicamente ao derrame de rochas eruptivas como basalto, diabásicos, meláfiros e aos depósitos de arenitos (Botucatu e Caiuá), da era Mesozóica. O relevo do Terceiro Planalto são as Cuestas, típico de rocha sedimentar.

Tendo por base os Rios Itararé, Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu, o Terceiro Planalto pode ser dividido nos seguintes blocos:

- a) Rio Tibagi /Rio Itararé – sub planalto Cambará, conhecido também como São Jerônimo;
- b) Rio Tibagi/ Rio Ivaí – sub planalto Apucarana;
- c) Rio Ivaí/Rio Piquirí - sub planalto Campo Mourão;
- d) Rio Piquirí/ Rio Iguaçu – Planalto de Guarapuava;
- e) Rio Iguaçu/ Serra da Fatura (divisa PR/SC) Planalto de Palmas.

A Mesorregião Noroeste está localizada em toda a sua extensão territorial, no Terceiro Planalto, mais precisamente no sub planalto Apucarana e sub planalto Campo Mourão. Segundo Muzilli Apud IPARDES (2004), na porção do Terceiro Planalto onde está localizada a mesorregião noroeste encontra-se a formação arenito Caiuá, camada de origem eólica que se depositou sobre o derrame de Trapp e deu origem a solos com baixo teor de argila, com baixa ocorrência de metais pesados e textura arenosa, com grande vulnerabilidade quanto à erosão hídrica.

A Formação Paranaíba ocorre capeando quase que a totalidade da Formação Caiuá. Nakashima (1999) afirma que sua origem está ligada a processos deposicionais

colúvio-aluvionares do material remobilizado da Formação Caiuá. A formação Caiuá é extremamente suscetível à erosão, sendo que o manejo incorreto pode acarretar profundas voçorocas.

Mariluz está localizado na unidade geomorfológica: Terceiro Planalto - sub planalto Campo Mourão, com afloramento do Basalto da Formação Serra Geral, coberta pela camada de origem eólica denominada Formação Caiuá e com depósitos de aluviões recentes recobrando planícies de inundação marginais aos rios e ilhas principalmente no rio Goio-Ere. Segundo mapa de geologia do Paraná fornecido pela MINEROPAR. (Prancha 12)

O perfil geomorfológico predominante de Mariluz é caracterizado por um relevo suavemente ondulado a quase plano. As cotas variam entre 267 e 465 m de altitude, sendo 447 metros na sede urbana. A declividade do município também é bastante regular. Em sua grande maioria, a área urbana apresenta declividade abaixo de 10%, o que a configura como uma cidade plana a suavemente ondulada.

PRANCHA 12: GEOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ – 2004.

2.3. ASPECTOS PEDOLÓGICOS

De acordo com o agrônomo russo Dokoutchaev o solo é resultante das ações das ações de climas e organismos sobre a rocha e o relevo e que a maior evolução destes solos está relacionada com o tempo geológico.

A doutrina especializada demonstra vários métodos analíticos voltados à pedologia para caracterizar as propriedades dos solos. Nakashima (1999) diz que a abordagem, baseada nas relações solos x fatores de meio deu aos estudos do solo uma característica mais atualista.

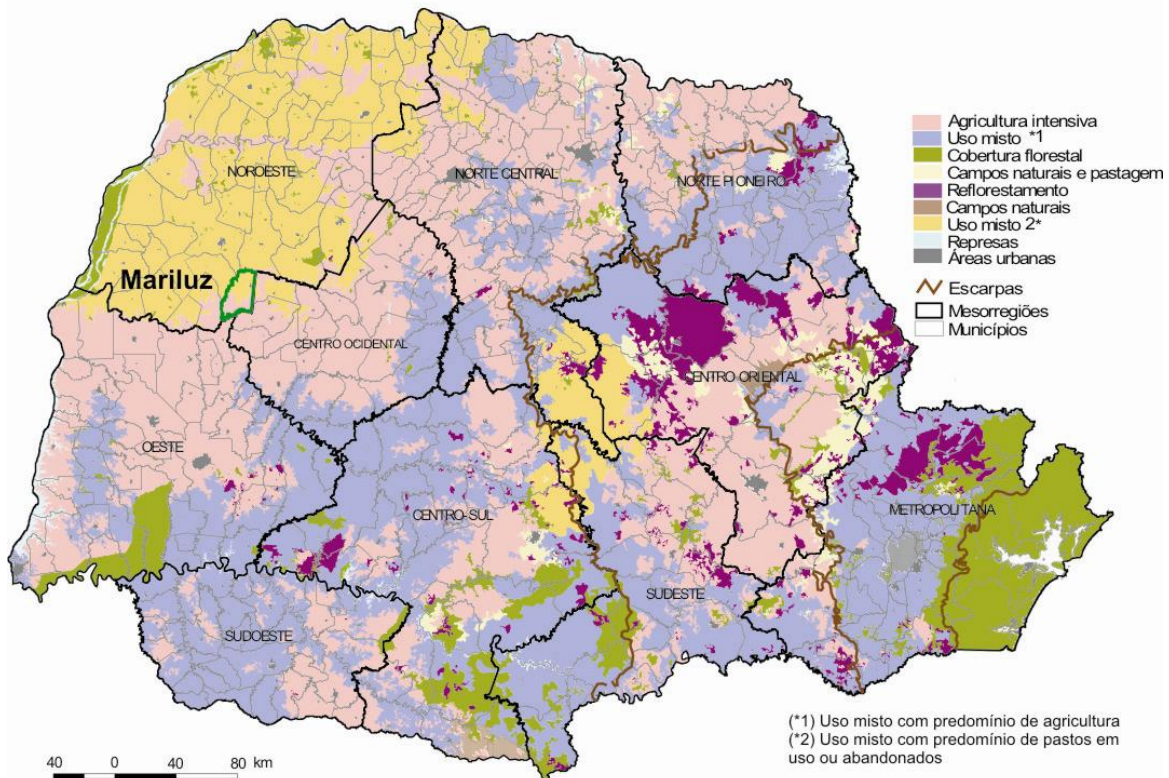
Os solos da Mesorregião Noroeste apresentam relação estreita com o relevo (declividades das vertentes) e a rocha (características físicas, químicas e mineralógicas). (SANTOS, M. L; NAKASHIMA, P. et al, 1999).

A diversidade do substrato geológico de Mariluz configura para o município uma grande diversidade de tipos de solo. Nas áreas com substrato geológico Basalto e relevo plano a suave ondulado ocorrem os Latossolos de textura Argilosa, nas áreas com relevo suave ondulado a ondulado ocorrem os Nitossolos Vermelhos de textura Argilosa.

Nas áreas com substrato geológico Arenito com relevo plano a suave ondulado ocorrem os Latossolos Vermelhos de textura média a arenosa. E nas áreas de relevo suave ondulado a ondulado ocorrem os Argissolos Vermelhos de textura Argilosa.

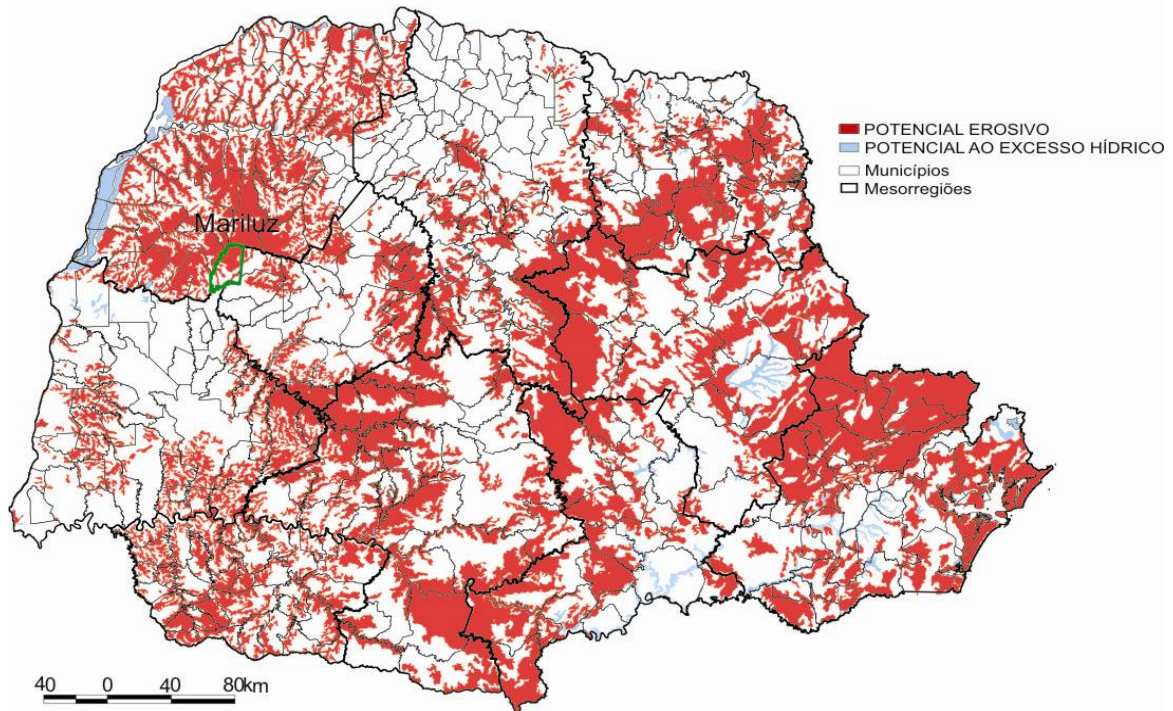
FIGURA 3: USO POTENCIAL DO SOLO

ESTADO DO PARANÁ - USO DA TERRA - 2001/2002



Fonte: IPARDES – 2004.

FIGURA 4: ÁREAS POTENCIAIS À DEGRADAÇÃO DO SOLO
ESTADO DO PARANÁ - ÁREAS POTENCIAIS À DEGRADAÇÃO DO SOLO



Fonte: ZEE, 2006.

2.4. TOPOGRAFIA

A Topografia é a ciência que estuda todos os acidentes geograficos definindo a situação e a localização deles numa área qualquer. Tem a importância de definir as medidas de área, localização, loteamento, variações de nível e cubagem de terra.

O termo só se aplica a áreas relativamente pequenas, sendo utilizado o termo geodésia quando se fala de áreas maiores. Para isso são usadas coordenadas que podem ser duas distâncias e uma elevação, ou uma distância, uma elevação e uma direção.

As zonas consideradas estáveis correspondem às áreas de topo dos interflúvios e setores de alta vertente com fracas declividades são as mais favoráveis à ocupação pelas condições topográficas, contudo, dada a grande susceptibilidade erosiva dos solos, também devem ser tomados os cuidados necessários para o controle do escoamento superficial.

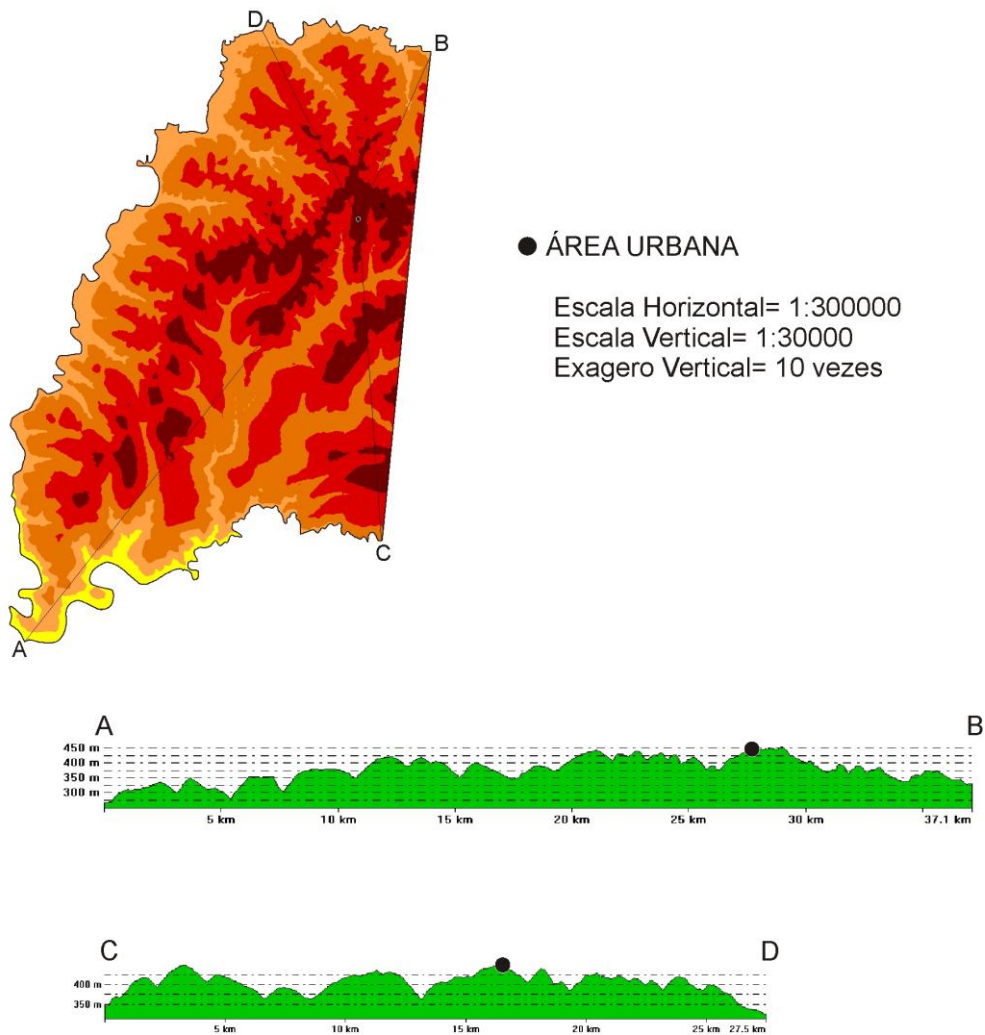
A topografia municipal é caracterizada pela declividade e ou inclinação das vertentes de um território no que diz respeito à planialtimetria.

Levando em consideração o perfil topográfico transversal de Mariluz, verificamos que a altimetria tem a menor altitude no Rio Goio-Ere na confluência com o

Rio Piquiri, com 267 metros e a maior altitude no divisor do Rio Goio-Ere com o Córrego Gavião, com 465 metros de altitude.

O perímetro urbano de Mariluz está em zonas consideradas estáveis. Estas zonas correspondem às áreas de topo dos interflúvios e setores de alta vertente com fracas declividades são as mais favoráveis à ocupação pelas condições topográficas, contudo, dada a grande susceptibilidade erosiva dos solos, também devem ser tomados os cuidados necessários para o controle do escoamento superficial. (Pranchas 13 a 16)

FIGURA 5: PERFIL TOPOGRÁFICO MUNICIPAL



Fonte: SRTM/ Nasa – 2005.

PRANCHA 13: DECLIVIDADE MUNICIPAL

PRANCHA 14: SOLOS DO MUNICÍPIO DE MARILUZ

PRANCHA 15: DECLIVIDADE URBANA

PRANCHA 16: HIPSOMETRIA MUNICIPAL

2.5. CONDICIONANTE GEOTÉCNICO

A área que é delimitada pelo perímetro urbano de Mariluz apresenta como condicionante geotécnico que limita a atividade urbana a área de preservação permanente dos córregos que se posicionam a Leste e a Oeste do perímetro e sofre com altas declividades em pequenas áreas.

Quanto à rodovia PR 468 que passa a Norte do perímetro urbano de Mariluz ligando-o a Umuarama, Moreira Sales, Goio-Ere e Cruzeiro do Oeste não há problemas resultantes de tráfego intenso.

2.6. RECURSOS HÍDRICOS E QUALIDADE DA ÁGUA

O sistema hidrográfico delimitado pelas bacias hidrográficas constitui-se da unidade territorial de planejamento sustentável. As diretrizes espaciais e econômicas devem levar em conta o sistema natural integrado, ou seja, quando um rio é alterado ou a impermeabilização excessiva do solo em uma área provoca o escoamento de águas para outras, essa corre o risco de sofrer com as enchentes, além de afetar o equilíbrio da biota.

A bacia hidrográfica, como unidade geográfica, é ideal para se caracterizar, diagnosticar e planejar o uso do solo e de seus recursos, concomitante com o conhecimento de fatores sócio-econômicos e sócio-espaciais. Para tanto, se faz necessário conceituar essa nova unidade.

Segundo Faustino (1996)

(...) a bacia hidrográfica é uma unidade geográfica, ou uma área, compreendida entre divisores de água, onde existe um sistema de drenagem superficial que concentra suas águas num rio principal o qual está ligado a um rio maior, lago ou ao mar. É toda uma área de captação da água da chuva que escoam superficialmente para um rio ou um tributário. O rio principal, que dá nome à bacia, recebe contribuição de seus afluentes, sendo que cada um deles apresenta inúmeros tributários menores, alimentados direta ou indiretamente por nascentes. Assim, em uma bacia existem várias sub-bacias e muitas microbacias (FAUSTINO, 1996, p. 60).

Para este trabalho será adotada a classificação das bacias hidrográficas de acordo com o grau de concentração da rede de drenagem: sub-bacia e microbacias, também conhecidas como bacias secundárias e terciárias. Ainda conforme Faustino, a sub-bacia é toda área com drenagem direta ao curso principal da bacia, onde várias sub-bacias formam uma bacia hidrográfica; a microbacia é toda área com drenagem direta ao curso

principal de uma sub-bacia, enquanto várias microbacias formam uma sub-bacia. Também será adotado como microbacias parte de uma sub-bacia que contenha apenas pequenos afluentes e que se localiza dentro dos limites municipais, objetivando, com isso, diagnosticar pequenas parcelas do município e formular políticas ambientais a nível municipal.

As microbacias são consideradas como unidades fundamentais para a conservação e o manejo, uma vez que a característica ambiental de uma bacia reflete o somatório ou a sinergia das intervenções ocorridas no conjunto das microbacias nela contidas. Por se tratar de um sistema, as partes não coexistem isoladamente, assim as microbacias devem ser pensadas como partes de um conjunto maior, que não podem ser analisadas fora do seu sub-sistema, ou seja, as microbacias e as sub-bacias devem ser trabalhadas conjuntamente.

De acordo com a classificação apresentada, será feito uma análise do complexo hidrográfico do Estado do Paraná, mesorregião Noroeste e do Município de Mariluz.

2.6.1. POTENCIAL HÍDRICO DO ESTADO DO PARANÁ

O Estado do Paraná tem uma rede hidrográfica presidida por regime fluvial, subtropical, bem regular. Os rios são alimentados por chuvas perenes com excelente potencial hidrelétrico e excelente sistema de drenagem. O Estado apresenta 02 sistemas hidrográficos bastante característicos onde se distinguem:

- A Bacia Atlântica, com rios desaguando diretamente no Oceano Atlântico;
- A Bacia do Rio Paraná, com 186.321km, tendo como seus principais afluentes (paranaenses) o Rio Paranapanema, Piquiri, Iguaçu, Ivaí, entre outros, percorrendo o sentido leste-oeste.

Devido à declividade do relevo paranaense, 92% das águas fluviais se dirigem para a bacia do Rio Paraná tornando-a a mais importante do Sul do país, com grande potencial hidráulico. Os outros 8% seguem à bacia litorânea (Prancha 17).

As grandes bacias hidrográficas do Estado do Paraná são:

a) Bacia Atlântica

- Bacia Litorânea;

- Bacia do Rio Ribeira

b) Bacia do Rio Paraná

- Bacia do Rio Itararé;

- Bacia do Rio das Cinzas;

- Bacia do Rio Paranapanema
- Bacia do Rio Tibagi;
- Bacia do Rio Pirapó;
- Bacia do Rio Ivaí;
- Bacia do Rio Piquirí;
- Bacia do Rio Iguaçu;
- Bacia do Rio Paraná.

2.6.2. POTENCIAL HÍDRICO DA MESORREGIÃO NOROESTE

Com relação ao potencial hídrico das águas superficiais, a mesorregião Noroeste é favorecida pela presença de quatro bacias hidrográficas, dos rios Paraná, Ivaí, Piquiri e Paranapanema, todos com curso parcial na mesorregião:

- a) rio Paraná - 216,7 km, com seu curso se encontrando no trecho da mesorregião Noroeste, repletos de ilhas e amplas várzeas ou campos de inundação;
- b) rio Paranapanema - 133,5 km, se localizando neste trecho as usinas hidroelétricas Rosana e Porto Primavera, ambas no Estado de São Paulo;
- c) rio Ivaí - 240,8 km, se localizando na mesorregião a foz do rio Ivaí, que deságua no rio Paraná;
- d) rio Piquirí – 120 km, dividindo as mesorregiões Noroeste e Oeste. O rio Piquirí deságua no rio Paraná.

2.6.3. POTENCIAL HÍDRICO DO MUNICÍPIO DE MARILUZ

De acordo com a classificação apresentada, o Município de Mariluz situa-se totalmente na zona fisiográfica da bacia do Rio Piquirí, que por sua vez deságua no Rio Paraná. Todos os córregos e ribeirões correm em direção ao Rio Piquirí. Mas antes correm para afluentes de menor porte como o Rio Goio-Ere, Ribeirão Água Branca e Córrego Gavião. A drenagem predominante nas sub-bacias onde se insere o município é do tipo dentrítico sem orientação estrutural definida. (Pranchas 18 e19)

A expansão da cafeicultura e posteriormente da mandioca, cana-de-açúcar e da bovinocultura, levou a região noroeste do Paraná ao total desmatamento, inclusive as áreas de proteção permanente - APP (nascentes dos córregos e sua mata ciliar nas margens dos rios). Desta forma, o agrotóxico utilizado nas lavouras e no solo sem a

devida proteção vegetal é levado pela enxurrada das chuvas, causando a contaminação e o assoreamento dos córregos.

Nas áreas afetadas de várzeas e fundos de vales sujeitos ao assoreamento, os processos ativos devem ser corrigidos e contidos através de obras específicas, quando necessário, e do controle da drenagem superficial e subterrânea, e reflorestamento das áreas marginais para evitar a evolução remontante dos processos erosivos.

Com relação à qualidade das águas, localizam-se na mesorregião sete pontos de monitoramento do Índice de Qualidade das Águas Superficiais (IQA). De acordo com os relatórios da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA, os pontos de monitoramento:

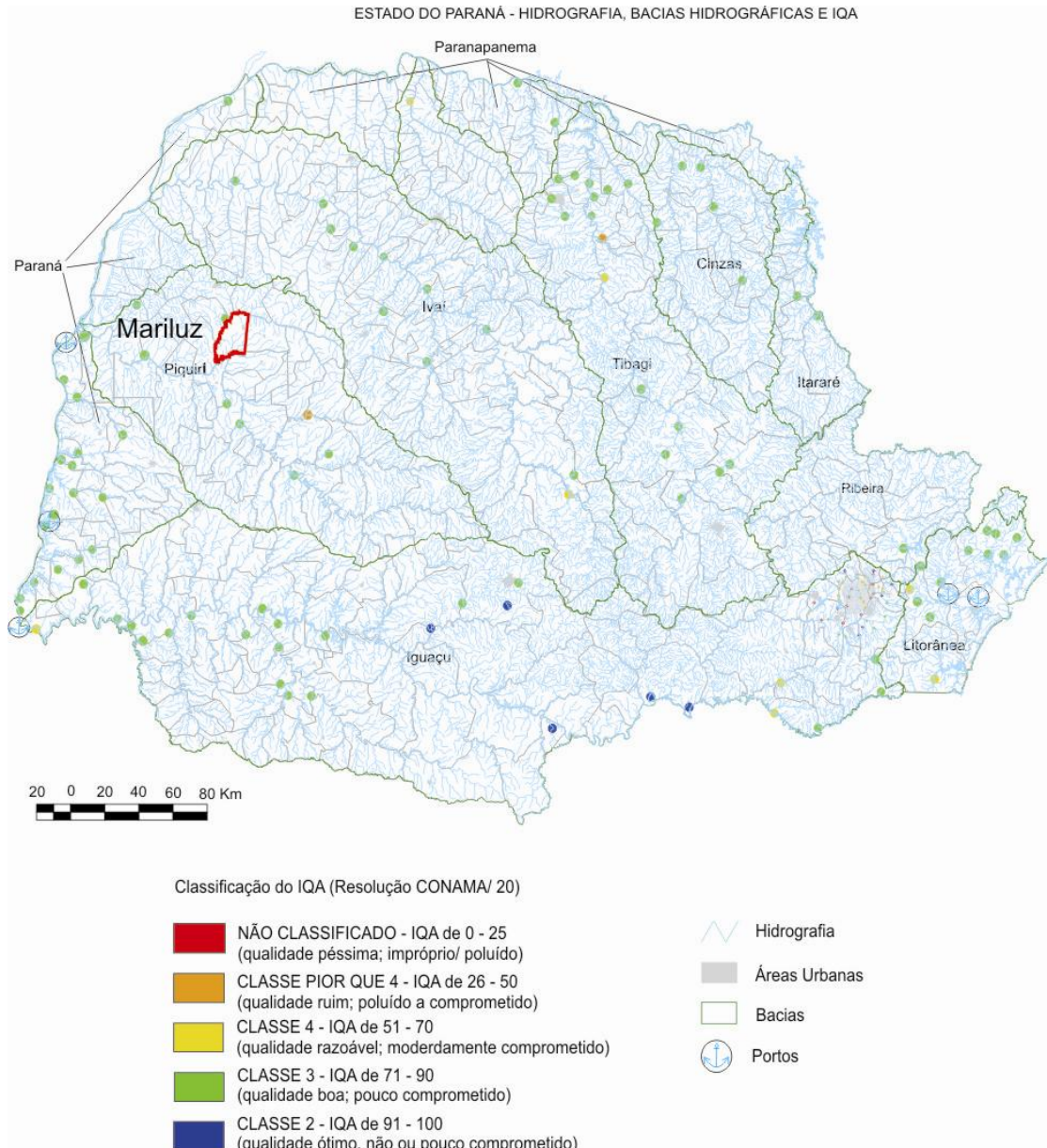
Estão localizados no rio Ivaí e seus afluentes. Nestes locais as águas enquadram-se na categoria boa (IQA entre 52 e 79), sendo considerados locais com águas moderadamente comprometidas. O rio Piquiri tem um curso total de 485 km, dos quais 140,6 km encontram-se na região. Na bacia do Piquiri, a qualidade das águas apresentou IQA entre 52-79 na categoria considerada boa, sendo classificada como moderadamente comprometida. De seus afluentes no rio Goioerê, o IQA ficou entre 52 e 79, assinalando águas de qualidade boa, e no rio Xambrê o índice de qualidade das águas variou de moderadamente comprometido a comprometido (IQA entre 37 e 79), indicando águas com qualidade de boa a aceitável (SUDHERSA apud IPARDES, 2004, p. 24).

Em relação à exposição das vertentes é importante salientar que, o mapa de vertentes apresenta em azimutes os rumos Norte, Leste, Sul e Oeste e as áreas planas que não tem uma exposição definida, os graus definidos e agrupados nestes quadrantes foram: Norte de 315° a 45°, Leste de 45° a 135°, Sul de 135° a 225° e Oeste de 225° a 315°. Esta orientação determina o sentido de escoamento da água ao longo da vertente superficialmente e subsuperficialmente, ou seja, este processo faz parte da rede de drenagem.

A exposição das vertentes demonstra a questão da insolação dependendo da orientação da face. Geralmente as faces leste e oeste recebem maior insolação seguida da face norte e com menor insolação a face sul isto devido a posição de Mariluz em relação à terra. No caso da insolação os terrenos voltados para face leste recebem radiação solar direta por toda parte da manhã, aquecendo a planta, enxugando o orvalho e favorecendo a fotossíntese. A face oeste recebe a radiação no período da tarde. Ao longo do ano a incidência varia no sentido norte aumentando a insolação nesta face, geralmente a face sul é a que menos recebe radiação solar.

Em Mariluz, a exposição das vertentes é influenciada principalmente pela rede de drenagem. Quando os rios têm orientação leste-oeste ou sudeste-noroeste há predominância das faces norte e sul e em alguns casos oeste. Quando a orientação dos rios é norte-sul ou nordeste-sudoeste há o predomínio das faces leste, oeste e em alguns casos sul. (Prancha 20)

FIGURA 6: HIDROGRAFIA, BACIAS E IQA



Fonte: IPARDES, 2004

FIGURA 7: RIBEIRÃO JACUTINGA – SEM MATA CILIAR



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009

PRANCHA 17: LOCALIZAÇÃO DAS BACIAS PARANAENSES

PRANCHA 18: SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE MARILUZ

PRANCHA 19: EXPOSIÇÃO DE VERTENTES NO MUNICÍPIO

PRANCHA 20: DRENAGEM MUNICIPAL

2.7. PONTOS DE POLUIÇÃO

Em sentido amplo, poluição é toda alteração das propriedades naturais do meio ambiente causada por agente de qualquer espécie, prejudicial à saúde, à segurança ou ao bem-estar da população sujeita aos seus efeitos.

De modo geral, as concentrações populacionais, as indústrias, o comércio, os veículos motorizados e até a agricultura e a pecuária produzem alterações no meio ambiente. Estas alterações só merecem combate quando se tornam intoleráveis e prejudiciais à comunidade, caracterizando poluição reprimível.

O legislador federal tem buscado estabelecer regras de proteção ao meio ambiente e coibir atividades poluidoras, com critérios e padrões técnicos uniformes em todo território nacional, servindo de diretrizes para as normas estaduais e municipais.

Meirelles (2001) leciona a respeito:

Impõe-se, ainda, a fixação de uma política geral descontrolada de poluição, uniforme e realística, que leve em consideração não só a preservação ambiental, como também as determinantes do desenvolvimento local, regional e nacional, para a correta localização das atividades poluidoras, a situação das indústrias e do comércio já instalados, os meios técnicos de contenção ou eliminação dos elementos poluentes e os estímulos do poder público para o combate à poluição, a fim de se obter o equilíbrio ecológico e econômico, num amparo recíproco dos interesses coletivos e dos direitos individuais, protegendo a comunidade sem aniquilar a iniciativa privada, propulsora do desenvolvimento nacional (MEIRELLES, 2001, p. 545).

A Mesorregião Noroeste apresenta grande suscetibilidade em comprometer-se ambientalmente, tanto pelas condições naturais do solo quanto pela urbanização, que implica densificação populacional e concentração de atividades econômicas, em particular com segmentos agroindustriais marcadamente poluidores. Em Mariluz segundo a Secretaria de Agricultura não existem pontos de poluição.

As tabelas a seguir dão uma noção das condições ambientais de Mariluz:

TABELA 8: POLUIÇÃO DO AR EM MARILUZ

Poluição do ar	
Poluição do Ar	Não
Atividade agropecuária	Não
Atividade industrial	Não
Incineração de lixo	Não
Mineração	Não
Odores de lixo	Não
Queimadas	Não

Termoelétrica	Não
Veículos automotores	Não
Vias não pavimentadas	Não
Outros tipos	Não

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Meio Ambiente 2002 e EMATER

TABELA 9: POLUIÇÃO DO RECURSO ÁGUA EM MARILUZ

Poluição do recurso água	
Poluição da Água	Não
Mineração/garimpo	Não
Combustível e óleo	Não
Criação de animais	Não
Despejo de vinhoto	Não
Despejos resíduos industriais	Não
Despejo esgoto doméstico	Não
Resíduos sólidos/ lixo	Não
Ocupação irregular curso d'água	Não
Ocupação irregular áreas de lençóis subterrâneos	Não
Por uso de agrotóxico ou fertilizante	Não
Outros tipos	Não

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Meio Ambiente 2002 e EMATER.

TABELA 10: AÇÕES DE CONTROLE DA POLUIÇÃO

Ações de controle da poluição	
Fiscal/combate aos despejos resíduos domésticos	Sim
Fiscal/combate aos despejos resíduos industriais	Não
Fiscal/controle atividades industriais poluidoras	Não
Fiscal/controle atividades extrativas	Não
Fiscal/combate poluição veículos automotores	Não
Gestão de resíduos tóxicos	Não
Implantação /operação de estação de qualidade do ar	Não
Implantação de aterros sanitários	Sim
Programa coleta seletiva do lixo	Sim
Reciclagem de lixo	Sim
Outras	Não

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Meio Ambiente 2002.

TABELA 11: CONTAMINAÇÃO DO SOLO EM MARILUZ

Contaminação do solo	Não
extração mineral	Não
atividade pecuária	Não
Chorume	Não
Aterro Sanitário	Não
resíduos tóxicos e/ou metais pesados	Não
resíduos de unidades de saúde	Não
uso de fertilizantes e agrotóxicos	Não
Outros tipos	Não

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Meio Ambiente 2002.

2.8. COBERTURA FLORESTAL E VEGETAÇÃO

O Estado do Paraná apresenta um quadro botânico bem diversificado, com várias características peculiares e área de transição, composta de florestas e campos. Entre as florestas mais conhecidas temos a Floresta Ombrófila Mista, conhecida como Mata das Araucárias, Floresta Ombrófila Densa, conhecida como Mata Atlântica (Serra do Mar) e Floresta Estacional Semidecidual, conhecida como Floresta Fluvial Tropical (Pranchas 21 e 22).

De acordo com o Caderno Leituras Regionais do IPARDES

A mesorregião encontra-se nos domínios fitogeográficos de três biomas distintos, dos quais a Floresta Estacional Semidecidual (FES) é dominante, ocorrendo, ainda, Campos Inundáveis, nas zonas de várzeas dos vales de rios, e, em proporções muito reduzidas, as Estepes (mapa 1.1). Segundo o levantamento fitogeográfico feito por Maack (1950), a cobertura vegetal original da mesorregião Noroeste era formada em 98% por FES, sendo que, desta formação, 83,2% era original, 4,6% estava alterada e 10,2% era do tipo FES aluvial, 1,8% por Campos Inundáveis e 0,2% por Estepe. Os desmatamentos ocorridos decorrentes da ocupação do território determinaram uma redução nos recursos florestais, restando atualmente apenas 101.875,80 hectares de cobertura florestal, que correspondem a 4,1% da cobertura original da região. O total da área florestal ainda existente representa 4,0% da cobertura florestal do Estado, posicionando a região em sétimo lugar na contribuição da cobertura florestal do Paraná (IPARDES, 2004, pg. 12).

PRANCHA 21: COBERTURA VEGETAL DO PARANÁ

PRANCHA 22: COBERTURA VEGETAL ORIGINAL DO MUNICÍPIO

2.9. ÁREA DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PERMANENTE

Unidade de Conservação (UC), Área de Proteção Ambiental – APA e Área de Proteção Permanente são definições encontradas na lei n.º 4.771/1965 – Código Florestal e que regulamenta a questão ambiental

Art. 2º - Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:

1) De 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

2) De 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

3) de 100 (cem) metros para os cursos d'água tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

4) de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

5) de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) Nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) Nas encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

As Unidades de Conservação são definidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA como “porções delimitadas do território nacional especialmente protegida por lei, pois contém elementos naturais de importância ecológica ou ambiental”. Observam-se suas características naturais e estabelecendo os principais objetivos de conservação e o grau de restrição à intervenção antrópica. São categorias de Unidade de Conservação previstas por lei: Parque Nacional, Estação

Ecológica, Reserva Biológica, Reserva Ecológica, Área de Proteção Ambiental, Reserva Extrativista e Área de Relevante Interesse Ecológico.

Conforme o IPARDES (2004), na Mesorregião Noroeste existe 42 Unidades de Conservação, “destas 35 são de proteção integral dos governos estadual e municipal e 07 Unidades de Conservação de Uso Sustentável”, conforme demonstra a tabela a seguir. Destaca-se o Parque Nacional de Ilha Grande, o Parque Estadual de Amaporã e Estação Ecológica do Caiuá.

TABELA 12: ÁREA, LOCALIZAÇÃO E ÂMBITO DE GOVERNO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) DA MESORREGIÃO NOROESTE – PARANÁ – 2003

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	ÂMBITO DE GOVERNO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA TOTAL (ha)
De proteção Integral			
Parque Nacional de Ilha Grande	Federal	Altônia, Guairá, Icaraíma, São Jorge do Patrocínio, alto Paraíso (antigo Vila Alta)	78.875,00
Estação Ecológica do Caiuá	Estadual	Diamante do Norte	1.427,30
Parque Estadual de Amaporã	Estadual	Amaporã	204
RPPN Estadual Fazenda São José	Estadual	Alto Paraná	66,6
RPPN Estadual Fazenda Bararuba	Estadual	Alto Paraná	359,3
RPPN Estadual Fazenda Leonora	Estadual	Alto Paraná	25,3
RPPN Estadual Agropecuária Manaim	Estadual	Cruzeiro do Oeste	198,7
RPPN Estadual Fazenda Urupês (Mata do Sestito)	Estadual	Cruzeiro do Oeste	274,6
RPPN Est. Fazenda Nova Paranapoema	Estadual	Jardim Olinda	159,7
RPPN Estadual Fazenda Matão	Estadual	Loanda	607,9
RPPN Estadual Fazenda Kondo II	Estadual	Nova Londrina	87
RPPN Estadual Fazenda Kondo I	Estadual	Nova Londrina	62,8
RPPN Estadual São Bento	Estadual	Paraíso do Norte	167,1
RPPN Estadual Fazenda Duas	Estadual	Planaltina do Paraná	173,2
RPPN Estadual Fazenda Santa Fé	Estadual	Querência do Norte	525,1
RPPN Estadual Fazenda Santa Francisca	Estadual	Querência do Norte	545,3
RPPN Estadual Fazenda da Mata	Estadual	Querência do Norte	137,1
RPPN Est. Fazenda São Pedro/Bento		Santa Cruz do Monte Castelo	162,6
RPPN Estadual Fazenda Taquaritinga	Estadual	Santa Isabel do Ivaí	36,3
RPPN Estadual Fazenda Santa Fé do Ivaí	Estadual	Santa Isabel do Ivaí	127,8
RPPN Est. Faz. Mos. – Mata dos Volpon IV	Estadual	Santa Mônica	291,8
RPPN Est. Faz. Mos. - Mata dos Volpon III	Estadual	Santa Mônica	263,6
RPPN Est. Faz. Mos. - Mata dos Volpon II	Estadual	Santa Mônica	330,4
RPPN Est. Faz. Mos. - Mata dos Volpon I	Estadual	Santa Mônica	309,9
RPPN Estadual Fazenda Paranhos	Estadual	São Carlos do Ivaí	43,1
RPPN Est. Faz. Caraguatatiba da Divisa	Estadual	São Manoel do Paraná	222,3
RPPN Estadual Ikatú Agropecuária Ltda	Estadual	São Pedro do Paraná	135
Parque Municipal Água da Bica	Municipal	Alto Piquiri	3,6
Parque Municipal Cinturão Verde	Municipal	Cianorte	21
Parque Municipal Danilo Marques Moura	Municipal	Goioerê	17,5
Parque Municipal Primavera	Municipal	Iporã	21,6
Bosque Municipal de Nova Londrina	Municipal	Nova Londrina	4,2

Bosque Municipal	Municipal	Paraíso do Norte	1
Bosque Municipal de Paranavaí	Municipal	Paranavaí	20,2
Parque dos Xetas	Municipal	Umuarama	20
Total			85.927,70

Fonte: Leituras Regionais do IPARDES – 2004.

Conforme a EMBRAPA a Área de Proteção Ambiental (APA) é uma categoria de UC, voltada para a proteção de riquezas naturais que estejam inseridas dentro de um contexto de ocupação humana. A tabela abaixo, elaborada pelo IPARDES, relaciona as Áreas de Preservação Ambiental na Mesorregião Noroeste.

TABELA 13: ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA MESORREGIÃO NOROESTE

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	ÂMBITO DE GOVERNO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA TOTAL(ha)
De Uso Sustentável			
APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná	Federal	Altônia, São Jorge do Patrocínio, Vila Alta, Icaraíma, Diamante do Norte, Marilena, Nova Londrina, Porto Rico, Querência do Norte e São Pedro do Paraná	274.900,00
APA Municipal de Vila Alta	Municipal	Alto Paraíso	55.890,00
APA Municipal de Xambê	Municipal	Francisco Alves e Iporã	30.319,70
APA Municipal de Altônia	Municipal	Altônia	39.623,00
APA Municipal de Icaraíma	Municipal	Icaraíma	12.000,00
APA Municipal São Jorge do Patrocínio	Municipal	São Jorge do Patrocínio	26.483,00
Horto Florestal paraíso do Norte	Municipal	Paraíso do Norte	3,2
Total			439.218,90

Fonte: Leituras Regionais do IPARDES – 2004

Conforme dados da Secretaria Estadual de Meio Ambiental, em Mariluz não há até o presente momento alguma Unidade de Conservação (UC) e Área de Proteção Ambiental (APA).

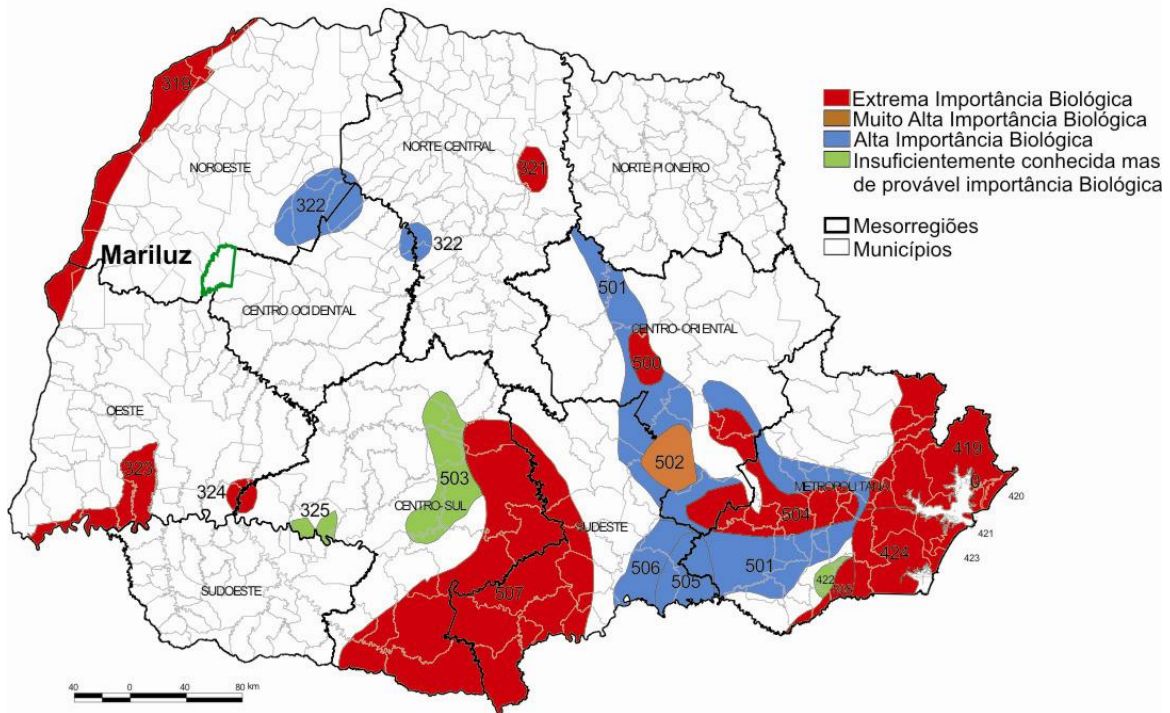
De acordo com a legislação federal mais atualizada, Reserva Legal é área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas;

Sabe-se que é obrigatória a existência da Reserva Legal, que se refere a reservar no mínimo 20% da superfície de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso e que deve ser averbada à margem da inscrição da matrícula do imóvel, sendo vedada expressamente a alteração de sua destinação.

As figuras à seguir situam as regiões fitogeográficas, a cobertura vegetal, as áreas de reflorestamento, unidades de conservação, corredores de biodiversidade, terras indígenas demarcadas e as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade.

FIGURA 8: ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

ESTADO DO PARANÁ - ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

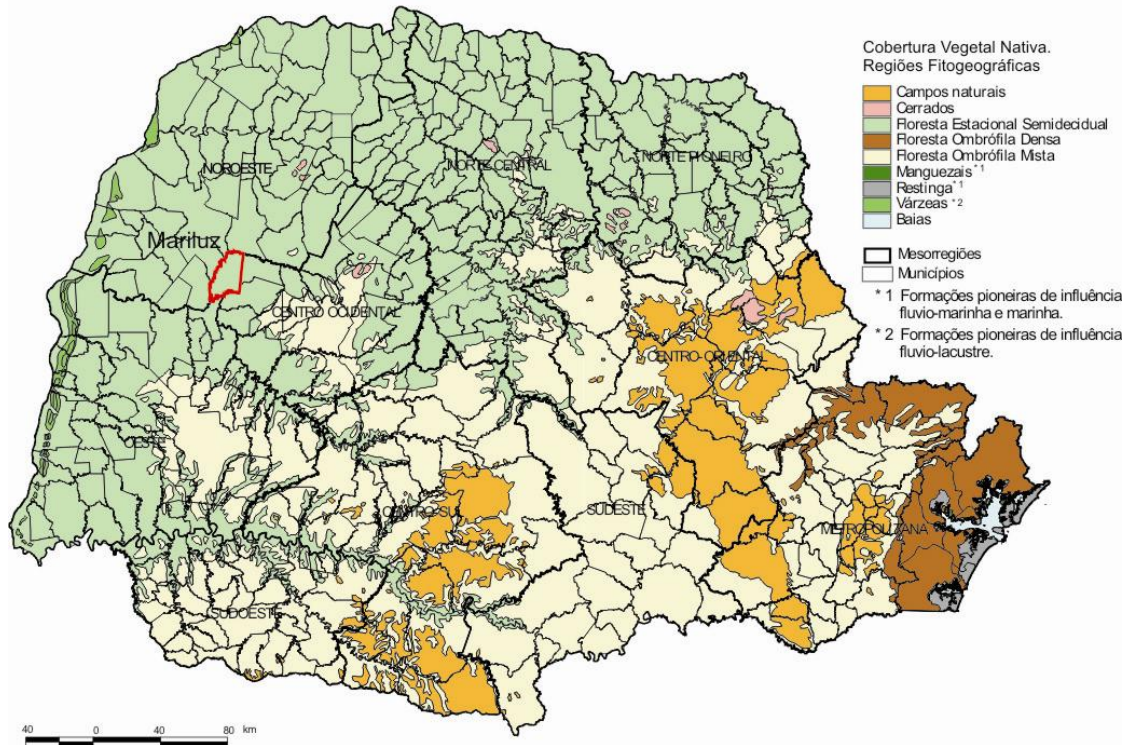


Código	Áreas Prioritárias para conservação da Biodiversidade
319	Parque Nacional da Ilha Grande
321	Mata do Godoy
323	Parque Nacional do Iguaçu
324	Rio Guarani
419	Juréia – Paranaguá
420	Ilha de Figueira
421	Ilha do Mel
423	Ilha dos Currais
424	Itapoá – Guaratuba
500	Médio Rio Tibagi
504	Várzeas e cabeceiras do Rio Iguaçu/ Vila Velha
507	Médio Rio Iguaçu – Guarapuava
508	Planalto Leste (SC/PR)
502	Campos Gerais
322	Vila Rica
501	Alto Médio Rio Tibagi/ Alto Rio Iguaçu
505	São Mateus do Sul II
506	São Mateus do Sul I
325	Giacometi
422	Tijucas do Sul
503	Nascentes do Rio Piquiri

Fonte: ZEE, 2006

FIGURA 9: COBERTURA VEGETAL NATIVA – REGIÕES FITOGEOGRÁFICAS

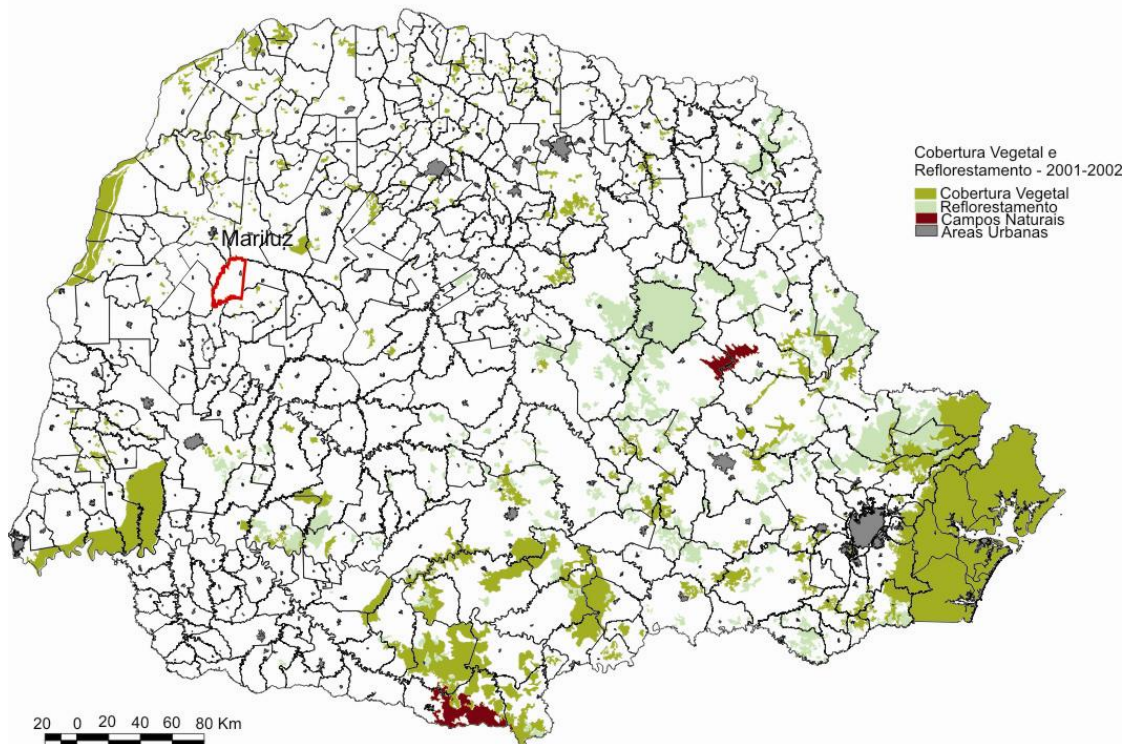
ESTADO DO PARANÁ - COBERTURA VEGETAL NATIVA. REGIÕES FITOGEOGRÁFICAS



Fonte: IPARDES, 2002

FIGURA 10: COBERTURA VEGETAL E REFLORESTAMENTO – 2001-2002

ESTADO DO PARANÁ - COBERTURA VEGETAL E REFLORESTAMENTO - 2001-2002



Fonte: IPARDES, 2002

de 1960 e 1970, chegando a ser contabilizada no município uma população acima de 20 mil habitantes.

Em 1970 ocorreu no Paraná política oficial de racionalização da cafeicultura, que consistia na erradicação dos cafeeiros anti-econômicos e diversificação das culturas na região norte do Paraná. O reflexo desta política, juntamente com a geada de 1975, fez com que a região Norte do Paraná passasse por uma revolução agrícola denominada Complexo Agroindustrial.

Com a modernização da agricultura, as propriedades tornaram-se mais concentradas; ocorreu o declínio das propriedades até 10 hectares.

Este processo de modernização agrícola e gerou aprofundamento das relações capitalistas no campo, promovendo uma transformação na distribuição espacial da população. O Brasil, o Paraná e Mariluz se urbanizaram. Em contrapartida, houve uma diminuição significativa da população global do município, perdendo mais da metade da sua população até a década de 1990. O principal motivo, assim como na grande maioria dos municípios do noroeste do Paraná, foi à migração para os núcleos maiores e também para as novas fronteiras agrícolas do território nacional.

A população de Mariluz migrou para os municípios de Umuarama, Cianorte, Paranavaí, Londrina e Maringá, e Região Metropolitana de Curitiba. Entre as Unidades da Federação Brasileira, destaque para os estados de São Paulo (Região Metropolitana de São Paulo), Mato Grosso do Sul, Mato Grosso (Sinop, Sorriso, Alta Floresta), Rondônia (Vilhena, Ji Paraná, Ariquemes) e Bahia (Barreiras, Luiz Eduardo Magalhães e São Desidério).

Em conformidade com as transformações ocorridas no espaço regional, o êxodo da década de 1980 não foi somente uma transferência dos habitantes da zona rural para a urbana como ocorrido anteriormente, foi a saída de famílias do Município em busca de melhores condições de vida em centros urbanos de médio porte como Maringá e Londrina, metrópoles como Curitiba e São Paulo e uma migração em direção às novas fronteiras agrícolas do país, conforme já especificado.

A distribuição da população no território na década de 1990 sofre a influência da nova redivisão do trabalho, dos aspectos da globalização. Verificou-se a continuação do processo de êxodo rural e municipal iniciado nas décadas anteriores, mas com uma diferença significativa: havia mais cidadãos de Mariluz habitando na zona urbana do que na zona rural.

Endlich explicita bem esta dinâmica:

“para se compreender as dinâmicas vivenciadas pela sociedade na região noroeste do Paraná é preciso considerar os processos de transformações pelas quais passam o território brasileiro. O comportamento demográfico da região não se explica somente pelo processo de modificação agrícola. Ela decorre dos ajustes regionais do capitalismo, mas também se explica pela nova dinâmica industrial que incluiu de modo qualitativamente diferente o território paranaense na divisão internacional do trabalho” (2006).

3.1. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NO TERRITÓRIO MUNICIPAL ENTRE 1991 E 2000

Para a identificação da tendência sócio-espacial de Mariluz, com a distribuição da população no território no período 1991 a 2007 serão considerados os quesitos:

- a) evolução da zona urbana e rural do Censo Demográfico do IBGE de 1991 e 2000;
- b) as projeções e dados do IPARDES e IBGE para 2001 a 2007;
- c) sempre que possível, informações anteriores a 1991.

De acordo com o Censo Demográfico de 2000 do IBGE, Mariluz apresenta em seu território 02 distritos - o distrito de Mariluz - onde se concentra a perimetria urbana, com ausência de bairros e vilas, constando uma população de 8.255 habitantes; o Distrito de São Luiz e a zona rural, constando uma população de 2.041 habitantes, totalizando 10.296 habitantes.

O Atlas do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD de 2000 acusa em Mariluz que a taxa de urbanização chegou a 80,17% em 2000. A população do município representava 0,11% da população do Estado e 0,01% da população do País.

Na estimativa do novo censo, a contagem da população total no município no ano 2007 foi de 10.461 habitantes, apontando um pequeno crescimento da população total e também com crescimento da população urbana em detrimento da rural.

As tabelas a seguir demonstram esses índices e embasam a análise sobre a distribuição da população no território.

TABELA 14: CADASTRO ELEITORAL 2008

	2008
Zona	86
Quantidade de eleitores	7.983

Fonte: Justiça Eleitoral – TER / PR

TABELA 15: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NO TERRITÓRIO MUNICIPAL NOS ANOS DE 1970, 1980, 1990, 2000 E 2007.

Indicador	1970	1980	1991	2000	Contagem 2007
População total	23.082	13.448	11.053	10.296	10.461
População urbana	5.506	7.697	8.326	8.255	8.539
População rural	17.576	5.751	2.727	2.041	1.922

Fonte: MuniNet - Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal; IPARDES

TABELA 16: GRAU DE URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARILUZ NOS ANOS DE 1990 A 2007.

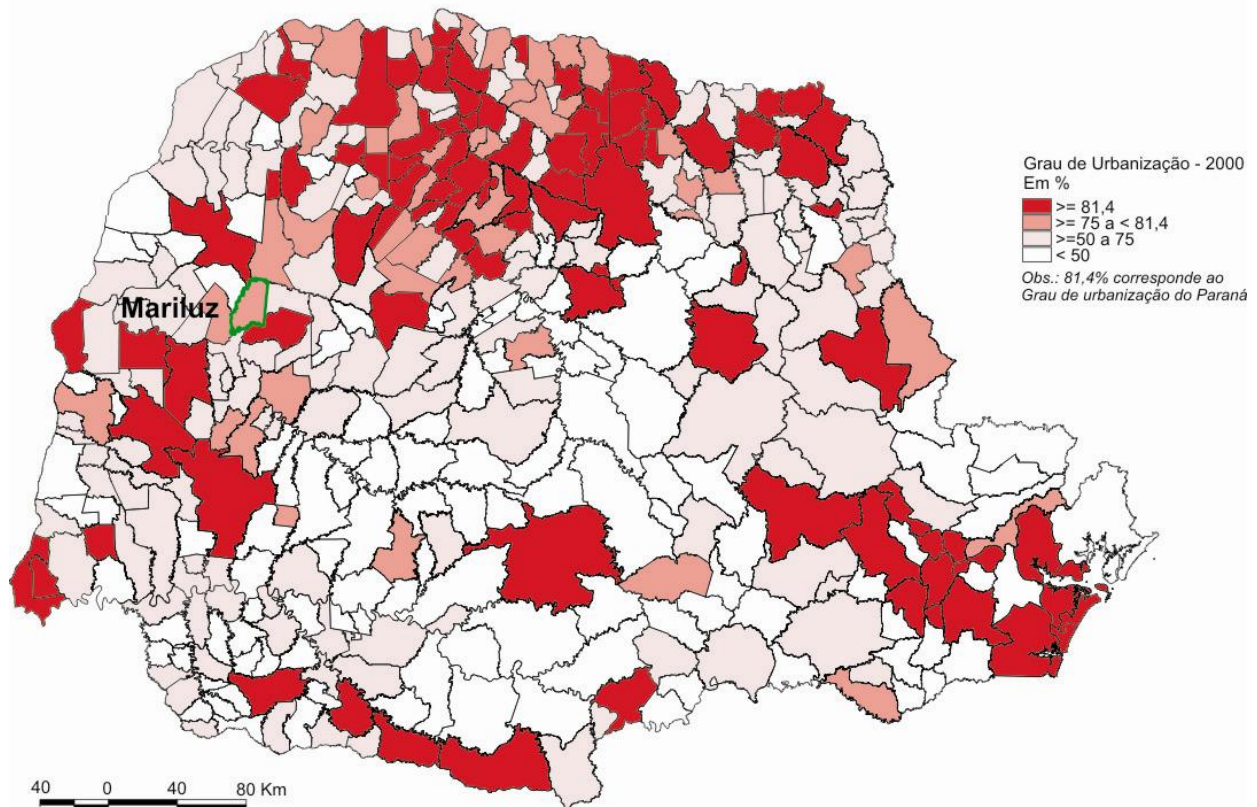
Unidade	1991	(%)	2000	(%)	Contagem 2007	(%)
Pop. total	11.053	100	10.296	100	10.461	100
Pop. urbana	8.326	75,32	8.255	80,17	8.539	81,62
Pop. rural	2.727	24,68	2.041	19,83	1.922	18,38

Fonte: MuniNet - Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal, IPARDES.

Se comparado o Grau de Urbanização do Município de Mariluz com os demais municípios do Paraná, constata-se a existência na Mesorregião Noroeste e Norte do Estado, de um grande número de municípios com o percentual da população residente em áreas urbanas, entre 75% e 81,4%, como é o caso de Mariluz. Contudo, no Estado do Paraná, há um considerado número de municípios nos quais pelo menos a metade de seus habitantes reside na área rural, conforme apresenta a figura a seguir:

FIGURA 12: GRAU DE URBANIZAÇÃO – 2000

ESTADO DO PARANÁ - GRAU DE URBANIZAÇÃO - 2000



Fonte: IPARDES, 2002.

Conforme demonstra a tabela a seguir, no ano 2000 a população total de Mariluz dividia-se em 5.111 mulheres e 5.185 homens. Deste número de mulheres, os dados indicam que 2.642 mulheres possuem idade igual ou superior a 25 anos.

TABELA 17: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MASCULINA E FEMININA NO TERRITÓRIO MUNICIPAL NAS DÉCADAS DE 1970, 1980, 1990 E 2000.

Indicador	População masc./fem.			
	1970	1980	1991	2000
Pop. Masc.	11.961	6.926	5.594	5.185
Pop. Fem.	11.121	6.522	5.459	5.111

Fonte: MuniNet - Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal.

TABELA 18: POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO AS FAIXAS ETÁRIAS E SEXO – 2000.

FAIXAS ETÁRIAS (anos)	Masculino	Feminino	Total
Menores de 01 ano	88	92	180
De 1 a 4	392	397	789
De 5 a 9	534	561	1.095
De 10 a 14	585	553	1.138
De 15 a 19	540	477	1.017
De 20 a 24	460	389	849
De 25 a 29	401	396	797
De 30 a 34	382	454	836
De 35 a 39	386	334	720
De 40 a 44	239	248	487
De 45 a 49	196	258	454
De 50 a 54	223	210	433
De 55 a 59	195	212	407
De 60 a 64	190	181	371
De 65 a 69	173	137	310
De 70 e mais	201	212	413
TOTAL	5.185	5.111	10.296

Fonte: IPARDES.

TABELA 19: POPULAÇÃO SEGUNDO AS FAIXAS ETÁRIAS E SEXO – CONTAGEM 2007.

FAIXAS ETÁRIAS (anos)	Masculino	Feminino	Total
Menores de 01 ano	82	73	155
De 1 a 4	371	333	704
De 5 a 9	463	459	922
De 10 a 14	513	556	1.069
De 15 a 19	516	479	995
De 20 a 24	432	431	863
De 25 a 29	370	379	749
De 30 a 34	384	391	775
De 35 a 39	355	387	742
De 40 a 44	414	359	773
De 45 a 49	274	258	532
De 50 a 54	215	246	461
De 55 a 59	187	214	401
De 60 a 64	187	206	393
De 65 a 69	169	174	343

De 70 e mais	295	269	564
TOTAL	5.230	5.226	10.461

Fonte: IPARDES.

As tabelas acima apontaram a existência no ano 2000 de 10,62% da população com idade acima de 60 anos, sendo 413 habitantes com 70 ou mais anos de idade, o que representa 4,01% da população total do município, e 9,41% da população do município neste mesmo ano com faixa etária entre 0 e 4 anos de idade. Já na contagem da população realizada em 2007, percebe-se que o número de pessoas na faixa etária acima de 60 anos era de 1.300, representando 12,42% do total de habitantes do município. Esses índices apontam a existência de uma população que está envelhecendo, o que gera uma demanda por serviços especializados na área da saúde, ação social e esportes para atendimento de idosos.

Analisando a taxa geométrica de crescimento anual do município, com a respectiva evolução da taxa de crescimento total, urbano e rural, constata-se que Mariluz perdeu um total de 757 habitantes entre 1991 e 2000, sendo uma média de 84,11 pessoas/ano. Na área rural, a taxa de crescimento é negativa, acompanhando o movimento de transformação regional, que teve como uma das características principais o êxodo rural.

TABELA 20: TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DE MARILUZ

Evolução da Taxa de Crescimento Total		
1970-1980	1980-1990	1991-2000
-5,26	-1,77	-0,79
Evolução da Taxa de Crescimento Urbano		
1970-1980	1980-1990	1991-2000
3,43	0,72	-0,10
Evolução da Taxa de Crescimento Rural		
1970-1980	1980-1990	1991-2000
-10,57	-6,56	-3,20

Fonte: IPARDES.

O crescimento negativo ocorreu também na área urbana de Mariluz, em decorrência, sobretudo, das migrações para outros centros devido à baixa expectativa de trabalho e renda. Depois do declínio da cultura do café e do algodão, Mariluz se caracterizou como um Município com tendência a esvaziamento populacional e econômico, necessitando criar condições para gerar renda e emprego e reverter este processo.

Segundo cálculo do IPARDES sobre a previsão da população total dos municípios paranaenses, Mariluz teve em 2007 projeção populacional de 9.358 habitantes, porém a contagem realizada neste mesmo ano registrou um número de 10.461 habitantes.

É possível se obter uma projeção da população do município para os próximos dez anos, que corresponde ao horizonte de atuação do Plano Diretor. Para isso

considera-se a última taxa de crescimento anual da população do município, que foi registrada em 2000 e a população do município na contagem de 2007. Dessa forma, se mantidos esses índices, pode-se prever uma população total para o ano de 2020 de 10.840 habitantes. A tabela abaixo demonstra a projeção populacional até 2020.

TABELA 21: PROJEÇÃO POPULACIONAL DE MARILUZ

Ano	População Registrada
1991	11.053
2000	10.296
Ano	Contagem da população
2007	10.461
Ano	População Total Projetada
2007	9.358
2008	10.810
2009	10.840
2010	10.857
2011	10.876
2012	10.884
2013	10.888
2014	10.891
2015	10.890
2016	10.892
2017	10.877
2018	10.878
2019	10.857
2020	10.840

Fonte: IPARDES

3.2. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH DE MARILUZ

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é um indicador criado pela Organização das Nações Unidas - ONU com o objetivo de medir a qualidade de vida da população. O IDH considera 03 dimensões: saúde, educação e renda. Para estimar o aspecto saúde é utilizado o indicador esperança de vida ao nascer. Para o aspecto educação, a taxa de alfabetização de adultos, assim como a taxa de matrícula combinada nos 03 níveis de ensino. E, para estimar a renda utiliza-se o PIB per capita, ajustados para diferenças no custo de vida de cada nação.

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH pode variar de 0 a 1, com a seguinte classificação: a) índice até 0,499, considerado desenvolvimento humano baixo; índice entre 0,500 e 0,799, considerado de desenvolvimento humano médio e índice maior que 0,800, considerado de desenvolvimento humano alto.

Em Mariluz o Índice de Desenvolvimento Humano, conforme o PNUD, no período de 1991 – 2000 cresceu 8,70%, passando de 0,621 em 1991 para 0,675 em 2000.

TABELA 22: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH) PARA MARILUZ

	1991	2000
IDH	0,621	0,675
Educação	0,663	0,776
Longevidade	0,617	0,639
Renda	0,582	0,609

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil

Nesse período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH) foi reduzido em 14,2%, se aproximando cada vez mais do maior IDH-M do Estado: 0,856 (Curitiba – PR).

Segundo a classificação do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) elaborado para o Paraná, o município tem seu desenvolvimento humano considerado **como de nível médio (IDH entre 0,5 e 0,8)**. A tabela abaixo demonstra o IDH comparativo entre o País, o Estado do Paraná, a Região Sul e o Município de Mariluz.

TABELA 23: COMPARATIVA ENTRE OS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH) DE 1991

IDH 1991	
Brasil	0,696
Região Sul	0,737
Paraná	0,711
Mariluz	0,621

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil e Muninet

TABELA 24: COMPARATIVA ENTRE OS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH) DE 2000

IDH 2000	
Brasil	0,766
Região Sul	0,807
Paraná	0,787
Mariluz	0,675

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil e Muninet

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M do Brasil era 0,766. Dentre os municípios da microrregião Umuarama, o município com o melhor valor era Umuarama (PR), com um valor de 0,795, e o município com o pior valor era Brasilândia do Sul (PR), com um valor de 0,646, o primeiro maior que a média brasileira e o segundo abaixo da média nacional. Dos 21 municípios da microrregião, todos tinham um valor entre 0,500 e 0,800, considerado índice médio de desenvolvimento.

TABELA 25: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – IDH DE 1991 E 2001 DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE UMUARAMA

Município	IDH – M, 1991	IDH – M, 2000
Antônia	0,743	0,760
Alto Paraíso	0,704	0,666
Alto Piquiri	0,750	0,665
Brasilândia do Sul	0,707	0,646
Cafezal do Sul	0,730	0,664
Cruzeiro do Oeste	0,751	0,724
Douradina	0,740	0,722
Esperança Nova	0,744	0,743
Francisco Alves	0,736	0,727
Icaraíma	0,741	0,740
Iporã	0,750	0,730
Ivaté	0,752	0,712
Maria Helena	0,707	0,692
Mariluz	0,675	0,663
Nova Olímpia	0,740	0,706
Perobal	0,745	0,704
Pérola	0,759	0,750
São Jorge do Patrocínio	0,708	0,736
Tapira	0,731	0,706
Umuarama	0,800	0,795
Xamburé	0,751	0,711

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Em relação aos outros municípios do Brasil, Mariluz apresenta uma situação intermediária: ocupa a 3363ª posição, sendo que 3.362 municípios (61,0%) estão em situação melhor e 2.144 municípios (39,0%) estão em situação pior ou igual. (PNUD 2000)

Em relação aos outros municípios do Estado, o município apresenta uma situação ruim: ocupa a 380ª posição, sendo que 379 municípios (95,0%) estão em situação melhor e 19 municípios (5,0%) estão em situação pior ou igual (PNUD 2000). A tabela abaixo vem delinear sobre os índices de exclusão social na municipalidade.

TABELA 26: INDICADORES DE EXCLUSÃO SOCIAL PARA O MUNICÍPIO DE MARILUZ - 2000

Índice de Pobreza – 2000	0,43
Classificação Nacional Índice de Pobreza – 2000	Entre os 50% melhores
Índice de Emprego – 2000	0,06
Classificação Nacional Índice de Emprego – 2000	Entre os 75% melhores
Índice de Desigualdade – 2000	0,06
Classificação Nacional Índice de Desigualdade – 2000	Entre 50% melhores
Índice de Alfabetização – 2000	0,74
Classificação Nacional Índice de Alfabetização – 2000	Entre 75% melhores
Índice de Escolaridade – 2000	0,35
Classificação Nacional Índice de Escolaridade – 2000	Entre os 75% melhores
Índice de Juventude – 2000	0,64
Classificação Nacional Índice de Juventude – 2000	Entre 50% melhores
Índice de Violência - 2000	0,96
Classificação Nacional Índice de Violência – 2000	Entre 75% melhores

Índice de Exclusão – 2000	0,43
Classificação Nacional Índice de Exclusão – 2000	Entre 75% melhores

Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil apud SIMBRASIL – 2003.

Uma das formas de evidenciar de modo mais direto o grau de desigualdade social dos municípios da mesorregião noroeste está na mensuração do número de famílias pobres e na obtenção dos indicadores de pobreza. Em Mariluz percebe-se melhora da qualidade de vida da população local.

TABELA 27: INDICADORES DE POBREZA PARA O MUNICÍPIO DE MARILUZ – 2000

Indicador	Índice
% de indigentes, 1991	20,94 %
% de indigentes, 2000	20,46 %
% de pobres, 1991	51,71 %
% de pobres, 2000	47,10 %
% de crianças indigentes, 1991	29,21 %
% de crianças indigentes, 2000	29,2 %
% de crianças pobres, 1991	64,7 %
% de crianças pobres, 2000	59,01 %
Intensidade da pobreza, 1991	44,28
Intensidade da pobreza, 2000	52,13
Intensidade da indigência, 1991	35,83
Intensidade da indigência, 2000	45,31

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e MuniNet – Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal

3.3. EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE EDUCAÇÃO / ESCOLARIDADE

Entende-se por educação a dimensão mais nobre e relevante da vida, uma vez que é a formação do ser humano que torna possível o pleno aproveitamento de suas potencialidades e do seu desenvolvimento moral, material e espiritual ao longo de toda a existência. Dispor de cidadãos bem preparados e capacitados, com boa formação humanística, científica e artística será necessário para atingir desenvolvimento e melhor qualidade de vida.

Por intermédio das Constituições Federais - CF de 1946, 1967 e 1988, compete aos Poderes Públicos Institucionais garantir o direito universal à Educação. Pela Constituição de 1946 e 1967 não cabia ao Município organizar seu sistema de ensino. Pela atual Constituição Federal (1988) compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios organizarem seus sistemas de ensino em regime de colaboração.

Quanto à identificação das tendências sócio-espaciais em relação às condições de educação/escolaridade, verifica-se no início da colonização, uma Mariluz populosa, superior a 20.000 habitantes e uma disposição da sociedade civil organizada e institucional para criação de escolas na zona rural e no povoado.

A política de racionalização da agricultura, eliminação dos cafezais anti-econômicos, apogeu e declínio do algodão e mudança de matriz produtiva promoveram êxodo rural e municipal, incluindo grande fluxo de população jovem, que partiram em busca de trabalho, renda e educação. Nesse período foram sendo eliminadas as escolas rurais e consolidando os grupos escolares do núcleo urbano. A necessidade de educação, saúde, trabalho e renda (perspectivas de vida) trouxeram fluxos populacionais para a sede.

Na década de 1990, Mariluz apresentou índices positivos da taxa de crescimento urbano. Em contraste a essa informação, o crescimento rural negativo foi maior que a taxa de crescimento urbano, totalizando uma taxa de crescimento total negativa. Diante dessas considerações, verifica-se êxodo municipal, necessitando as escolas estar estruturadas na zona urbana e que o transporte coletivo escolar seja de qualidade.

No entanto, é necessário pontuar que em 2000 há um pequeno decréscimo populacional ocorrido também na área urbana, com significativa queda também na população rural. Para 2007, a projeção populacional é de que continue essa tendência.

Atualmente as referências educacionais são diversas. A rede educacional de Mariluz é composta por 05 estabelecimentos de ensino para pré-escola, 07 estabelecimentos para ensino fundamental e 01 estabelecimento de ensino médio.

No nível de pré-escola, há em Mariluz 05 estabelecimentos pertencentes ao sistema municipal de ensino, efetivando em 2007, 159 matrículas. Para o ensino fundamental, há em Mariluz 05 estabelecimentos de ensino fundamental pertencentes ao sistema municipal de ensino, efetivando em 2007, 1.002 matrículas; e 02 estabelecimentos de ensino fundamental, pertencentes ao sistema estadual de ensino, efetivando em 2007, um total de 1.001 matrículas. Para o ensino médio, há em Mariluz 01 estabelecimento, pertencente ao sistema estadual de ensino, efetivando em 2007, 466 matrículas.

TABELA 28: NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – 1991 E 2000

Faixa etária	Taxa de Analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% freqüentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Anos								
7 a 14	23,19	4,77	-	-	-	-	75,83	94,20
10 a 14	10,75	3,00	60,67	43,45	-	-	73,43	92,58
15 a 17	10,88	2,06	37,77	15,62	87,44	56,42	43,13	61,19
18 a 24	12,39	5,98	33,78	22,23	70,70	56,62	-	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

TABELA 29: NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO ADULTA (25 ANOS OU MAIS), 1991 E 2000

	1991	2000
Taxa de analfabetismo	34,98	33,13
% com menos de 4 anos de estudo	66,22	57,28
% com menos de 8 anos de estudo	87,81	81,86
Média de anos de estudo	2,85	3,67

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

TABELA 30: PERCENTUAL DE PESSOAS DE 25 ANOS OU MAIS ANALFABETAS, 2000

Município	Percentual, 2000
Antônia	20,76
Alto Paraíso	25,61
Alto Piquiri	26,44
Brasilândia do Sul	31,15
Cafezal do Sul	27,41
Cruzeiro do Oeste	19,56
Douradina	23,20
Esperança Nova	20,40
Francisco Alves	25,56
Icaraíma	20,98
Iporã	19,67
Ivaté	20,99
Maria Helena	25,86
Mariluz	33,13
Nova Olímpia	26,53
Perobal	19,21
Pérola	18,17
São Jorge do Patrocínio	22,87
Tapira	23,10
Umuarama	12,43
Xambrê	24,53

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

3.4. EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DE MARILUZ ENTRE OS ANOS DE 1991 A 2006

O perfil da saúde no município reflete o contexto socioeconômico e ambiental no qual está inserida sua população. Concorrem para esse perfil, portanto, não somente os quadros econômicos de distribuição de renda, condições de moradia e a abrangência do bem-estar como um todo. A própria estrutura etária caracterizará as doenças e internações de maior incidência no território.

3.4.1. ANÁLISE DOS INDICADORES DE SAÚDE MUNICIPAL

Os indicadores revelam o desempenho do setor da saúde na década de 1990. O município teve sua taxa de mortalidade infantil diminuída em 30,64% em 09 anos, registrando um coeficiente de mortalidade infantil – CMI – de 36,01 por mil nascidos vivos. É o 389º melhor coeficiente do Estado do Paraná e 1147º melhor coeficiente da região Sul. Em 1991, Mariluz ocupava a 342ª posição neste quesito.

Da mesma forma, a longevidade teve um acréscimo de 1,34 anos, passando de 62,02 anos em 1991 para 63,36 anos em 2000. É o 390º melhor coeficiente do Estado do Paraná e 1150º melhor coeficiente da Região Sul. Em 1991, Mariluz ocupava a 343ª posição neste quesito.

Em Mariluz houve um decréscimo da taxa de fecundidade total, passando de 2,97 filhos em 1991 para 2,92 filhos em 2000. É o 78º maior coeficiente do Estado do Paraná e 157º maior coeficiente da região Sul. Em 1991, Mariluz ocupava a 192ª posição neste quesito.

TABELA 31: INDICADORES DE LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE – 1991 E 2000

Indicadores	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	51,92	36,01
Esperança de vida ao nascer (anos)	62,02	63,36
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,97	2,92

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

TABELA 32: INDICADORES DE LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE – 1991 – 2000 – RANKING DE MARILUZ DENTRE OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

	Ranking de Mariluz no Estado do PR em 1991	Ranking de Mariluz no Estado do PR em 2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	342	389
Esperança de vida ao nascer (anos)	343	390
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	192	78

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

TABELA 33: INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Indicadores	1991	2000
Renda per capita média (R\$ de 2000)	127,36	149,53
Taxa de analfabetismo (%)	34,98	33,13
Taxa de mortalidade até 1 ano de vida (por 1000 nascidos vivos)	51,92	36,01
Esperança de vida (anos)	62,02	63,36
Acesso à água tratada (%)	67,18	90,02
Acesso à energia elétrica (%)	93,86	99,68
Acesso à coleta de lixo (%)	68,44	84,39

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

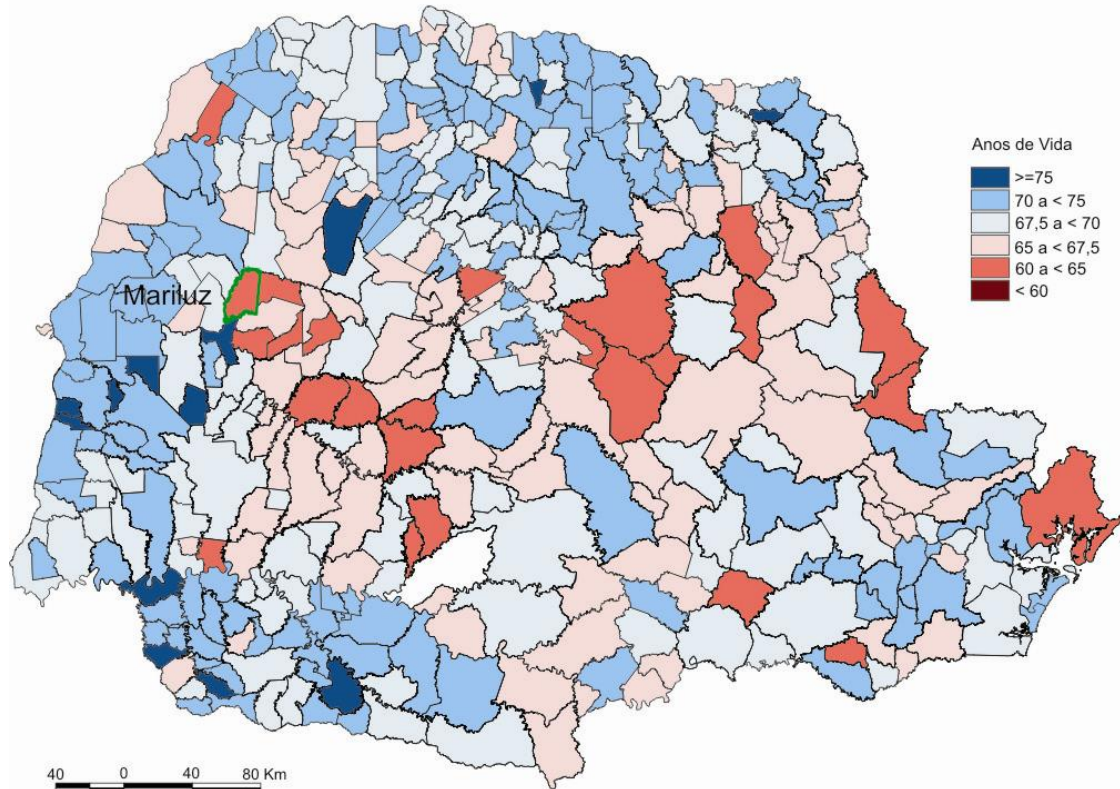
A principal causa de óbito para a Mesorregião Noroeste e de Mariluz são as doenças do sistema circulatório. Destacam-se também no Município óbitos relacionados

a neoplasias e doenças do aparelho respiratório.

O mapa abaixo demonstra a esperança de vida ao nascer dos municípios paranaenses, com destaque para Mariluz, que registrou no ano 2000 a esperança de vida ao nascer de 63,36 anos, ficando classificado na legenda do mapa, entre 60 e 65 anos.

FIGURA 13: ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER – 2000

ESTADO DO PARANÁ - ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER - 2000



Fonte: IPARDES, 2002.

TABELA 34: NÚMERO DE ÓBITOS E PRINCIPAIS CAUSAS EM MARILUZ - 2006

Grupo de causa	Número absoluto
Doença infecciosa e parasitária	2
Neoplasias (Próstata/laringe/mama/boca/pulmão/colo uterino)	9
Doenças Endócrinas, Nutricionais e Metabólicas	2
Doença sistema nervoso	–
Doença aparelho circulatório	31
Doença do Aparelho Respiratório	6
Doença Aparelho Digestivo	5
Doença Sistema Osteomuscular e Tec. conjuntivo.	–
Doença Aparelho Geniturinário	3
Afecções Originadas no Período Perinatal	1
Malformação congênita	1
Sintomas Anormais em Exames Clínicos e Laborat.	3
Causas externas	7
Total	70

Fonte: Cadernos Municipais do IPARDES – Mariluz, 2006.

3.4.2. IDENTIFICAÇÃO DAS TENDÊNCIAS ESPACIAIS NA ÁREA DA SAÚDE NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

O Departamento de Saúde de Mariluz está localizado nos lotes 5 e 6 da Quadra 92 no prédio do Centro Municipal de Saúde.

Atualmente o município de Mariluz possui 01 Pronto Atendimento Municipal que funciona 24h. As internações, incluindo a realização dos partos, foram pactuadas com o município de Umuarama, onde são transportados os pacientes através de ambulância quando necessário. O atendimento odontológico geral é prestado no município e o atendimento especializado é prestado através do consorcio Intermunicipal de Saúde – Centro de Especialidades Odontológicas.

No Distrito de São Luiz, a 28 km da sede, funciona um Posto de Saúde com uma equipe de Saúde da Família, que atende principalmente a população do Assentamento. Não existe em Mariluz laboratório próprio para a realização de exames laboratoriais. Utiliza-se o serviço de laboratório privado credenciado situado no próprio município, como também do laboratório do Consorcio Intermunicipal de Saúde.

TABELA 35: EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Unidades	1994	2009
Posto de saúde	01	01
Centro de saúde	01	01
Vigilância em saúde	0	01
Pronto atendimento 24 horas	0	01
Centro de Saúde da Mulher e da Criança	0	0
Centro de Atenção Psicossocial	0	0
Unidade de Saúde da Família	0	01
Hospital público	0	0
Hospital privado	02	01
Hospital universitário	0	0
Hospital filantrópico	0	0
TOTAL	04	06

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde.

Observando a tabela acima, pode-se traçar um paralelo entre a disponibilidade dos Equipamentos Públicos de Saúde no município no ano de 1994 e 2009, evidenciando-se que houve um aumento dos equipamentos com variedade de especialidades, apesar disso, a maioria dos índices referente a saúde em Mariluz encontram-se abaixo dos valores registrados nos demais municípios da microrregião, conforme abordagem do Capítulo 3.

Os tipos de vacina oferecida pelo Poder Público Municipal são as vacinas BCG, Antipólio, Tetravalente (tétano, difteria, coqueluche e hemophilus influenzae b), Tríplice Viral (sarampo, rubéola e caxumba), e Hepatite B, todas distribuídas pelo

Programa Nacional de Imunização. A cobertura vacinal é acima de 100%, isso ocorre por diversas circunstâncias, as mais frequentes relacionam-se a aplicação de vacinas a crianças que demandam o município, mas residem fora dele (invasão de demanda); imunização de crianças maiores de 1 ano; problemas associados ao dado “número de nascidos vivos” que integra a fórmula de cálculo do indicador; e a ocorrência de casos de dupla vacinação de crianças. A tabela abaixo demonstra a cobertura vacinal no município e no Paraná no ano de 2007:

TABELA 36: COBERTURA VACINAL DO MUNICÍPIO

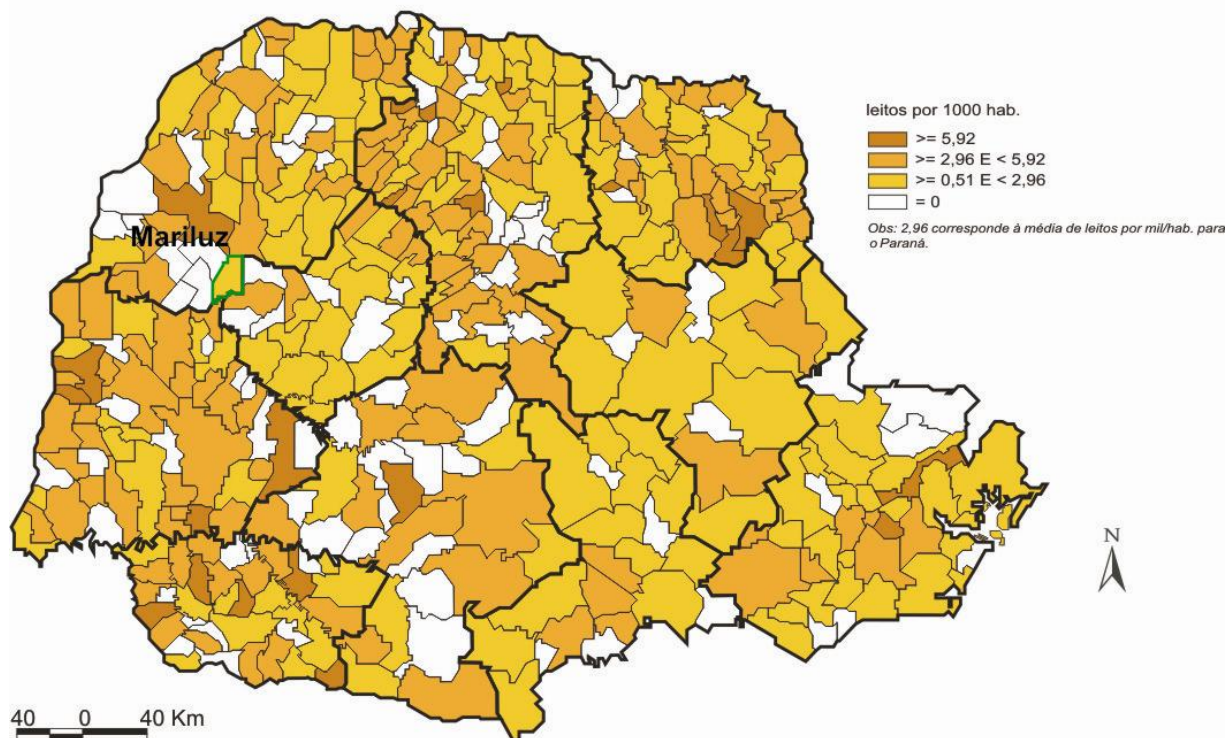
COBERTURA VACINAL – 2007	MUNICÍPIO	PARANÁ
BCG	150	98,80
Contra Poliomelite	131,67	98,47
Tetavalente (tétano, difteria, coqueluche e hemophilus influenza)	141,67	98,79
Tríplice Viral (sarampo, rubéola e caxumba)	110,93	99,11
Hepatite B	143,33	96,34

Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS, trabalhado pelo IPARDES.

Os dados acerca do número de leitos municipais indicam que em 2007 o Município situa entre maior que 0,51 e menor que 2,96 leitos para cada 1000 habitantes, conforme pode ser observado no mapa abaixo.

FIGURA 14: REDE HOSPITALAR DO SUS – 2002

ESTADO DO PARANÁ - REDE HOSPITALAR DO SUS - 2002



Fonte: IPARDES, 2004.

O grau de informatização do sistema de saúde no município é bastante precário, havendo necessidade de instalação de um programa que possa interligar o agendamento, consultório médico e de enfermagem, farmácia e consultas para especialidades. Há também a necessidade de computadores na sala da Secretaria Municipal de Saúde.

Observa-se que os terrenos baldios do município se encontram sempre abandonados, cheios de mato e lixo que propiciam o aparecimento de insetos principalmente relacionados à dengue e leishmaniose, trazendo doenças para a população.

3.5. EVOLUÇÃO DA RENDA PER CAPITA MUNICIPAL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

O processo produtivo de Mariluz está inserido no modelo de desenvolvimento ocorrido na região Norte do Paraná. Isto equivale dizer que num primeiro momento a cidade foi sustentada pela venda de grãos de café. Com o processo de transformação regional modificou a estrutura produtiva, houve a inserção da pecuária (gado bovino de corte e leite) e o uso do solo em atividades como a agricultura intensiva (cana-de-açúcar) e a agricultura de uso misto (mandioca). A metade dos estabelecimentos agropecuários do município estão voltados para a pecuária (150 estabelecimentos), seguidos da lavoura temporária (112 estabelecimentos) e da produção mista (35 estabelecimentos) (IPARDES, 2007).

Os mapas a seguir apresentam os números referentes à renda per capita e ao índice de desigualdade dos municípios do Estado.

A identificação das tendências sócio-espaciais está relacionada à renda, com a verificação do Produto Interno Bruto - PIB e do Valor Adicionado Fiscal - VAF. Na municipalidade, a renda depende fundamentalmente do setor primário, com mais de 85% do VAF (IPARDES, 2007).

O índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de renda dos indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor) a 1 quando a desigualdade é máxima (apenas um detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Em 2000, a renda per capita média do município cresceu 17,41%, passando de R\$ 127,36 em 1991 para R\$ 149,53 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 8,92%, passando de 51,7% em

1991 para 47,1% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,54 em 1991 para 0,57 em 2000. No Município aumentou a renda *per capita* do município, mas não ocorreu redistribuição de renda e o município não avançou no combate às desigualdades e disparidades sociais.

TABELA 37: INDICADORES DE RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE, 1991 E 2000

	1991	2000
Renda per capita (R\$ de 2000)	127,36	149,53
Proporção de Pobres (%)	51,70	47,10
Índice de Gini	0,540	0,570

Fonte: MuniNet - Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal.

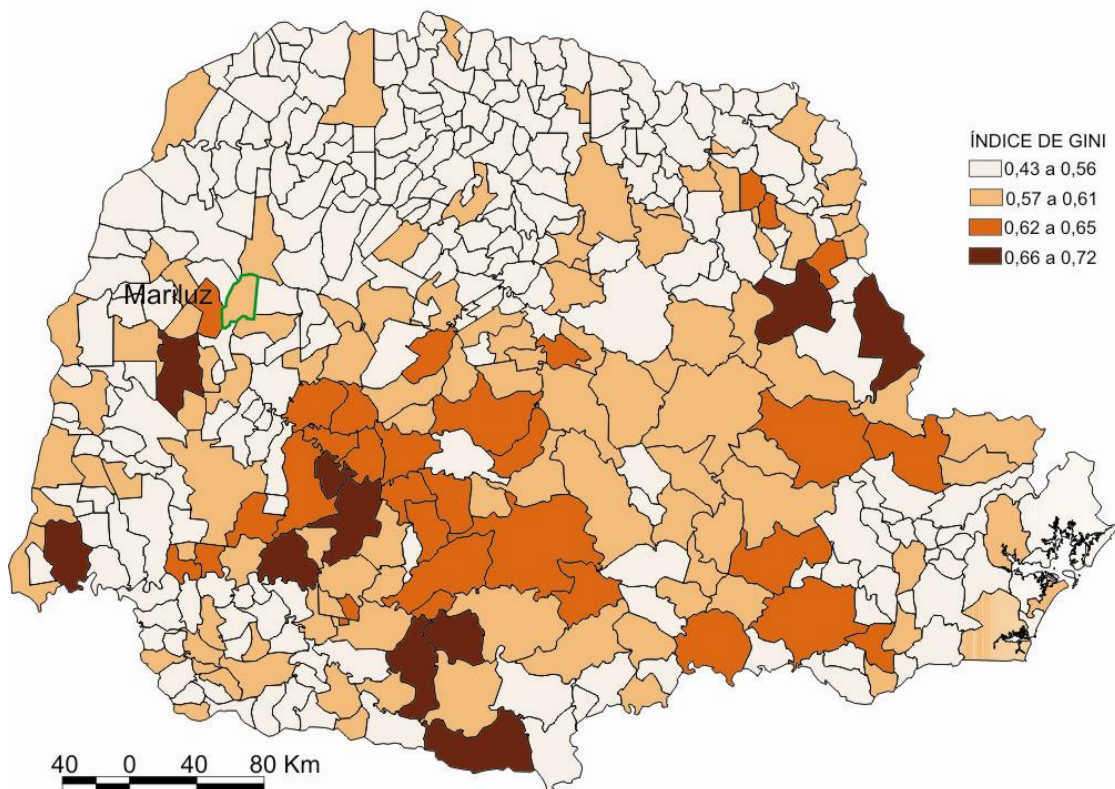
TABELA 38: PORCENTAGEM DA RENDA APROPRIADA POR EXTRATOS DA POPULAÇÃO, 1991 E 2000

	1991	2000
20% mais pobres	3,80	2,36
40% mais pobres	11,17	9,78
60% mais pobres	22,76	21,32
80% mais pobres	39,99	39,47
20% mais ricos	60,01	60,53

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

FIGURA 15: ÍNDICE DE GINI – 2000

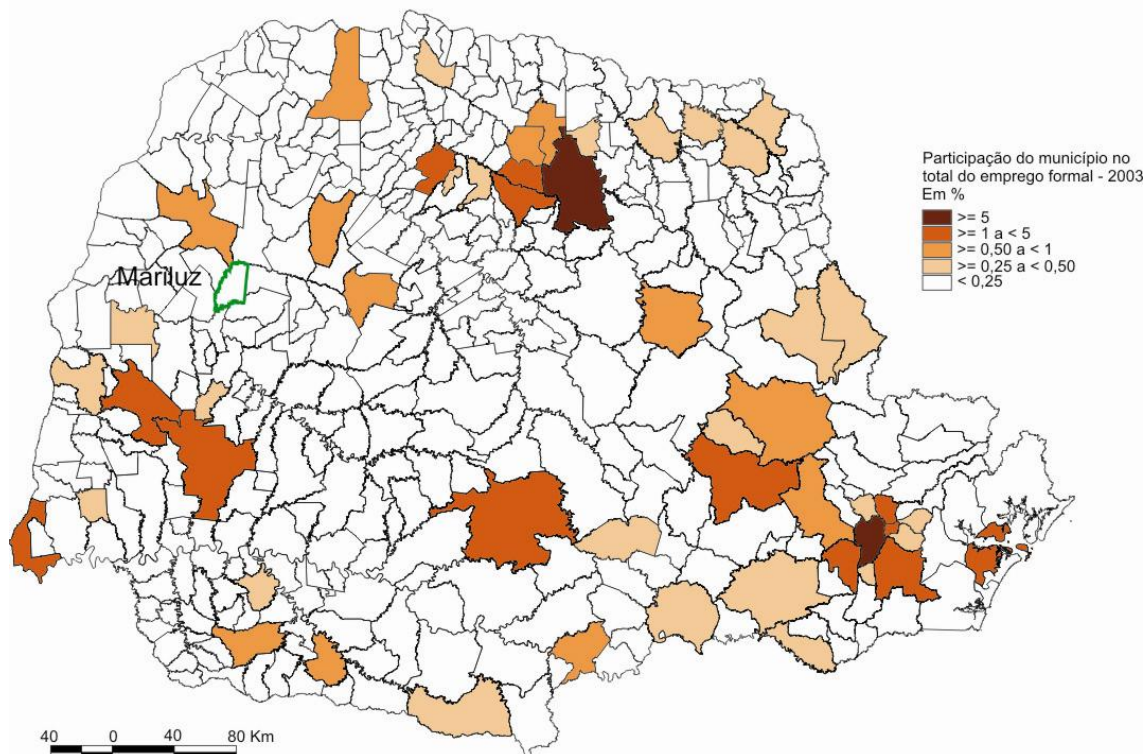
ESTADO DO PARANÁ - ÍNDICE DE GINI - 2000



Fonte: IPARDES, 2004.

FIGURA 16: PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO TOTAL DO EMPREGO FORMAL - 2003

ESTADO DO PARANÁ - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO TOTAL DO EMPREGO FORMAL - 2003



Fonte: IPARDES, 2004.

3.6. EVOLUÇÃO MUNICIPAL DO USO DA ENERGIA ELÉTRICA E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Entre as décadas de 1960 a 1970 a maioria da população de Mariluz morava na zona rural. Havia grande disponibilidade de recursos hídricos, retirava-se água de poços e minas e a iluminação era gerada através do uso do lampião e da lamparina. Menos de meio século depois ocorreram transformações intensas. Foi universalizado o acesso às redes de energia elétrica e telefonia, ampliação da rede viária e universalização dos serviços de abastecimento de água.

Os Governos Estaduais, por meio de suas companhias, coordenaram e executaram o processo. A rede de energia elétrica em Mariluz é oferecida pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL e o sistema de abastecimento de água e esgoto são competências do Poder Público Municipal.

Serviços públicos de fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água adequados demonstram índices positivos de qualidade de vida, principalmente nos indicadores de longevidade e renda. O alto índice de equipamentos que demandam por energia elétrica demonstra aumento da distribuição de renda, ainda que no último índice, a desigualdade social aumentou. Em Mariluz, verifica-se a evolução do uso de eletrodomésticos entre 1991 e 2000 e considerando o período maior, retrocedendo até

1960, uma modificação dos hábitos e dos costumes dos habitantes. A tabela abaixo vem demonstrar o percentual de população em domicílios atendida por energia elétrica e utensílios.

TABELA 39: PERCENTUAL DE POPULAÇÃO EM DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR ENERGIA ELÉTRICA E UTENSÍLIOS

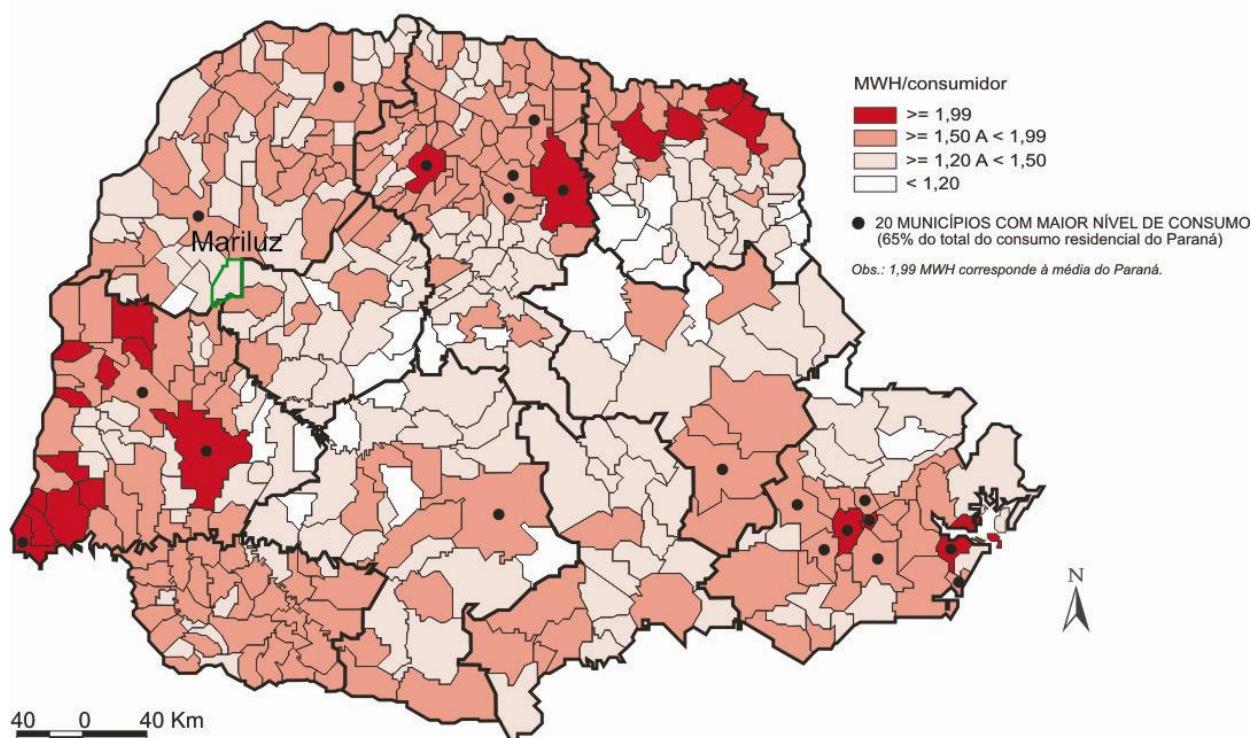
Variáveis	1991	2000
Televisão	68,06	85,99
Geladeira	57,92	79,04
Telefone	7,46	12,08
Computador	–	2,98

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

O mapa a seguir demonstra o consumo de energia elétrica residencial. Percebe-se que em Mariluz este índice registrado está no intervalo de consumo de 1,20 Mwh quilowatts a 1,50 Mwh quilowatts, valor que pode ser considerado baixo.

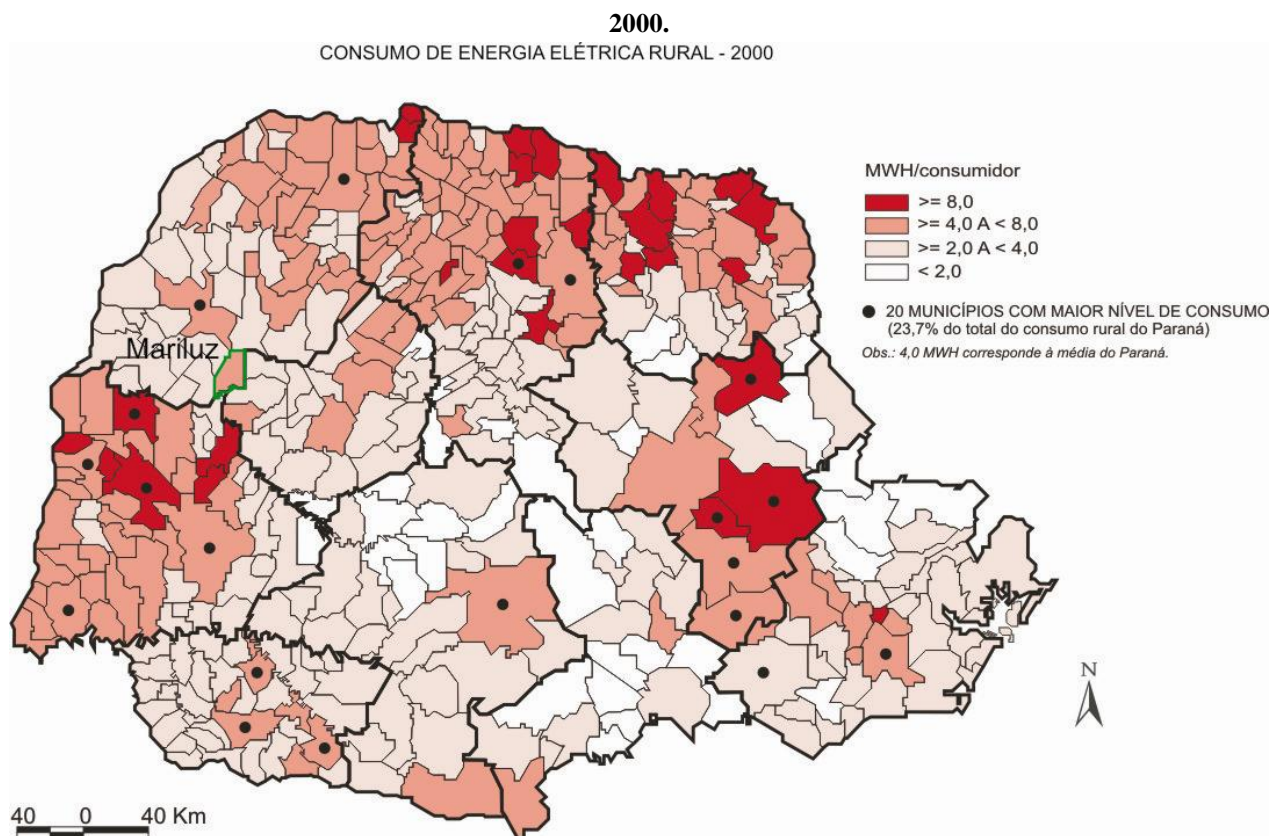
FIGURA 17: CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA RESIDENCIAL POR MUNICÍPIO DO PARANÁ – 2000

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA RESIDENCIAL - 2000



Fonte: IPARDES, 2004.

O mapa a seguir demonstra o consumo de energia elétrica rural. Percebe-se que em Mariluz este índice registra o consumo entre 4,00 Mwh e 8,00 Mwh, e diferentemente do consumo na área urbana, pode se considerado consumo alto, visto que ultrapassa a média do estado.

FIGURA 18: CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL POR MUNICÍPIO DE PARANÁ –

Fonte: IPARDES, 2004.

O serviço público de saneamento básico é competência do Município de Mariluz. Este serviço é realizado pela SAMAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto. A extensão da rede de esgoto na sede do município é de 28 mil metros de rede coletora, com projetos de ampliação. Nos locais onde ainda não ha rede de esgoto, está sendo utilizado o sistema de fossas sépticas e sumidouros.

TABELA 40: PERCENTUAL DE POPULAÇÃO EM DOMICÍLIOS ATENDIDA POR SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS – INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA, 1991 E 2000

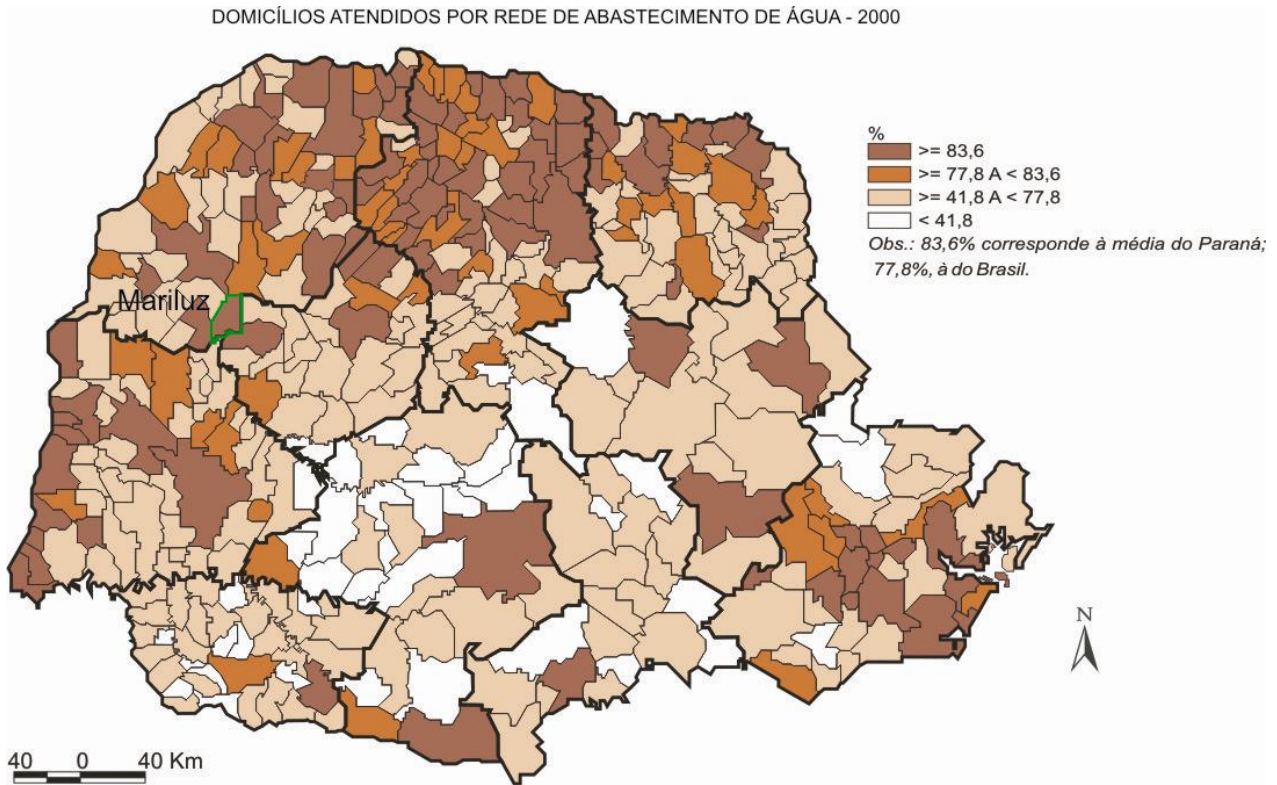
Serviço Público Básico	1991	2000
Energia Elétrica	93,86	99,68
Água Encanada	67,18	90,02
Coleta de Lixo no Perímetro Urbano	68,44	84,39
Esgoto Sanitário	-	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000.

Os mapas a seguir apresentam os valores das porcentagens de municípios atendidos por rede de abastecimento de água e por rede de esgotamento sanitário. Percebe-se que em Mariluz o índice de abastecimento de água dos domicílios é acima de 83,6%, considerado maior que a média paranaense, que equivalente a 83% e a média brasileira, equivalente a 77,8%. O índice dos domicílios atendidos por rede de esgotamento sanitário, em nível municipal, situa-se no intervalo de classificação abaixo de 18,83%, menor que a média paranaense, equivalente a 37%. Contudo, a realidade

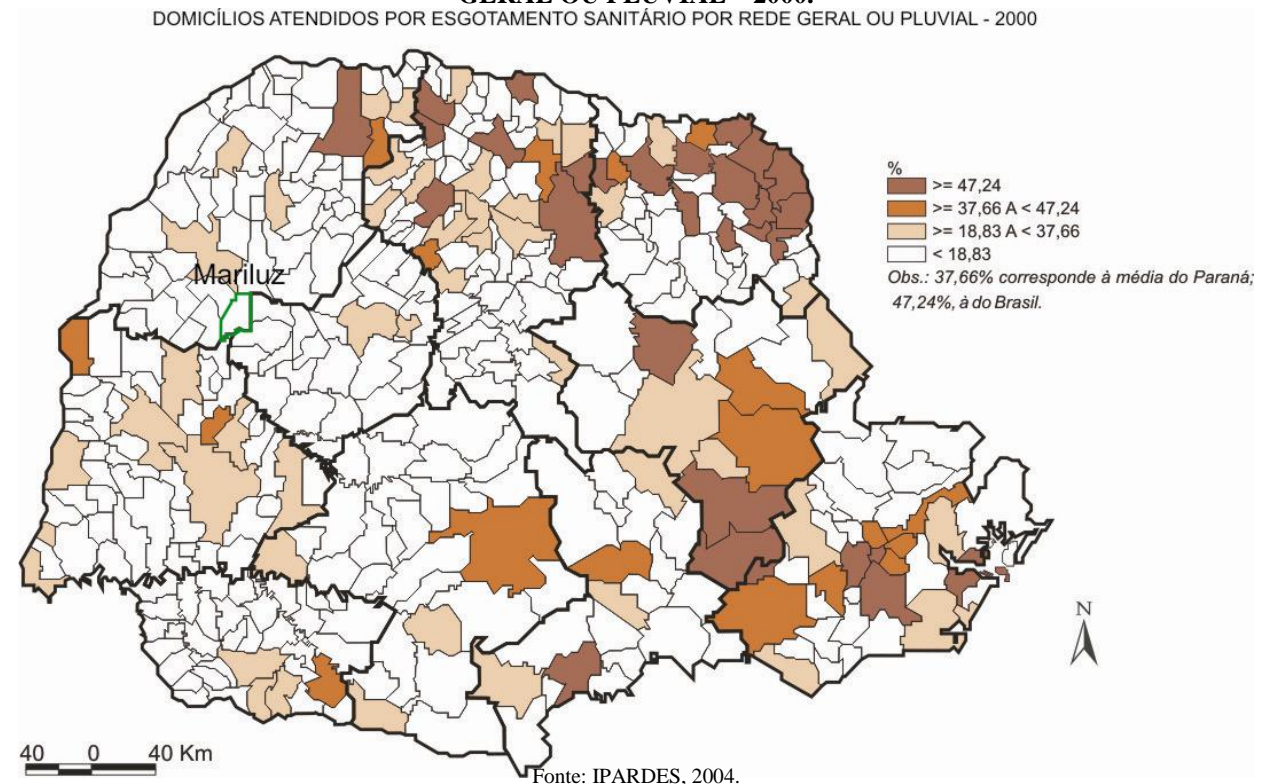
municipal revela a inexistência total de rede de coleta de esgoto, conforme especificações que serão apresentadas em capítulos posteriores.

FIGURA 19: DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – 2000.



Fonte: IPARDES, 2004.

FIGURA 20: DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR REDE DE ESGOTO SANITÁRIO POR REDE GERAL OU PLUVIAL – 2000.



Fonte: IPARDES, 2004.

3.7. EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE MORADIA

A Constituição Federal de 1988 reconhece o direito à moradia como direito social básico e amplia o conceito além da edificação, incorporando o direito à infraestrutura e serviços urbanos.

As condições das habitações do Município de Mariluz são consideradas satisfatórias, com predomínio das habitações tipo alvenaria sobre os domicílios de madeira no perímetro urbano. No capítulo anterior percebeu-se um aumento do percentual de domicílios com acesso a serviços como água encanada, energia elétrica e coleta de lixo, faltando apenas o esgotamento sanitário. Conforme o Censo Demográfico do IBGE de 2000 existem 3340 domicílios particulares permanentes contabilizados, sendo a grande maioria (2.549 domicílios) localizados na zona urbana.

Quando Mariluz era um distrito administrativo de Goioerê, grande parte dos domicílios particulares permanentes estava localizada nas comunidades rurais espalhadas no município. Neste contexto, estava presente uma estrutura fundiária que primava pela pequena propriedade, facilitando a convivência comunitária e o surgimento de comunidades rurais. A tabela abaixo contempla os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil sobre a situação geral dos domicílios particulares e permanentes de Mariluz:

TABELA 41: NÚMERO DE DOMICÍLIOS SEGUNDO USO E ZONA – 2000

DOMICÍLIOS	URBANA	RURAL	TOTAL
TOTAL DE DOMICÍLIOS	2.549	791	3.340
Coletivos	3	–	3
Particulares	2.546	791	3.337
Ocupados	2.333	565	2.898
Não Ocupados	213	226	439
De uso ocasional	3	12	15
Vagos	210	214	424

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, trabalhado pela IPARDES.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento trabalhou no seu Atlas as condições das habitações brasileiras. O indicador mais interessante é o percentual de 70,52%, verificado em 2000, de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados. A tabela abaixo demonstra o resultado:

TABELA 42: MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES E PERMANENTES POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO – 1991 E 2000

Município	Mariluz
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório, 1991	25,91
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório, 2000	19,18
Percentual de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados, 1991	55,91

Percentual de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados, 2000	70,52
Percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais, 1991	0,02
Percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais, 2000	0,01

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD.

Para combater o déficit habitacional e universalizar o acesso de todos à habitação própria, a Municipalidade em convênio com a Companhia Habitacional do Paraná – COHAPAR construiu 245 unidades habitacionais em 03 empreendimentos de 1980 a 2003. Os programas e as modalidades, bem como o número de unidades e data de conclusão estão descritos na tabela a seguir.

TABELA 43: EMPREENDIMENTOS ADMINISTRADOS PELA COHAPAR NO MUNICÍPIO DE MARILUZ

Empreendimento	Unid	Aprovado	Programa	Modalidade
Conjunto Arnaldo Busato	95	07/10/1980		
Conjunto Princesinha do Oeste I	45	15/01/1992		
Conjunto Princesinha do Oeste II	28	20/03/1992		
Conjunto Moradias Portal I	50	25/05/1999		
Conjunto Moradias Portal II	27	21/06/2003		

Fonte: Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR

4. IDENTIFICAÇÃO DA TENDÊNCIA ECONÔMICA DE MARILUZ

O contexto do processo de desenvolvimento regional no Estado do Paraná delineou-se em dois distintos momentos geoeconômicos. O primeiro é conhecido como Complexo Rural, que se estendeu desde o início da ocupação paranaense até 1970. O segundo momento geoeconômico é conhecido como Complexo Agroindustrial, articulado tanto ao mercado externo como o interno, redefinido na década de 1990, de acordo com a base analítica da divisão social/territorial do trabalho.

No período compreendido entre as décadas de 1930 e 1960, momento geoeconômico Complexo Rural e chamado no Estado do Paraná de Complexo Cafeeiro, **o café foi o principal gerador de riquezas**. Isto contribuiu decisivamente para tornar possível a colonização da parte setentrional do seu território, tornando viáveis as pequenas e médias propriedades agrícolas, numa época de poucas alternativas econômicas, ao mesmo tempo em que direcionou o trabalhador para o meio rural dessa região.

Cabe lembrar que a mesorregião Noroeste foi a última fronteira da cafeicultura, denominada **Norte Novíssimo**, transformando em estrutura produtiva, dinamizando a economia da região e possibilitando a criação de vários municípios, inclusive Mariluz.

Porém, no transcorrer da década de 1960, os crescentes problemas de comercialização do café no exterior tornaram-se mais agudos, levando ao Governo Federal a adotar uma política de incentivo à erradicação de cafeeiros que visava adequar a oferta do produto à demanda internacional e aumentar a produtividade na cafeicultura, através da substituição dos cafezais velhos e improdutivos. Até hoje, a lembrança da grande geada de 1975, dizimando os cafezais de todo o Estado, continua presente nas gerações mais antigas. O fim dos cafezais proporcionou o aparecimento de outras atividades agropecuárias. O solo arenito Caiuá, de textura arenosa e de grande susceptibilidade à erosão quando retirada sua cobertura vegetal, possibilitou a expansão da pecuária de porte. Assim, a pecuária surgiu como uma atividade significativa na Mesorregião Noroeste Paranaense.

Inicia-se assim, o momento geoeconômico *Complexo Agroindustrial*, caracterizado como um processo de capitalização e modernização rural, trazendo importantes conseqüências para a estrutura social da rede urbana e rural e de toda a economia da região. Simultaneamente ocorreram mudanças na estrutura fundiária da região, onde grande parte das propriedades foi incorporada a outras, formando alguns latifúndios e descaracterizando a estrutura fundiária original de pequenas propriedades.

No começo da década de 1980, ocorreu nos distritos administrativos de Iporã o processo de substituição do café por pastagens e lavouras mecanizadas intensiva e de uso misto, principalmente a cultura do algodão, cana-de-açúcar e a mandioca. A mudança da estrutura produtiva no espaço regional provocou diversas conseqüências na estrutura urbana.

A sede e os distritos administrativos de Iporã sofreram um maciço êxodo demográfico na zona rural para a zona urbana e principalmente uma migração inter-regional e interestadual. Situação semelhante viveu toda Mesorregião Noroeste. Segundo IPARDES (2004), no início dos anos de 1970, o noroeste era a segunda mesorregião mais populosa do Paraná. Com o fim do processo de expansão do café, passou por intenso processo de decréscimo populacional, persistindo até os dias atuais.

O Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná (2006) registrou que ocorreu uma forte concentração na rede urbana regional em decorrência da estagnação ou esvaziamento populacional das pequenas cidades em favor do fortalecimento dos centros urbanos de grande e médio porte da Região (lê-se Londrina, Maringá, Campo Mourão, Paranavaí e Umuarama).

Moro & Endlich (2004) relatam que a partir de meados da década de 1980, houve uma diversificação mais intensa, visando atender os estímulos do mercado,

incentivos do Estado e das agroindústrias regionais, especialmente daquelas atreladas às cooperativas.

Para Fleischfresser (1988) a modernização da agricultura expressa às transformações agrícolas como consequência de alterações nos padrões de acumulação da economia com crescente subordinação da agricultura ao capital industrial, o que resulta em modernização através da introdução de um tipo particular de tecnologia – aquela proveniente do setor industrial. A modernização tecnológica significa “que as alterações na base técnica da produção agrícola ocorreram devido à adoção de meios de produção de origem industrial, produzidos fora das unidades produtivas rurais e, portanto, adquiridos através do mercado”.

Conforme o Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná

O uso e ocupação do solo nessa mesorregião surpreendem pela forte predominância da agricultura intensiva, que abrange 65,7% de sua área, a maior proporção dentre o conjunto das mesorregiões paranaenses. A condição favorável da extensão do solo basáltico contribuiu para consolidar sua posição como uma das mais importantes áreas de soja e milho do Estado. A presença do segmento cooperativo ligado ao agronegócio reforça e imprime a essa região a sustentação de um ritmo de produção baseado na incorporação de novas tecnologias (ZEE, 2006, p. 35).

Quando se diz em desenvolvimento sustentável focado no preservacionismo ambiental, o Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná - ZEE (2006) indica que para a mesorregião noroeste qualquer atividade deve minimizar os efeitos adversos do potencial de degradação das terras.

4.1.1. ESTRUTURA PRODUTIVA REGIONAL E MUNICIPAL – EVOLUÇÃO ÚLTIMOS 10 ANOS

Os processos de reestruturação produtiva, a abertura econômica e o processo de estabilização monetária marcaram as mudanças na divisão inter-regional no Brasil, pós anos 1990. A Mesorregião Noroeste está inserida na nova dinâmica econômica regional, caracterizada a modernização da agricultura, o processo de inovação campo-cidade e as novas interações espaciais e urbanas.

Para Santos apud Moro & Endlich (2004), as mudanças econômicas das décadas de 1980 e 1990 proporcionaram a constituição do meio técnico-científico-informacional, caracterizada na produção de objetos com o uso de conhecimento científico, tecnológico, informacional e carregados de intencionalidade. Vale lembrar que a dinâmica econômica paranaense mudou, com destaque para o setor industrial e o

agrupamento destas atividades no complexo industrial da Região Metropolitana de Curitiba.

Moro & Endlich afirmam que a Região Noroeste passou do meio pré-técnico para o meio técnico-científico-informacional em meio século (1950 a 2000). Avançou sobre todo território do Estado do Paraná a rede elétrica, telefônica (fixa e celular), ampliação da rede viária e presença de profissionais especializados e inseridos no meio citado acima.

Todo este cenário proporcionou à mesorregião mudança na estrutura produtiva, fundindo as atividades primárias e secundárias. A matriz industrial do Noroeste é fortemente condicionada por dois grupos-chaves, citados pelo IPARDES (2004). O primeiro, da agroindústria, tem na base agrícola local a matéria-prima principal para suas atividades, isto é, empresas que industrializam a cana-de-açúcar, bovinos, aves, mandioca e laranja. O segundo grupo, de confecções, com a expansão da indústria do vestuário, forma um pólo com referência nacional.

Sobre as agroindústrias, destacam-se as atividades das cooperativas e das fábricas de beneficiamento de mandioca, os laticínios, as fábricas de sucos naturais de laranja e uva e as usinas de álcool, sendo o a região o maior pólo sucro-alcooleiro do Estado. A mesorregião tem o maior rebanho pecuário do Estado. Quanto à produção de couros (potencial estratégico da meso), a atividade necessita de investimentos e avanços na agregação de valores dos seus subprodutos, verificando a grande quantidade de atividades pecuárias.

Existem na mesorregião 07 (sete) cooperativas agroindustriais:

- a) Cooperativa Agrária Cafeicultores de Nova Londrina
- b) Cooperativa Regional de Produtores de Cana (Coopcana);
- c) Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Cana Rondon (Coocarol);
- d) Cooperativa Agroindustrial Regional Avicultores (Cooperaves);
- e) Cooperativa Central/Agropecuária Sudoeste (Sudcoop);
- f) Cooperativa Central Agroindustrial (Concepar);
- g) Cooperativa Agroindustrial (COCAMAR / Paraná Citrus).

Quanto às atividades agropecuárias, segundo Fana apud IPARDES (2004), “a partir da década de 1990, as propriedades que apresentavam solos de origem basáltica e possibilidades de produzir soja/trigo introduziram o cultivo de milho safrinha em substituição ao trigo e em solos argilosos cultivam-se café e mandioca”.

Verifica-se ainda, apesar das mudanças, a atividade agropecuária desenvolvida no Noroeste paranaense apresenta, comparativamente a outras mesorregiões,

indicadores de produtividades mais baixos, e continua estruturada principalmente em torno da pecuária bovina. De acordo com dados da Produção Agrícola Municipal de 2007 do IBGE, o efetivo de rebanho de bovinos de Mariluz chega a 24.373 cabeças.

4.1.2. CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DE MARILUZ

O Valor Adicionado Fiscal constitui-se da receita de venda deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros. É quanto à entidade contribuiu para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país. A representatividade do município de Mariluz a respeito do setor econômico no Estado do Paraná correspondeu respectivamente aos índices 0,038 em 1998 e 0,053 em 2008 do Valor Adicionado Total do Estado do Paraná.

Através dos valores obtidos pela Série do IPARDES Cadernos Municipais – Município de Mariluz observa-se o valor adicionado municipal por setor da economia, identificação da sua realidade e sua vocação. Contribuindo com 88,1% do valor adicionado do município, o setor primário liderado pela produção de soja e cana-de-açúcar concentra o maior percentual de valor adicionado. Percebe-se que a agropecuária persiste como a principal fonte de renda do município de Mariluz.

TABELA 44: PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO FISCAL DO ESTADO, MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NOROESTE, 1996-2000

Municípios	Participação no VAF (%)	
	1998	2008
Alto Paraíso	0,040	0,025
Alto Paraná	0,044	0,049
Alto Piquiri	0,054	0,072
Altônia	0,066	0,081
Amaporã	0,025	0,037
Brasilândia do Sul	0,025	0,060
Cafezal do Sul	0,027	0,024
Cianorte	0,362	0,506
Cidade Gaúcha	0,146	0,104
Cruzeiro do Oeste	0,127	0,103
Cruzeiro do Sul	0,052	0,038
Diamante do Norte	0,037	0,052
Douradina	0,064	0,105
Esperança Nova	0,009	0,013
Francisco Alves	0,033	0,051
Guairaçá	0,040	0,057
Guaporema	0,021	0,027
Icaraíma	0,056	0,042
Inajá	0,039	0,014
Indianópolis	0,019	0,065
Iporã	0,062	0,092
Itaúna do Sul	0,011	0,006
Ivaté	0,089	0,076

Japurá	0,048	0,061
Jardim Olinda	0,023	0,007
Jussara	0,088	0,088
Loanda	0,119	0,087
Maria Helena	0,019	0,022
Marilena	0,016	0,014
Mariluz	0,038	0,053
Mirador	0,019	0,038
Nova Aliança do Ivaí	0,014	0,016
Nova Londrina	0,103	0,095
Nova Olímpia	0,017	0,029
Paraíso do Norte	0,059	0,065
Paranacity	0,079	0,068
Paranapoema	0,032	0,018
Paranavaí	0,445	0,431
Perobal	0,058	0,066
Pérola	0,028	0,038
Planaltina do Paraná	0,022	0,028
Porto Rico	0,011	0,016
Querência do Norte	0,063	0,062
Rondon	0,111	0,116
Santa Cruz de Monte Castelo	0,039	0,042
Santa Isabel do Ivaí	0,030	0,037
Santa Mônica	0,021	0,032
Santo Antônio do Caiuá	0,024	0,013
São Carlos do Ivaí	0,087	0,121
São João do Caiuá	0,024	0,021
São Jorge do Patrocínio	0,023	0,021
São Manoel do Paraná	0,015	0,029
São Pedro do Paraná	0,021	0,015
São Tomé	0,113	0,087
Tamboara	0,020	0,029
Tapejara	0,108	0,142
Tapira	0,023	0,039
Terra Rica	0,105	0,094
Tuneiras do Oeste	0,047	0,067
Umuarama	0,493	0,448
Xambê	0,020	0,018
Mesorregião Noroeste	4,100	4,406
PARANÁ	100,00	100,00

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda in IPARDES.

TABELA 45: VALOR ADICIONADO FISCAL SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES - 2008

Ramos de Atividade	VALOR R\$ (1,00)
Produção Primária	62.350.658,00
Indústria	1.803.004,00
Indústria – Simples Nacional	526.012,00
Comércio/Serviços	3.810.132,00
Comércio – Simples Nacional	2.183.126,00
Recursos / Autos	97.726,00
Total	70.770.658,00

Fonte: Cadernos Municipais – IPARDES.

4.1.3. PRODUTO INTERNO BRUTO DE MARILUZ E PIB *PER CAPITA*

Através dos valores obtidos pelo IBGE – Município de Mariluz, observa-se a distribuição do Produto Interno Bruto Municipal. Os valores dos indicadores econômicos do Município têm como objetivo a identificação da realidade e da vocação econômica.

O Produto Interno Bruto – PIB *per capita* do Município é inferior a média estadual. Segundo dados do IBGE, para o ano de 2008, o PIB per capita do Paraná foi de R\$ 16.928,00 e de Mariluz foi de R\$ 7.055,94.

A tabela abaixo descreve o PIB Municipal a preços básicos segundo os ramos de atividades.

TABELA 46: PIB A PREÇOS BÁSICOS SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES – 2008

RAMOS DE ATIVIDADES	VALOR (R\$ 1,00)
AGROPECUÁRIA	29.579
INDÚSTRIA	5.858
SERVIÇO	38.427
TOTAL	73.864

Fonte: IBGE / cidades – PIB 2008.

4.2. OFERTA E DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO SEGUNDO A RENDA

Quanto à dinâmica sócio-econômica, o mercado de trabalho da Mesorregião Noroeste é caracterizado pela predominância das atividades agropecuárias. Destaca-se também a participação na atividade industrial, tanto nas linhas matriz agroindústria e confecções, de tal forma que se expressa em uma taxa de atividade relativamente mais elevada e uma menor taxa de desemprego nas cidades, que sofreram com a reestruturação regional ocorrida no final do século XX.

Sobre esta questão o IPARDES sintetizou de forma lúcida a questão do mercado de trabalho e a renda:

Na mesorregião noroeste, as atividades agropecuárias têm peso expressivo na ocupação da mão-de-obra regional. Ao contrário de outras regiões com forte dependência do trabalho agrícola, nesta mesorregião as relações de trabalho são caracterizadas pela maior participação do assalariamento. Esse tipo de relação de trabalho registrou, inclusive, forte crescimento, com o aumento do emprego formal neste tipo de atividade. Desempenho semelhante foi constatado em relação às atividades urbanas, tendo a mesorregião apresentado, no período 1996/2001, um dos maiores incrementos no nível de emprego formal no Estado, cabendo destacar o forte aumento de emprego na indústria têxtil (vestuário), muito em função do dinamismo deste setor em Cianorte (IPARDES, 2004, 108).

O número de pessoas ocupadas em Mariluz no ano 2000 corresponde respectivamente a 2.121 pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias, 225 nas atividades industriais, 440 pessoas nas atividades comerciais e 582 pessoas ocupadas na prestação de serviços. O número da população economicamente ativa é de 4.501 habitantes. A tabela abaixo traduz esses números, dando conotação à distribuição setorial dos ocupados na municipalidade.

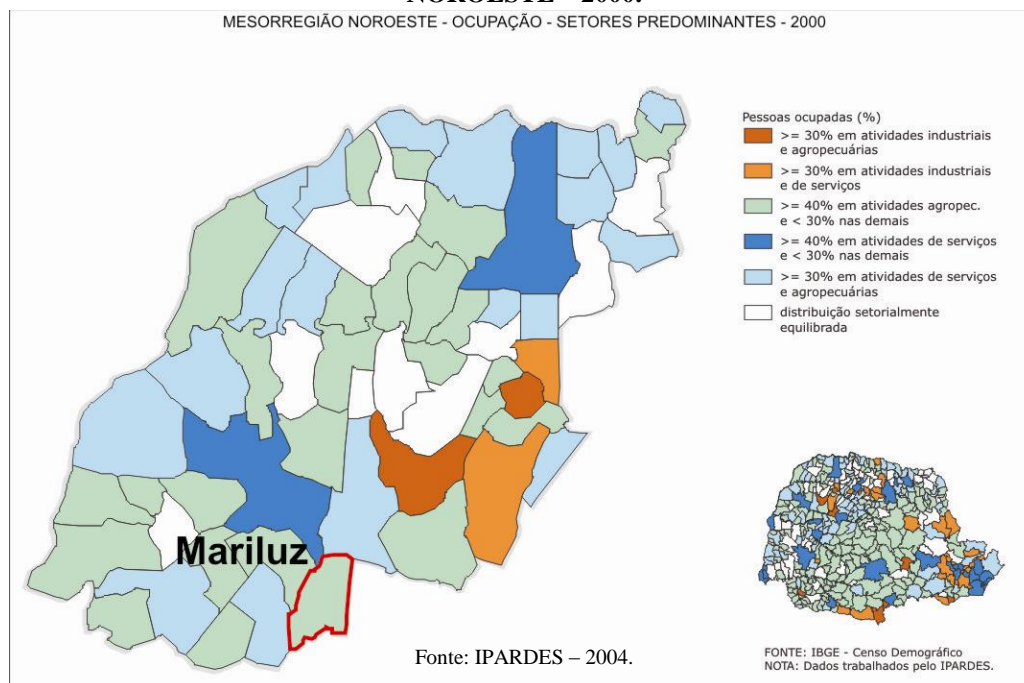
TABELA 47: DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS OCUPADOS NO MUNICÍPIO DE MARILUZ - 2000

PEA	Nº ocupado	Taxa de atividade (%)	Taxa de desemprego (%)	Distribuição de ocupados			
				Agropecuária	Indústria	Comércio	Serviço
4.501	3.900	-	-	2.121	225	440	582

Fonte: IBGE / IPARDES.

A figura da Mesorregião Noroeste demonstra os setores predominantes da economia. Em Mariluz mais de 53% da sua mão-de-obra está ocupada em atividades agropecuárias. A figura abaixo demonstra os setores predominantes da economia no contexto do espaço regional.

FIGURA 21: OCUPAÇÃO POR SETORES PREDOMINANTES DA MESORREGIÃO NOROESTE – 2000.



Com uma dinâmica de atividades urbanas menos complexas, a região, nos anos de 1991 e 2000, mantém-se entre aquelas com elevada proporção de chefes de domicílio com renda familiar *per capita* relativamente baixa entre as regiões paranaenses,

apresentando uma variação bastante acentuada entre seus municípios, concentrando as médias mais elevadas nos centros principais.

Em Mariluz 77,4% dos chefes de família tem renda entre um e cinco salários mínimo. A tabela abaixo relata a porcentagem de domicílios segundo a renda do chefe da família.

TABELA 48: DOMICÍLIOS SEGUNDO RENDA DO CHEFE DA FAMÍLIA

Sem rendimentos (%)	6,51 %
Inferior a 01 salário mínimo (%)	6,95 %
01 e 05 salários mínimos (%)	77,40 %
05 e 10 salários mínimos (%)	5,18 %
10 e 15 salários mínimos (%)	2,08 %
Maior que 15 salários mínimos (%)	1,84 %

Fonte: IBGE, Censo 2000.

4.2.1. SETOR PRIMÁRIO

O município de Mariluz tem sua estrutura econômica fundamentada na pouca diversidade de culturas, sobressaindo às lavouras de soja, milho e cana-de-açúcar; culturas predominantes no município.

Antes da análise do panorama do setor primário da economia, vale primeiro analisar sobre as características municipais em relação à estrutura fundiária. O Censo Agropecuário de 1995/1996 revelou que Mariluz possui o total de 303 estabelecimentos rurais, enquanto o Paraná possui 369.875 estabelecimentos no total.

TABELA 49: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS E ÁREA OCUPADA EM MARILUZ E NO PARANÁ

	Nº DE ESTABELEC
Mariluz	303
Paraná	369.875

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996 trabalhado pelo IPARDES.

As culturas plantadas na mesorregião não apresentam grande diversificação. Na Mesorregião Noroeste localiza-se o maior pólo sucro-alcooleiro do Paraná e concentra as maiores atividades de beneficiamento de mandioca.

Conforme demonstra a tabela a seguir, em 2008 a maior área plantada corresponde ao plantio de soja e milho. Quanto ao valor da produção, destaca-se a soja.

TABELA 50: ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE 2008

PRODUTOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$1000,00)
Abacate	5	80	16.000	18
Algodão herbáceo (em caroço)	40	80	2.000	80
Alho	2	4	2.000	8
Amendoim	10	20	2.000	24
Arroz	10	10	1.000	6
Café	12	14	1.166	53
Cana-de-açúcar	7.180	630.928	87.872	18.928
Feijão	62	57	919	141
Laranja	20	320	16.000	160
Limão	8	40	5.000	20
Mandioca	300	5.799	19.330	986
Manga	6	120	20.000	38
Melancia	15	270	18.000	68
Milho	10.400	38.600	3.711	14.031
Soja	12.073	35.546	2.944	27.246
Trigo	100	190	1.900	83

Fonte: IPARDES – 2006 apud IBGE – Produção Agrícola Municipal.

A especificidade do uso do território da mesorregião está caracterizada na grande extensão de pastagens, chegando a 75,9 % da área, concentrando o maior rebanho bovino do Estado. O ZEE – PR relata a tendência desta atividade, indicando a estabilidade da área de pastagem definida pelo grau de ocupação já alcançado.

A EMATER trabalha com a tese de que rentabilidade das culturas extensivas é altamente viável em maiores áreas, sendo que para os pequenos produtores a sustentabilidade da propriedade está embasada em alternativas que possibilitem uma maior geração de renda. Há na municipalidade a necessidade de diminuição da dependência em relação ao desempenho da soja e do milho, hoje decisivas para a renda municipal. Neste contexto verifica o efetivo de pecuária e aves de 1998 e 2008.

Segundo dado do IPARDES, em 2008 o rebanho de bovinos era de 23.671 cabeças. A tabela abaixo dá uma noção da produção animal dentro do município de Mariluz.

TABELA 51: EFETIVO DE PECUÁRIA E AVE

	1998	2008
Rebanho de bovinos	40.002	23.671
Rebanho de eqüino	848	507
Rebanho de galináceos	19.593	83.380
Rebanho de ovinos	920	315
Rebanho de suínos	1.495	2.355
Rebanho de caprinos	28	83
Rebanho de muares	253	156
Rebanho de vacas ordenhadas	2.312	2.565

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal trabalhada pelo IPARDES. *nihil: indefinido.

FIGURA 22: PASTAGEM – PRODUÇÃO PECUÁRIA

Foto:Stella Magalhães, 2009.

4.2.2. SETOR SECUNDÁRIO

A assertiva de que se formou um novo perfil industrial no Paraná é válida, conforme considerações já efetuadas anteriormente, notadamente para a área metropolitana. Nas demais áreas, embora tenham se instalado alguns ramos industriais diferentes, tais investimentos não foram suficientes para alterar o perfil da indústria regional. Na realidade, ramos já existentes vêm sendo consolidados. Prevaecem aqueles considerados tradicionais no âmbito da indústria: alimentos e bebidas, vestuários e acessórios, móveis e decoração. É por meio deles que a região insere-se na economia mundialmente articulada.

Nas pequenas cidades, predominaram as agroindústrias, em especial as cooperativas, laticínios, frigoríficos e abatedouros, farinheiras, fecularias e madeireiras, além da forte presença do segmento sucro-alcooleiro.

Na década de 1970, quando houve o impulso ao ramo agroindustrial, a Região Noroeste se destacava. Atualmente a região continua sendo agroindustrial, mas num contexto em que o perfil industrial do Paraná foi alterado.

A manutenção desse segmento como o mais significativo para a economia estadual precisou adaptar-se ao contexto de uma economia com amplos e competitivos mercados. As unidades que não o fizeram precisaram encerrar as atividades ou foram incorporadas por outras.

De qualquer maneira, foram produzidos outros patamares de desigualdade espacial, que, por conseguinte, concretizaram-se e reforçaram os diferentes níveis de oportunidades de trabalho, fatos significativos para compreender a dinâmica

demográfica no interior do território paranaense. A Região Metropolitana de Curitiba - RMC consolida-se com esses investimentos como área de concentração de empregos, em especial daqueles melhor remunerados.

No período 1995/2002 houve expressivo aumento do parque industrial na Mesorregião Noroeste, com o número de empresas passando de 1.195 (um mil cento e noventa e cinco) para 2.211 (dois mil duzentos e onze). Conforme dados apresentados, a matriz industrial da região caracteriza-se em 02 grupos chaves: a agroindustrialização e as indústrias de confecções.

Registra-se que em Mariluz sua indústria não é expressiva, sendo o setor mais incipiente. A tabela abaixo demonstra apenas uma indústria no setor alimentício, dado do IPARDES em 2008, mas em 2009 o levantamento in loco realizado por essa consultoria identificou outras duas indústrias, uma de óleos vegetais e outra de fabricação de jeans.

TABELA 52: EMPREGO E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NAS INDÚSTRIAS DE MARILUZ - 2008

Setor	Emprego	Estabelecimentos
Indústria de produtos alimentícios, da bebida e álcool	15	2

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego trabalhado pelo IPARDES.

FIGURA 23: INDÚSTRIA DE ÓLEOS VEGETAIS BORGHETTI



Foto:Stella Magalhães, 2009.

FIGURA 24: FÁBRICA DE JEANS

Foto:Stella Magalhães, 2009.

4.2.3. COMÉRCIO E SERVIÇOS

O comércio de Mariluz revela-se pouco diversificado e pouco especializado. Verifica-se a presença de bares, lanchonetes, restaurante, hotel, mini-mercados e mercearias. A exemplo de outros municípios pequenos, parte da demanda local de consumo está sendo suprida pelo comércio localizado em Umuarama.

Nota-se que uma série de serviços especializados são prestados por empresas e profissionais situados em Umuarama e Goioerê.

TABELA 53: BENS E SERVIÇOS URBANOS DISPONÍVEIS, 2009

Geradora de TV – existência	
Provedor de Internet – existência	
Estádios ou ginásios poliesportivos - existência	02
Livrarias – existência	
Lojas de discos CDs e fitas - existência	
Vídeo locadoras - existência	
Shopping Center - existência	0
Estação de rádio AM - existência	
Estação de rádio FM - existência	
Bibliotecas públicas - existência	
Cinemas – existência	0
Teatros ou salas de espetáculos-existência	
Museus – existência	0
Clubes e associações recreativas - existência	
Banda de música - existência	
Orquestra – existência	
Unidades de ensino superior - existência	0

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2009.

FIGURA 25: COMÉRCIO NA AVENIDA

Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

4.2.4. POTENCIAL TURÍSTICO

Mielke (2000) afirma que o turismo pode ser definido de várias formas. Em pesquisa bibliográfica na rede internacional de computadores a primeira informação pesquisada é a da Organização Mundial de Turismo. A atividade turística compreende "as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros".

Mielke (2000) também complementa a informação citada acima, afirmando que o turismo é um conjunto de relações e fenômenos surgidos a partir de viajantes e de suas estâncias temporais, das quais se dirigem a outros lugares, principalmente por prazer e recreação.

Existem várias modalidades de turismo: turismo balneário, turismo de aventura, turismo de incentivo, turismo de intercâmbio, turismo ecológico, turismo espacial, turismo náutico, turismo rural, turismo de eventos e entre outros. Para Mariluz, a modalidade que mais convém é o turismo rural, com aproveitamento da potencialidade natural.

Turismo rural é um conjunto de atividades turísticas compreendidas com a produção agropecuária, agregando valor ao produto do meio rural, resgatando e promovendo o patrimônio cultural das comunidades do campo.

O Congresso Brasileiro de Turismo Regional de 1998 interpretou que o turismo rural é uma atividade multidisciplinar de caráter econômico e social, que se dá

no meio ambiente não intensamente urbanizado, através da seção empreendedora e destinado à população geral, com conduta ética e preservação do patrimônio cultural e ambiental (MIELKE, 2000).

Entre as características de turismo rural encontra-se: agroturismo, turismo verde, ecoturismo, naturista, nostalgia, habitação, estância e montanha. Mariluz não é banhado pelo Rio Paraná ou Rio Ivaí, mas apresenta um bom potencial hídrico, citando, por exemplo, os rios Piquiri e Goio-Ere. Entretanto, não se configura como ponto de repercussão turística.

O turismo é uma atividade econômica de baixo impacto ambiental, podendo ser instrumento de preservação da natureza; tem alto potencial de geração de empregos diretos e indiretos, pelo incremento do comércio, serviços e, até mesmo, da indústria. Aumenta a oferta de emprego, traz o desenvolvimento regional e social, busca a sustentabilidade social, ecológica, econômica, espacial, político institucional e cultural de todo o meio rural.

Mesmo com algumas adversidades, verifica-se que Mariluz apresenta potencial turístico rural, necessitando de infra-estrutura, departamento público especializado e ações de marketing, enfocando os visitantes da Mesorregião Noroeste e Norte Central.

Os eventos em Mariluz acontecem de forma isolada, merecendo destaque apenas a comemoração do aniversário da cidade em 29 de novembro e do padroeiro Santo Antônio, no dia 13 de junho. Sobre as condições da rede hoteleira do município, há apenas dois hotéis. Conclui-se que os locais de potencial turístico não são aproveitados. Acredita-se que o alavancamento do turismo local passa com a integração regional, buscando criar em comum atrativos turísticos rurais, valorizando o homem do campo e as práticas ambientais.

FIGURA 26: FESTAS MUNICIPAIS EM MARILUZ



Foto: Prefeitura Municipal de Mariluz, 2010.

FIGURA 27: FESTAS MUNICIPAIS EM MARILUZ

Foto: Prefeitura Municipal de Mariluz, 2010.

4.2.5. FATORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

De 1960 até os dias atuais verifica-se uma expansão da população da sede urbana, mas no contexto geral ocorre um **ESVAZIAMENTO ECONÔMICO E POPULACIONAL DO MUNICÍPIO**. Uma solução encontrada que o Plano Diretor pode identificar é definir e assegurar espaços nos quais se possam desenvolver atividades econômicas, rurais e urbanas, geradoras de oportunidades de emprego e renda - qualificar imóveis desocupados para micro e pequenas empresas. Este procedimento pode criar condições para gerar emprego e renda e reverter o processo de defasagem.

Mariluz possui uma proximidade com os países membros do Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL e próximo dos portos, como o de Paranaguá, Santos e São Francisco do Sul. É necessária a articulação dos poderes públicos constituídos para estreitar vínculos inter-regionais, aprofundar estudos das relações fronteiriças, além do fortalecer a relação do Paraná com a matriz produtiva nacional e dos países do MERCOSUL.

Outro grande diferencial na capacidade de planejamento dos municípios do porte de Mariluz é o seu grau de integração microrregional, nas suas diversas formas: consórcio, associações, pactos, fórum de desenvolvimento, comitês. É válida também a participação do município nos consórcios intermunicipais, como por exemplo, o de saúde.

São vários os instrumentos e mecanismos institucionais utilizados para fortalecer as relações com outras unidades de governo. Os sistemas de impostos partilhados e os créditos, assim como as subvenções são meios de grande importância para o regime de relações cada vez mais intensas, com vistas a uma compensação de finanças, ou seja, à redistribuição da receita pública, cooperação em projetos de

interesse comum, coordenação de interesses, planos e programas em que seja necessária a participação de duas ou mais esferas de governo.

4.2.6. PAPEL E FUNÇÃO DO MUNICÍPIO NA MESORREGIÃO

No caso de cidades pequenas, não há como estudar seus papéis e significados sem o seu entorno, pois tais papéis só podem ser compreendidos mediante a composição deste cenário.

Os estudos realizados pelo IPARDES até o presente momento evidenciam que municípios do mesmo porte de Mariluz inserem-se diferentemente conforme sua localização espacial. Enquanto em alguns casos estão submetidos a uma dinâmica social e econômica ditada por um município maior, em outros são os vetores dessa dinâmica em nível regional.

Endlich (2006) relata que o enfoque mais próximo da realidade dos municípios e suas pequenas cidades do noroeste paranaense permitem reafirmar o papel destes espaços como ponto de vista de apoio ao desenvolvimento agroindustrial. São locais privilegiados para localização de indústrias de baixo valor adicionado e emprego de mão-de-obra pouco qualificada do entorno. O papel é incrementado com a expansão de tais ramos em um contexto de amplas escalas.

4.2.7. REDE URBANA, ÁREA DE INFLUÊNCIA E RELAÇÕES COM OS MUNICÍPIOS VIZINHOS.

O conceito de rede, *retis* em latim, significa, do ponto de vista natural, entrelaçar fios com cobertura regulares para formar um tecido. Da perspectiva social, rede significa um emaranhado de nós formados pelos encontros ou interações sociais, cujos significados podem ser diferentes.

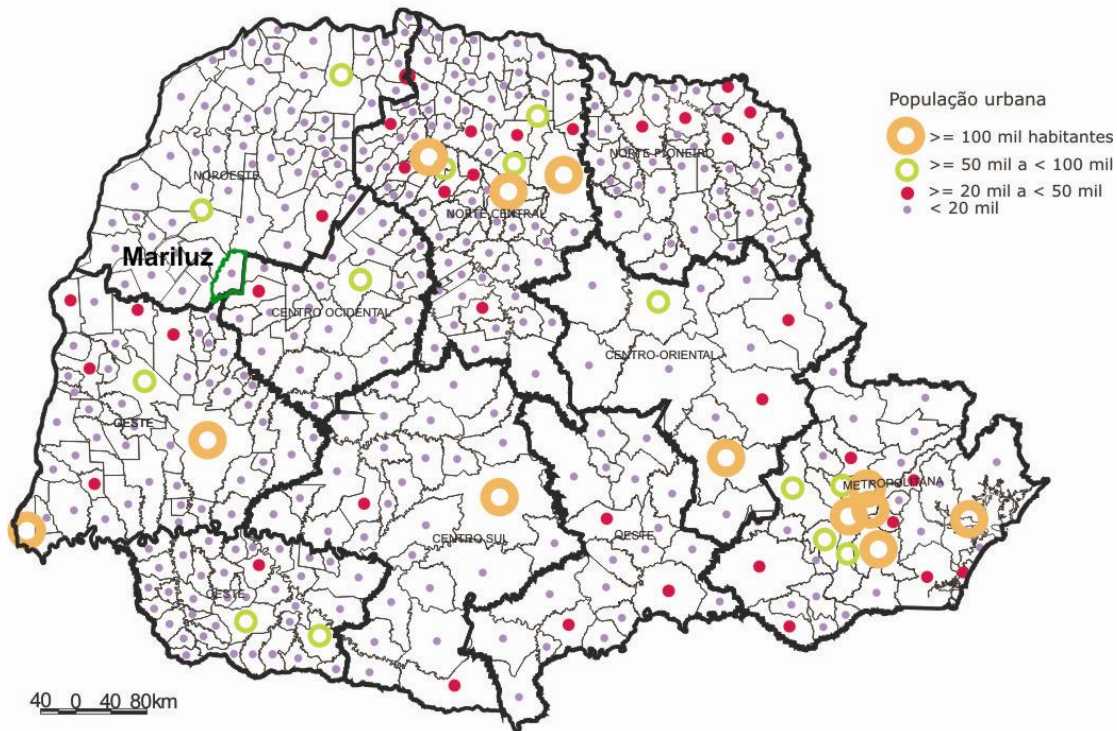
Para Sperandio (2006) o ponto de partida de uma rede social é a comunicação entre as pessoas. E a comunicação depende de laços estabelecidos ou a serem estabelecidos. As pessoas interagem entre si e com o meio em que vivem para descobrir e redescobrir formas de alcançar seus desejos individuais e coletivos, criando canais de transmissão e troca de suas metodologias de ação, resultados e sucessos alcançados.

Na doutrina da geografia urbana existem 02 correntes: a primeira advoga a tese de que somente haveria rede urbana se certas características estivessem presentes, sobretudo nos países desenvolvidos. No caso dos países subdesenvolvidos, a rede

urbana estaria em fase embrionária. Para Roberto Lobato Corrêa existe rede urbana a partir do momento em que haja uma economia de mercado que exige uma divisão territorial do trabalho; b) presença de pontos fixos onde se realizam os negócios; c) existência de um mínimo de articulação entre os núcleos anteriormente referidos; articulação no âmbito de circulação.

Convergindo com a doutrina citada acima, a série Caracterização e Tendência da Rede Urbana do Brasil (2000) relata que “os principais centros da mesorregião noroeste são Paranavaí e Umuarama, com nível de centralidade forte para médio, e Cianorte, com centralidade de nível médio, todos urbanos de média dimensão”. A obra explicita que nenhum desses centros está entre os mais fortes na rede urbana no Estado e seu pólo imediato é Maringá.

FIGURA 28: REDE DE CIDADES – 2000
ESTADO DO PARANÁ - REDE DE CIDADES - 2000



Fonte: IPARDES, 2002.

5. CARACTERIZAÇÃO E TENDÊNCIAS DO USO DO SOLO E DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

5.1. EVOLUÇÃO DO PARCELAMENTO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Para a doutrina jurídica, parcelamento do solo urbano são processos de loteamento, desmembramento e unificação de lotes urbanos. É função de um Plano

Diretor Municipal prever como serão ocupados os diversos espaços do município. Sobre a evolução do parcelamento e ocupação do solo urbano.

O município foi projetado pela Empresa Colonizadora Mariluz, e após a urbanização de todo o núcleo central não houveram novos acréscimos de loteamentos. A primeira missa foi rezada pelo frei Gaspar, da paróquia de Cruzeiro do Oeste, no dia 06 de agosto de 1956.

Paulatinamente, durante a década de 1960 e 1970, foram sendo edificados estabelecimentos comerciais e residências que se localizaram no núcleo central. (Prancha 23)

A Prefeitura Municipal informa que foi construído no perímetro urbano o Conjunto Arnaldo Busato, com projeto aprovado em 07/10/1980, contabilizando 95 residências; o Conjunto Princesinha do Oeste, aprovado em duas fases, sendo a primeira com 45 residências em 15/01/1992 e a segunda com 28 residências aprovado em 20/03/1992, totalizando 73 residências; e o Conjunto Moradias Portal, também aprovado em duas fases, sendo a primeira com 50 residências aprovado em 25/05/1999 e a segunda com 27 residências aprovado em 21/06/2003, totalizando 77 residências.

Até 1990, toda malha urbana era reconhecida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e comunidade municipal como Centro. Com o Advento do Plano Diretor foi proposto a divisão da malha urbana e áreas de expansão, em 9 bairros conforme demonstrado na prancha de Conjuntos Habitacionais e Bairros.(Prancha 24)

FIGURA 29: CONJUNTO HABITACIONAL



Fonte: IPARDES, 2002.

PRANCHA 23: EVOLUÇÃO URBANA

PRANCHA 24: DIVISÃO DE BAIROS

5.2. DINÂMICA DO MERCADO DE TERRAS E SUA EVOLUÇÃO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Para compreender a dinâmica do mercado de terras e sua evolução nos últimos 10 anos é necessária uma avaliação sobre o preço do solo urbano, utilizando para isso o valor da alíquota de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

O direito à terra urbana é o grande objeto do Plano Diretor e seu maior lema é combater a especulação imobiliária. O termo terra urbana significa terra servida por infra-estrutura e serviços (rede de águas, rede de esgotos, rede de drenagem, transportes, coleta de lixo, iluminação pública, além dos equipamentos de educação e saúde). O acesso à terra urbana, relacionado às condições sociais e à localização da moradia, espelha com absoluta clareza a seletividade na apropriação do espaço nas cidades.

5.3. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO E RURAL

É função do Plano Diretor definir e prever como serão usados e ocupados os diversos espaços do município, a área de expansão das indústrias e das atividades econômicas em geral. Meirelles (2001) disserta sobre a matéria, demonstrando “a necessidade do controle do uso do solo urbano visa equilibrar e harmonizar o interesse geral da coletividade com o direito individual de seus membros no uso da propriedade particular”.

A necessidade do controle do uso do solo urbano visa equilibrar e harmonizar o interesse geral da coletividade com o direito individual de seus membros no uso da propriedade particular, localizando áreas no exercício das atividades urbanas e até na utilização do domínio público.

Mariluz tem o perímetro urbano estabelecido pela Lei 1.157/95, de 17 de outubro de 1995, tendo área perimetral urbana em 416.6424 hectares. O IBGE reforçou em 2000 que toda sede de município é necessariamente espaço urbano, seja qual for sua função, dimensão ou situação. Por isso percebe-se a importância da delimitação próxima do ideal do perímetro urbano.

Em relação à disposição sobre o uso e ocupação do solo na área urbana da Sede do Município de Mariluz, a Lei Municipal 1.158/95, de 17 de outubro de 1995, regulamentou o zoneamento. A presente lei tem por objetivo proteger o meio ambiente, com suas características naturais; e regular o uso e a ocupação do solo urbano e assim promover o melhor aproveitamento da infra-estrutura existente. Em 1995 no PLUOS (Plano de Uso e Ocupação do Solo) foi proposto um zoneamento, no qual a Avenida

Marília o uso era comercial 1 e as avenidas Celentina Pereira de Abreu e Raimundo José dos Santos como comercial 2. Foram propostos três tipos de zonas residenciais, uma zona industrial ao norte nas margens da PR468 e zonas de preservação junto aos córregos Jacutinga e Gavião (Prancha 25). Atualmente em Mariluz observa-se que o uso comercial não se deu nas avenidas Celentina Pereira de Abreu e Raimundo José dos Santos, estando concentrado apenas nos lotes lindeiros à Avenida Marília e poucos lotes salpicados no restante da malha urbana entre lotes residenciais. (Prancha 26)

No município percebe-se que tem buscado se aplicar os critérios de uso do solo determinados pela legislação, porém não se dá de forma rígida. Apesar de haver o cuidado de não permitir a proximidade entre usos conflitantes, falta uma fiscalização, fazendo com que se torne visível na malha urbana o desrespeito com Legislação Urbanística do PLUOS, como o Código de Obras.

Quanto a Densidade Demográfica, espacializada no Mapa de Densidade Demográfica (Prancha 27), verifica-se o valor acima de 75 hab/ha nos conjuntos habitacionais. Na área central, ao longo da Avenida Marília, a densidade demográfica registrada está entre 01 e 74 hab/ha. Esta diferença na densidade demográfica se deve a dimensão reduzida dos lotes dos Conjuntos Habitacionais implantados em épocas posteriores à ocupação das demais áreas da cidade. Contudo, evidencia-se a necessidade da aplicação de Legislação referente ao Parcelamento do Solo Urbano, que exija dimensões satisfatórias para os lotes e também regulamente percentual para áreas públicas.

Quanto à tipologia construtiva da área urbana de Mariluz (Prancha 28), é possível fazer uma análise espacial das condições sócio-espaciais. A maioria das edificações residenciais e comerciais é térrea, em alvenaria, considerando também uma grande parcela de residências em madeira espalhada em todas as partes da cidade, algumas apresentando risco de desabamento. Observa-se também a existência de barracões de uso agrícolas no Perímetro Urbano. E, as edificações mais altas possuem 02 pavimentos.

FIGURA 30: USO COMERCIAL NA AVENIDA MARÍLIA



Foto: Stella Vilela Magalhães

FIGURA 31: RESIDÊNCIA TÉRREA EM ALVENARIA



Foto: Stella Vilela Magalhães

FIGURA 32: RESIDÊNCIA EM MADEIRA



Foto: Stella Vilela Magalhães

FIGURA 33: RESIDÊNCIA COM RISCO DE RESABAMENTO



Foto: Stella Vilela Magalhães

FIGURA 34: CONSTRUÇÃO COM 2 PAVIMENTOS



Foto: Stella Vilela Magalhães

FIGURA 35: CONSTRUÇÃO NO RECUO FRONTAL INFRINGINDO A LEGISLAÇÃO



Foto: Stella Vilela Magalhães

PRANCHA 25: LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO – LEI Nº 1158/95

PRANCHA 26: USO DO SOLO URBANO

PRANCHA 27: DENSIDADE DEMOGRÁFICA NA ÁREA URBANA

PRANCHA 28: TIPOLOGIA CONSTRUTIVA

5.4. USO DO SOLO RURAL

Antes de descrever sobre o zoneamento do solo rural, foram identificados no capítulo II, os solos, a topografia, as acessibilidades e infra-estruturas adequadas para as diversas formas de uso de produção agropecuária, extração vegetal, exploração mineral, usos não agrícolas como turismo, moradias permanentes, levando em consideração as informações do meio físico.

O município de Mariluz tem 01 distrito político-administrativo denominado Mariluz. O território municipal é dividido em zona urbana e zona rural.

O município sofreu com o êxodo rural devido às constantes crises da agricultura e a seletividade crescente dos produtores a partir de critérios tecnológicos e econômicos.

Como já relacionado, o município apresenta relevo suave ondulado a plano, favorecendo a agricultura e a mecanização de terras, com declividades entre 0% e 15% nos pontos intermediários das encostas. A área onde se encontra o município é zona de tensão ecológica, pois existe contato entre a Floresta Estacional Semidecidual e a Floresta Ombrófila Mista, devendo ser preservada e reflorestada. Aliada à área de tensão ecológica, o substrato geológico em que Mariluz está amparada é zona de contato entre o substrato basalto e substrato arenito Caiuá, podendo ocorrer problemas de erosão nas partes mais altas do município.

Conforme relatório da EMATER se percebe o uso do solo rural e se vê o predomínio das áreas agricultáveis sobre áreas de preservação.

Em detrimento do grande número de áreas agricultáveis sobre as matas nativas e a ocorrência do domínio de propriedades rurais privadas sobre as áreas públicas. Atualmente os solos municipais se destinam ao plantio de cana-de-açúcar, soja e pastagens para a pecuária extensiva.

5.5. DEMANDA POR SOLO URBANO NA ATUALIDADE E NOS PRÓXIMOS 10 ANOS

É vital para a cidade o levantamento sobre a demanda urbana para os próximos 10 anos com o intuito de planejar o crescimento sustentável e se precaver quanto às dificuldades provindas da administração municipal. Todo estudo de demanda por solo urbano tem como referencial maior os indicadores demográficos.

Conforme índices do IPARDES, a população projetada para Mariluz em 2008 foi de 10.810 habitantes, 514 habitantes a mais que os recenseados em 2000. Analisa-se, *a priori*, que a taxa de crescimento municipal continuará a registrar índices positivos. A

média de residentes por unidade habitacional conforme dados do IBGE é de 3,8 hab/domicílio, considerando o montante de 2.695 domicílios particulares e 10.296 recenseados em 2000.

Segundo a Lei Municipal 1.157/95, o perímetro urbano da Sede possui 4.166.424,22m². Conforme levantamento *in loco* realizado em 2009 e apoiado em material entregue pela Equipe Técnica Municipal, constatou-se que o perímetro urbano possui 2.788 lotes urbanizados, sendo que 464 lotes estão sem uso. Além desses lotes urbanizados que se encontram vazios, existem áreas delimitadas pelo perímetro urbano que ainda não foram parceladas. Essa realidade, a princípio, descarta a necessidade de acréscimo de ampliação do Perímetro Urbano. No futuro a ampliação deste perímetro só poderá ser realizada ao sul, devido a condicionantes físicas existentes, como a PR468 ao Norte e aos Ribeirões do Gavião e da Jacutinga a leste e oeste respectivamente.

Considerado os percentuais trabalhados pelo IPARDES, de 2008 a 2020 está previsto um pequeno acréscimo na população total do município de Mariluz, conforme apresenta a tabela a seguir:

TABELA 54: POPULAÇÃO PROJETADA PARA MARILUZ

Ano	População Projetada
2008	10.810
2009	10.840
2010	10.857
2011	10.876
2012	10.884
2013	10.888
2014	10.891
2015	10.890
2016	10.892
2017	10.877
2018	10.878
2019	10.857
2020	10.840

Fonte: IPARDES, 2009.

Se mantido o mesmo grau de urbanização registrado em 2000, ano em que 80,17% da população de Mariluz vivia na área urbana, pode-se prever um acréscimo de 435 habitantes na área urbana para o ano 2020, conforme demonstra a tabela abaixo.

Se conservada também a mesma média de habitantes por domicílios, de 3,8 hab/domicílio, para o ano de 2020 haverá uma demanda de pelo menos mais 114 lotes. Considerando que existem 464 lotes vazios, não seria necessária a implantação imediata de novos loteamentos e nem mesmo a ampliação do Perímetro Urbano Atual.

TABELA 55: DEMANDA ESTIMADA DE LOTES URBANOS

	2000	2009	2020
População Total	10.296 hab.	10.840 hab. *	10.840 hab. *
População Urbana Total	8.255 hab.	-	8.690 hab.**
Lotes Urbanos	2.788	2.788	2.788
Área Urbana Sede	4.166.424,22m ²	4.166.424,22m ²	4.166.424,22m ² ***

Fonte: Cálculos realizados pela Consultoria.

*Projeção Populacional IPARDES.

** População Urbana a partir do mesmo Grau de Urbanização registrado em 2000.

***Área estimada após a expansão do Perímetro Urbano.

5.6. ÁREAS DE OCUPAÇÃO IRREGULAR

Com as dificuldades que envolvem o acesso à moradia, crescem as ocupações e com elas a precariedade dos assentamentos humanos e da qualidade de vida. Vários exemplos de situações são o contingente de sub-habitações localizadas em favelas, ocupando geralmente áreas impróprias; as áreas alagadiças e de mangues; encostas de morros e deslizamentos; áreas sob rede de baixa tensão; faixas de domínio do sistema viário e reservas ambientais. Em Mariluz até o presente momento não são encontradas áreas de ocupação irregular destes tipos.

TABELA 56: SITUAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais	Sim
Construção de unidades habitacionais exclusivas pela Prefeitura Municipal	Sim
Em convênio(s) da prefeitura com outro(s) órgão(s) público(s) ou privados	Não
Área beneficiada: urbana	Sim

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2005

5.7. CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS SUBUTILIZADAS, OCUPAÇÃO DO SOLO E ÁREAS COM PRECARIEDADE DE INFRA-ESTRUTURA

A disponibilidade de infra-estrutura como o abastecimento de água potável, a presença de rede de esgoto sanitário e drenagem adequada das águas pluviais, assim como a coleta de resíduos sólidos, são condicionantes mínimos para evitar doenças epidêmicas. A ausência dessas infra-estruturas é um forte indicador das desigualdades sociais, pela sua importância em dimensionar o grau de acesso da população a esses serviços, os quais têm efeitos diretos na qualidade de vida. A tabela abaixo demonstra a relação entre a densidade demográfica em Mariluz e o suporte de infra-estrutura.

TABELA 57: RELAÇÃO ENTRE DENSIDADE DEMOGRÁFICA E SUPORTE DE INFRA-ESTRUTURA

Bairro	Densidade demográfica	Suporte de infra-estrutura						
		Energia Elétrica	Água	Esgoto	Drenagem	Coleta de Lixo	Varição	Pavim.
Centro	60 - 74 hab/ha	Total	Total	Parcial	Total	Dias alternados*	Dias alternados	Parcial
Conjunto Arnaldo Busato	Acima de 75hab/ha	Total	Total	Total	Total	Dias alternados	Dias alternados	Parcial
Conjunto Princesinha do Oeste I	Acima de 75hab/ha	Total	Total	Total	Total	Dias alternados	Dias alternados	Parcial
Conjunto Princesinha do Oeste II	Acima de 75hab/ha	Total	Total	Total	Total	Dias alternados	Dias alternados	Inexistente
Conjunto Moradias Portal I	Acima de 75hab/ha	Total	Total	Total	Total	Dias alternados	Dias alternados	Inexistente
Conjunto Moradias Portal II	Acima de 75hab/ha	Total	Total	Total	Total	Dias alternados	Dias alternados	Inexistente

Fonte: Elaborada pela consultoria com base nos dados de cada setor.

- A coleta de lixo e varrição pública acontece diariamente nas avenidas principais.

A tabela acima demonstra que as áreas mais densas em Mariluz correspondem aos Conjuntos Habitacionais, atingindo uma densidade acima de 75 habitantes/ha, visto o tamanho reduzido dos lotes. Coincidentemente, essas áreas são as mais carentes em relação ao suporte de infra-estrutura e devem receber uma atenção especial da administração pública e poderão ser classificados como Zonas Especiais de Qualificação Urbana.

5.8. POLÍTICA DE HABITAÇÃO POPULAR

A política habitacional é um instrumento para alcançar o direito à moradia e passa, necessariamente, pela esfera municipal. A importância da política habitacional no desenvolvimento urbano, econômico e social das cidades relaciona-se com o processo de reprodução social do espaço urbano, em pelo menos 03 (três) aspectos: social, econômico e territorial. É dever do Plano Diretor regulamentar sobre as habitações populares. A política habitacional articulada com os instrumentos de ordenação do território pode contribuir para combater a segregação social e espacial.

TABELA 58: INSTRUMENTOS E POLÍTICAS HABITACIONAIS DE MARILUZ

Cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais	Sim
Cadastro informatizado	Não
Construção de unidades – existência	Sim
Por iniciativa exclusiva da prefeitura	Sim
Em convênio(s) da prefeitura com outro órgão(s) público(s) ou privados	Não
Área beneficiada: urbana	Sim
Área beneficiada: rural	Não

Oferta de material de construção – existência	Sim
Por iniciativa exclusiva da prefeitura	Sim
Em convênio(s) da prefeitura com outro órgão(s) público(s) ou privados	Não
Oferta de lotes – existência	Não
Por iniciativa exclusiva da prefeitura	Não aplicável
Em convênio(s) da prefeitura com outro órgão(s) público(s) ou privados	Não aplicável
Outras ações – existência	Não
Por iniciativa exclusiva da prefeitura	Não aplicável
Em convênio(s) da prefeitura com outro órgão(s) público(s) ou privados	Não aplicável
Área beneficiada: urbana	Não aplicável
Área beneficiada: rural	Não aplicável
A prefeitura emitiu:	
Licenças para implantação de novos loteamentos	Não
Licenças de construção	Sim
"Habite-se" ou alvarás de habitação	Sim

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2005

6. SITUAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

O Plano Diretor Municipal é o principal instrumento para os Municípios promoverem políticas públicas urbanas que respeitem os princípios constitucionais das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e da garantia de bem-estar de seus habitantes.

Uma das diretrizes gerais da política urbana estabelecida no Estatuto da Cidade é a garantia do direito às cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para presentes e futuras gerações. Este capítulo tratará das condições gerais dos aspectos de infra-estrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos, verificando a situação atual e a projeção para os próximos 10 anos, como forma de planejar, cumprir e executar o princípio constitucional das cidades sustentáveis.

6.1. SANEAMENTO AMBIENTAL

O saneamento ambiental ou, como preferem muitos, saneamento básico, representa o mínimo de condição de moradia digna que uma pessoa deveria ter. Trata-se de condicionantes do bem-estar pessoal e ambiental, que se interagem em prol da coletividade.

O Estatuto da Cidade garante em seu artigo 2º o direito à cidade sustentável, definindo como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para presentes e futuras gerações. A doutrina classifica a sustentabilidade, em suas várias vertentes, garantia de condições para que o desenvolvimento municipal seja socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando à qualidade de vida para presentes e futuras gerações, prevalecendo sempre à inclusão social e a redução das desigualdades.

A disponibilidade da infra-estrutura de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem adequada para as águas pluviais e coleta de resíduos sólidos são condicionantes mínimas para evitar doenças epidêmicas. A ausência dessas infra-estruturas é um forte indicador das desigualdades sociais, pela sua importância em dimensionar o grau de acesso da população a esses serviços, os quais têm efeitos diretos na qualidade de vida.

6.1.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS

O abastecimento de água potável e industrial é serviço público necessário a toda cidade ou núcleo urbano, e, como tal, incumbe ao Município prestá-lo nas melhores condições técnicas e econômicas para os usuários. Em Mariluz, o Poder Público Municipal é responsável pelo abastecimento de água. A tabela abaixo demonstra o abastecimento de água da SAMAE, segundo as categorias. (Prancha 29)

TABELA 59: ABASTECIMENTO DE ÁGUA PELA SAMAE, SEGUNDO AS CATEGORIAS

Categoria	Ligações
Residencial	2825
Comercial	40
Poder público	30
Utilidade Pública	0
Total	2895

Fonte: Prefeitura Municipal de Mariluz, 2009.

A rede de esgotamento sanitário é obra pública indispensável em toda cidade abastecida com água e indicador de qualidade de vida na promoção de saúde pública e lençóis freáticos sem contaminação. A doutrina especializada considera que este serviço deve ter aprimoramento técnico e urgência para execução.

Em resumo, tem-se que, nas áreas urbanas da mesorregião, a disponibilidade de serviços básicos – oferta de água e coleta de lixo – que contribuem para melhorar a qualidade de vida da população, tende a estar próxima da universalização. A disparidade está na enorme distância entre os níveis de abastecimento da população com água e a remoção do esgoto, quadro que está presente tanto nos municípios maiores quanto nos pequenos (IPARDES, 2004, p. 50).

Em Mariluz existe sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário em grande parte da cidade, isso ocorre porque é o próprio município que administra o sistema. (Prancha 30). Na parte leste da cidade onde não existe o sistema de coleta de esgotos as residências utilizam fossas sépticas, mas ainda foram encontradas fossas negras. Quando a fossa é construída os moradores erroneamente utilizam a calçada pública, prejudicando a acessibilidade universal, pois a maioria estão acima do nível do piso, e ainda podem causar acidentes por tampas danificadas.

TABELA 60: DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR FORMA DE ESCOAMENTO DA INSTALAÇÃO SANITÁRIA – 2000.

Total de domicílios	2.695
Com banheiro ou sanitário	2.691
Com banheiro ou sanitário e rede geral	103
Com banheiro ou sanitário e fossa séptica	21
Com banheiro ou sanitário e fossa rudimentar	2.315
Com banheiro ou sanitário ligado a uma vala	47
Com banheiro ou sanitário ligado diretamente a um rio, lago ou mar	6
Com banheiro ou sanitário e outro tipo esgotamento	129

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

FIGURA 36: RESERVATÓRIO DE ÁGUA SAMAE



Foto: Stella Vilela Magalhães

FIGURA 37: TRATAMENTO DE ESGOTO SAMAE



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 38: FOSSA NEGRA



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 39: FOSSA NA CALÇADA COM ABERTURA



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

PRANCHA 29: REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

PRANCHA 30: REDE DE ESGOTO

6.1.2. DRENAGEM URBANA – SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS

Segundo a MINEROPAR (2006), nas cabeceiras de drenagem urbana a concentração de águas pluviais em superfície e sub-superfície devem ser controladas para evitar a instalação de processos erosivos (ravinas, voçorocas, deslizamentos, abatimentos) que põem em risco todo o tipo de ocupação. São áreas indicadas para preservação, reflorestamento e lazer.

Em Mariluz existem galerias de drenagem de águas pluviais em todas as vias que compõem a malha urbana, sem problemas com alagamentos. A rede de drenagem da galeria está com emissários em estado de conservação regular. O destino final das galerias pluviais são os ribeirões Jacutinga e Gavião. (Prancha 31)

Algumas vias que não possuem pavimentação, mesmo com a existência de bocas de lobo e rede de drenagem apresentam sinais de erosão, que pode ocasionar o entupimento da rede, locais estes indicados na Prancha de Drenagem.

FIGURA 40: BOCA DE LOBO: RUA SANTA CATARINA



Foto: Stella Vilela Magalhães

PRANCHA 31: REDE DE DRENAGEM URBANA

6.1.3. RESÍDUOS SÓLIDOS – SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS

6.1.3.1. Coleta de resíduos

Conforme dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil de 2000, 84,39% das residências urbanas eram servidas por coleta de resíduos, enquanto em 1991 somente 68,44 % tinham esse serviço, o que, num primeiro momento representa uma evolução no quadro.

A Secretaria de Obras declara que na sede municipal existe coleta de resíduos sólidos em dias alternados durante a semana, somente na Avenida Marília a coleta é realizada todos os dias. (Prancha 32)

A estrutura e o sistema de coleta de resíduos sólidos na sede do município são feitos por 01 veículo Ford F-600, ano 1970 em péssimo estado de conservação. O município não possui caminhão compactador para o recolhimento dos resíduos sólidos. E no Distrito de São Luiz a coleta é realizada com a utilização de um carrinho de pneus com tração de um animal.

Os resíduos coletados são remetidos ao aterro sanitário, localizado na zona rural a distância de 3 km da sede. Na área destinada ao depósito de lixo há previsão de melhorias.

Não existe no município programa municipal de coleta de material reciclável. A coleta de lixo hospitalar é realizada por empresa especializada, contratada pelos estabelecimentos geradores deste tipo de lixo.

Há necessidade de ampliação, aumento da capacidade de atendimento e melhora na qualidade do serviço público oferecido para os próximos 10 anos, levando em consideração que a população urbana em 2020 será mais populosa que a registrada no Censo Demográfico de 2000 e 2007.

FIGURA 41: LIXO QUEIMADO EM LOTE URBANO



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 42: LIXO QUEIMADO NA PERIFERIA



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 43: LIXO ACUMULADO – RUA CASTELO BRANCO



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

PRANCHA 32: COLETA DE LIXO

6.1.3.2. Varrição Urbana

O serviço de varrição das ruas é realizado pela Prefeitura Municipal. De acordo com o mapa de varrição (Prancha 33), a maior parte das ruas que possuem pavimentação asfáltica, contam com o serviço de varrição em dias alternados, com exceção da Avenida Marília onde tem sido realizada varrição diária. Este serviço está sob a responsabilidade do Departamento de Varrição e Obras, utilizando os seguintes equipamentos para a realização dos serviços: vassouras, rastelos, pás, carrinhos de mão, 6 funcionários de serviços gerais e um trator com carreta de madeira. As condições de desempenho do serviço de varrição urbana não são boas, havendo muita reclamação da população quanto à limpeza das ruas. Onde não existe pavimentação nas vias é usual a queima dos resíduos de arborização, restos de jardim e outros por parte dos moradores, porque não existe varrição.

Há necessidade de ampliação, aumento da capacidade de atendimento e qualidade do serviço público oferecido para os próximos 10 anos, considerando-se que em 2017 a população urbana será maior do que a registrada em 2000 pelo Censo Demográfico.

PRANCHA 33: VARRIÇÃO PÚBLICA

6.2. SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTE

A municipalidade de Mariluz é interligada à rede viária estadual através da rodovia PR 468. Esta rodovia se inicia no entroncamento com a BR 369 até a PR 323, próximo ao município de Umuarama, passando por Boa Esperança, Janiópolis, Moreira Sales e Mariluz. O levantamento *in loco* identifica que o asfalto da rodovia está regular, com pontos críticos apresentam buracos, além da falta de acostamento, dificultando o acesso às estradas rurais à mesma. A falta de acostamento traz riscos de acidentes pelo tráfego de caminhões canavieiros e maquina agrícolas, que sem esta opção trafegam pelo leito da via. (Prancha 34)

FIGURA 44: ASFALTO PR-468 SENTIDO UMUARAMA - MARILUZ



Foto: Stella Vilela Magalhães - 2010

FIGURA 45: TRÁFEGO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS NA PR-468



Foto: Stella Vilela Magalhães - 2010

As vias urbanas em quase toda a cidade apresentam largura entre 14m (quatorze metros) e 15,5m (quinze metros e cinquenta centímetros), sendo de 8m (oito metros) a 10m (dez metros) para a caixa de rolagem. Apenas as Avenidas Marília,

Raimundo José dos Santos e Galdino de Almeida e apresentam largura de 30m (trinta metros), com caixa de rolagem de 9,55m (nove metros e cinquenta e cinco centímetros) e 9,3m (nove metros e trinta centímetros) na Avenida Marília, 8,15m (oito metros e quinze centímetros) e 8,5m (oito metros e cinquenta centímetros) na Avenida Raimundo José dos Santos e; 6,5m (seis metros e cinquenta centímetros) e 6,7m (seis metros e setenta centímetros) na Rua Galdino de Almeida. (Prancha 35)

Abaixo as figuras exemplificam os perfis das vias:

FIGURA 46: PERFIL DA AVENIDA MARÍLIA

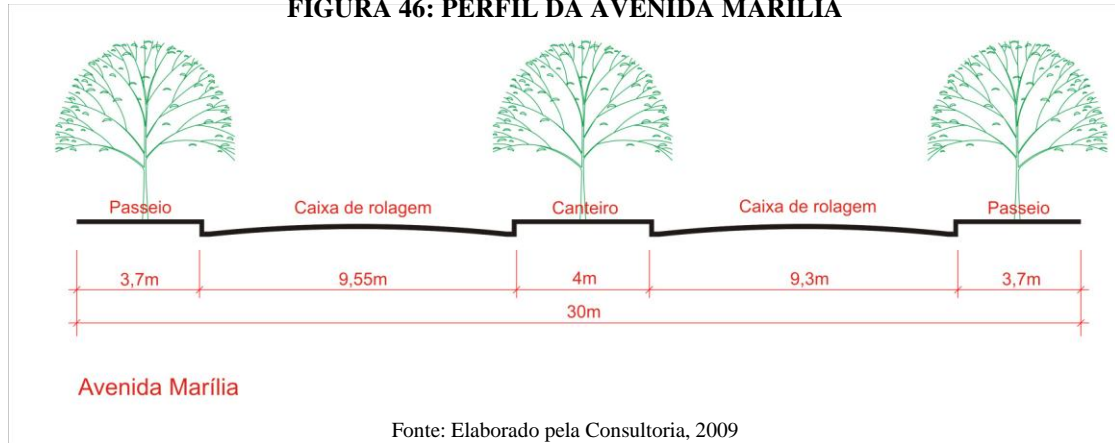


FIGURA 47: PERFIL DA AVENIDA RAIMUNDO JOSÉ DOS SANTOS

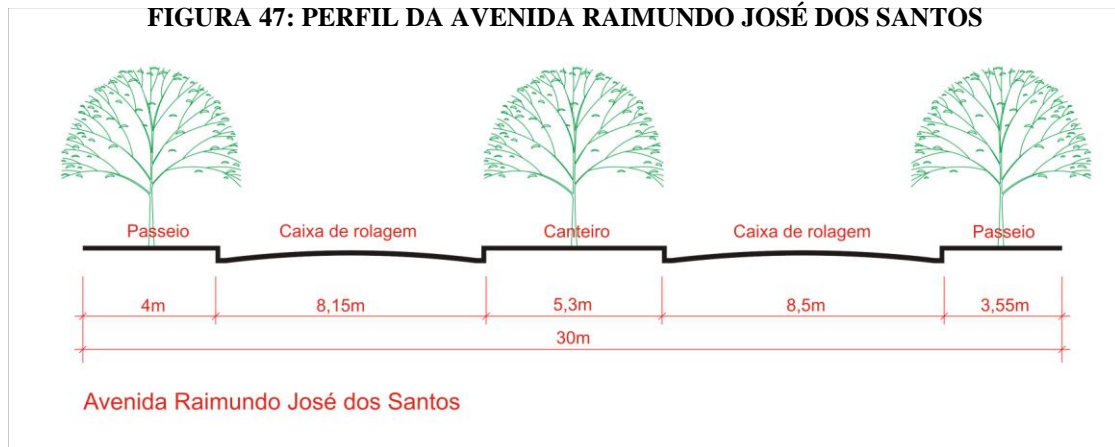


FIGURA 48: PERFIL DA RUA GALDINO DE ALMEIDA

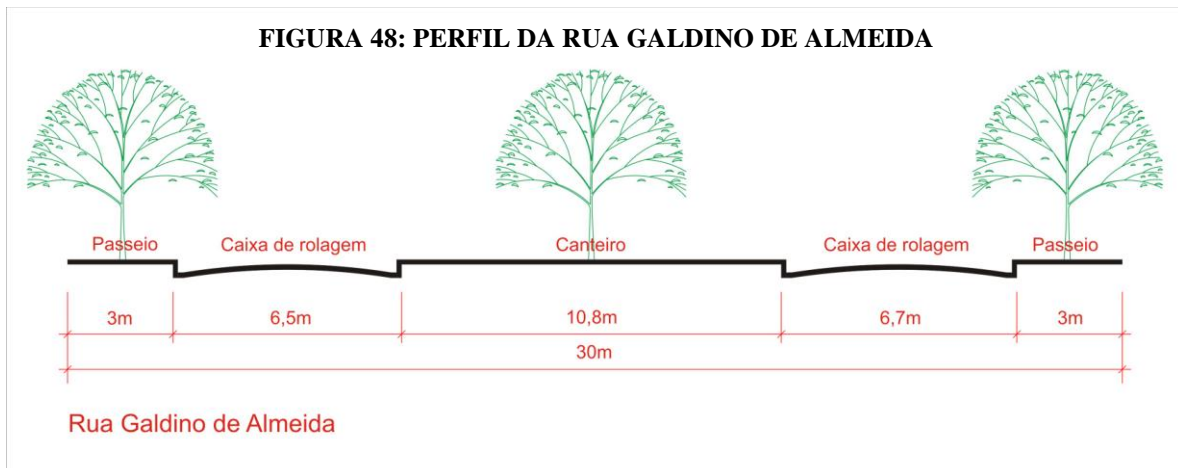
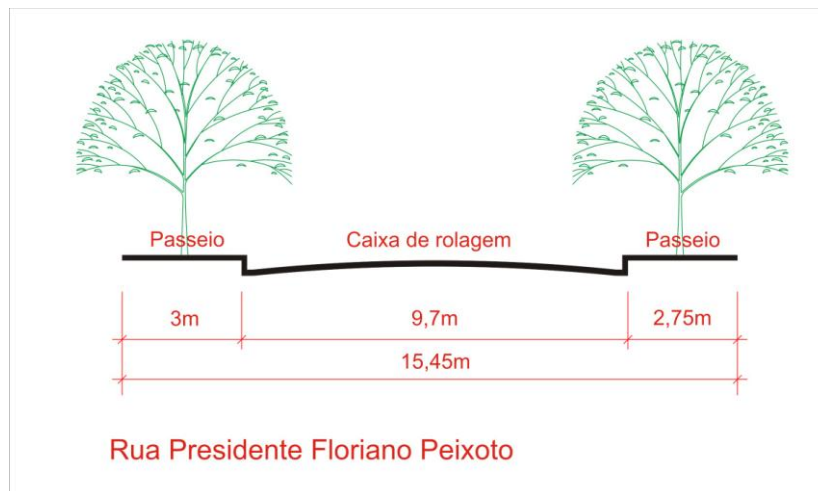
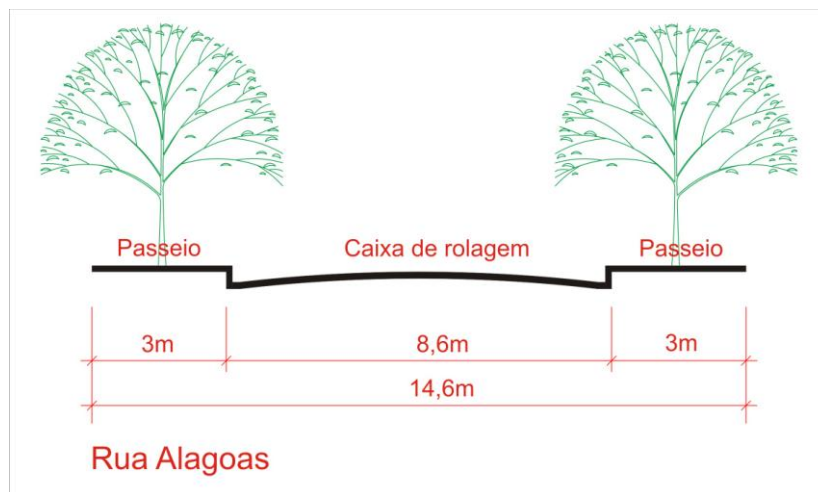


FIGURA 49: PERFIL DA RUA PRESIDENTE FLORIANO PEIXOTO**FIGURA 50: PERFIL DA RUA ALAGOAS**

O tráfego pesado passa principalmente pela Avenida Marília, conectando-se a Rodovia PR 468.

Conforme levantamento da Prefeitura Municipal de Mariluz, as estradas municipais estão adequadas, conectada com a PR 468 e a malha viária urbana, permitindo a trafegabilidade para escoamento da produção.

FIGURA 51: PERFIL DA RUA GALDINO DE ALMEIDA



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 52: PERFIL DA RUA CRUZEIRO DO OESTE



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 53: PERFIL DA RUA CASTELO BRANCO



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 54: PERFIL DA RUA EPITÁCIO PESSOA



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

PRANCHA 34: SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL

PRANCHA 35: SISTEMA VIÁRIO URBANO

6.2.1. PAVIMENTAÇÃO - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS

A pavimentação do leito carroçável das vias públicas se impõe a toda Mariluz, como requisito para eficiência do tráfego e fator de higiene, conforto e estética urbana. A pavimentação das vias públicas é uma questão delicada para qualquer administração municipal visto sua importância e seu alto custo de implantação. Em Mariluz, o alto custo da pavimentação faz com que o Poder Público Municipal mantenha parcerias e financiamentos com outros entes federativos, destacando-se no cenário o serviço social autônomo Paranacidade, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado do Paraná.

Conforme demonstra o mapa de Pavimentação (Prancha 36), na área urbana de Mariluz a maior parte das vias não possuem pavimentação asfáltica, e as vias pavimentadas fora da área central estão degradadas, com buracos no asfalto.

FIGURA 55: PAVIMENTAÇÃO NO CONJUNTO PRINCESINHA DO OESTE



Fonte: Stella Vilela Magalhães

FIGURA 56: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM BURACOS



Fonte: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 57: VIA SEM PAVIMENTAÇÃO



Fonte: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 58: EROSÃO NA RUA GEREMIAS GONÇALVES ROCHA



Fonte: Stella Vilela Magalhães, 2009.

PRANCHA 36: PAVIMENTAÇÃO URBANA

6.2.2. CALÇAMENTO - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS

O perfil das vias da área urbana mostra que o passeio apresenta dimensões satisfatórias para a locação de equipamentos urbanos, arborização e o tráfego de pedestres, com exceção de alguns trechos.

Contudo, não existe em Mariluz o cuidado na construção das calçadas a fim de permitir a acessibilidade universal. É comum a existência de degraus entre o limite dos lotes, a utilização de pisos escorregadios nas calçadas e a construção de obstáculos como bancos, lixeiras e muretas ao redor das árvores. Não existem guias rebaixadas, o que também prejudica a circulação de portadores de deficiências físicas.

Mesmo nas vias pavimentadas, existem passeios que não possuem piso e também não são gramadas. Onde não há pavimentação também não há calçadas públicas pavimentadas e nem arborização.

No município é responsabilidade do proprietário do lote a construção da calçada, entretanto percebe-se a necessidade de incentivo, regulamentação, orientação e fiscalização por parte do poder público municipal, a fim de melhorar as condições dos passeios e implementar calçadas que permitam a acessibilidade universal.

Outro problema relacionado aos passeios públicos de Mariluz, refere-se à existência de fossas nas calçadas que precisam ser retiradas para evitar acidentes e regulamentadas pelo poder público para que as novas fossas construídas sejam feitas dentro do limite do lote.

FIGURA 59: ESQUINA DAS RUAS FLORIANO PEIXOTO E GEREMIAS GONÇALVES ROCHA SENDO USADAS COMO CANTEIRO DE OBRA



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 60: RUA GEREMIAS GONÇALVES ROCHA SENDO USADA COMO CANTEIRO DE OBRAS



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 61: CALÇADA SEM ACESSIBILIDADE COM MURETA, RAMPA E FOSSA



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 62: CALÇADA SEM PAVIMENTAÇÃO



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

6.2.3. TRÂNSITO

Trânsito é o deslocamento de pessoas ou coisas (veículos ou animais) pelas vias de circulação. Tráfego é o deslocamento de pessoas ou coisas pelas vias de circulação em missão de transporte.

Dentro da sua esfera de competência, o Município deve ordenar o trânsito urbano e os de interesse local; cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições; planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas; e implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário, entre outras atribuições regulamentadas no artigo 24 do Código Brasileiro de Trânsito – CBT.

A constituição da malha viária de Mariluz foi planejada e projetada como um formato quadriculado, tendo como via estrutural as avenidas Marília, Coronel Galdino de Almeida, Celenita Pereira de Abreu e Raimundo José dos Santos. Assim o município cumpre a função social de circulação regulamentada na famosa Carta de Atenas de 1933.

O estacionamento de veículos é feito nas laterais. A quantidade de vagas para estacionamento é suficiente perante o número de veículos existentes no município, não necessitando este item de regulamentação própria. A sinalização é deficitária, tanto na modalidade vertical como na modalidade horizontal.

FIGURA 63: TRÁFEGO PESADO NA AVENIDA MARÍLIA



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

O tráfego é intenso nas estradas vicinais municipais e na Avenida Marília, mas não há registros de acidentes frequentes nestas vias. De acordo com o relatório estatístico de trânsito do IPARDES, em 2006 foram registrados 03 acidentes automobilísticos, sendo 02 deles com vítima. É muito importante ressaltar que foram procedidas operações mensais durante todo o período do ano de 2008, sendo estas mensais, com abordagens de condutores e veículos.

TABELA 61: NÚMERO DE VEÍCULOS NO MUNICÍPIO DE MARILUZ – MARÇO DE 2009.

Veículos	Quantidade
Automóveis	1.256
Caminhão	160
Caminhão Trator	48
Caminhonete	113
Caminoneta	104
Ciclomotor	5
Micro ônibus	6
Motocicleta	708
Motoneta	87
Ônibus	51
Reboque	31
Semi - reboque	65
Utilitário	1
Total	2.635

Fonte: Departamento Estadual de Transito - DETRAN /PR

6.2.3.1. TRANSPORTE COLETIVO

Meirelles (2001) entende que “o transporte coletivo urbano e rural, desde que se contenha nos limites territoriais do Município, é de sua exclusiva competência, como serviço público de interesse local, com caráter essencial”.

Não existe transporte coletivo com cobrança de tarifa e deslocamento dentro do território municipal. A municipalidade de Mariluz é responsável pelo transportes de alunos que estudam na zona urbana e residem na zona rural. A garagem dos ônibus está localizada nas dependências do Pátio Municipal, situada na Praça da Liberdade.

Em relação ao transporte local de alunos, o Poder Executivo Municipal dispõe de 05 ônibus Mercedes Benz, 01 ônibus Scania e 06 Kombi. São transportados nesses veículos 307 passageiros diários na área urbana e 593 passageiros diários na área rural.

O Terminal Rodoviário é mantido pela Prefeitura Municipal, encontrando-se em estado de conservação precário, necessitando de reforma geral.

O trajeto realizado pelos ônibus de transporte coletivo intermunicipal inicia-se no trevo da PR 468, onde acessam a malha urbana e trafegam pela Avenida Marília

alcançando a Rodoviária e retornam pelo mesmo trajeto. Não existe conflito de tráfego neste percurso.

O transporte rural tem como trajeto mais utilizado o acesso pela porção sudoeste da malha urbana, seguindo principalmente pela Avenida Galdino de Almeida. (Prancha 37)

Está regulamentado no município 01 ponto de táxi em frente ao terminal rodoviário, com 03 veículos à disposição. Informações do órgão municipal competente relatam que os táxis são licenciados, mas não apresentam padrões que os caracterizem como tais. Em média são transportados 1.000 passageiros/ano.

FIGURA 64: TERMINAL RODOVIÁRIO



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

PRANCHA 37: TRÁFEGO E TRANSPORTES

6.3. ARBORIZAÇÃO URBANA

O plantio e manutenção da arborização urbana de Mariluz estão a cargo do Departamento de Obras, onde existe a falta de equipamentos e treinamento da equipe responsável.

O perímetro urbano de Mariluz não pode ser considerado todo arborizado, concentrando-se árvores esparsas e de estatura média nas ruas e avenidas do núcleo original da cidade. Nesta parte da malha urbana onde os terrenos são maiores, existem árvores nos quintais e na via pública, o que ajuda a manter o micro clima da malha urbana mais ameno. Não ocorrendo este fenômeno nos conjuntos habitacionais, onde a dimensão dos lotes não favorece.

As espécies de árvores encontradas no perímetro urbano são:

- a) Sibipiruna (*Caesalpinia peltophoroides*);
- b) Ligustrum;
- c) Magnólia;
- d) Palmeira;
- e) Ficus (*ficus benjamina*);
- f) Manguba;

Uma prática comum em Mariluz refere-se à construção de muretas ao redor do caule das árvores. Esta ação impede a penetração das águas pluviais, reduzindo assim consideravelmente o aproveitamento, pela planta, das águas que escorrem pelas calçadas, prejudicando a formação e manutenção fisiológica das árvores e afetando o seu desenvolvimento.

A arborização urbana no município encontra-se em idade avançada, acima de trinta anos. As espécies mais utilizadas na arborização das vias públicas de Mariluz é o Ligustro (*Ligustrum lucidum*) e a sibipiruna (*Caesalpinia peltophoroides*).

Não existe uniformidade de espécies nas vias, com o tempo os próprios moradores plantaram novas espécies descaracterizando a arborização original, quando deveriam repor a mesma espécie. Até mesmo no canteiro central da Avenida Galdino de Almeida com palmeiras imperiais, está perdendo a identidade e a beleza em alguns pontos, onde árvores de várias espécies foram intercaladas com as palmeiras existentes. (Prancha 38).

Outras espécies, como a Magnólia, a Palmeira e a Manguba estão presentes na arborização pública. Em algumas ruas foram encontrados o Ficus, que pode ser

considerado uma espécie inadequada para arborização urbana, visto que seu sistema radicular é muito agressivo e danifica as redes de infra-estrutura urbana e as calçadas.

O viveiro municipal é gerenciado pela Prefeitura com o intuito de produzir mudas para os programas de recomposição ciliar. As mudas usadas pelo Poder Público e nas propriedades rurais são provindas no viveiro municipal, localizado na Rua Marajó, S/N. As espécies mais fornecidas aos munícipes são cedro, pau d’alho, ipê roxo, ipê branco, canafistula, guraúcaia, sibipiruna e anjico.

FIGURA 65: VIVEIRO MUNICIPAL



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 66: VIVEIRO MUNICIPAL



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

É necessário um Plano de Arborização Urbana para recuperar e implantar a arborização de Mariluz. Protegendo os pedestres da incidência solar e preservando o conforto térmico na malha urbana.

FIGURA 67: ARBORIZAÇÃO DESCARACTERIZADA NA AVENIDA CRUZEIRO DO OESTE



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 68: ARBORIZAÇÃO COM SIBIPIRUNA



Fonte: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 69: ARBORIZAÇÃO COM MAGNÓLIA



Fonte: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 70: FÍCUS COM MURETA - RUA EPITÁCIO PESSOA



Fonte: Stella Vilela Magalhães, 2009.

PRANCHA 38: ARBORIZAÇÃO URBANA

6.4. ÁREA PÚBLICA DE LAZER

O lazer é uma necessidade biológica do ser humano, só recentemente valorizada por nossa sociedade. O Poder Público Municipal deve se preocupar em oferecer estes serviços à comunidade, através da criação de espaços livres, novos parques e incentivo às competições esportivas (Meirelles, 2001).

Os principais equipamentos públicos de lazer de Mariluz são o Ginásio de Esportes Álvaro Dias, o Estádio Municipal Azarias Diniz, a Quadra de Areia, Campo de Futebol do Bairro da Olaria, Campo de Futebol do Distrito de São Luiz, Campo de Futebol Suíço, Quadra de Esportes da Escola Municipal Manoel Ribas, Quadra de Esporte da Escola Municipal Arnaldo Busato, Quadra de Esportes Augusta Gutierrez Lopes e o Campo de Futebol Colorado.

Conforme o mapa de Áreas Públicas Lazer (Prancha 39), o Ginásio de Esportes Álvaro Dias está localizado na Praça da Liberdade, o Estádio Municipal Azarias Diniz localiza-se na Rua Floriano Peixoto, a Quadra de areia é anexa ao Estádio, na Rua Floriano Peixoto, o Campo de Futebol Suíço localiza-se na Guarda Mirim de Mariluz, a Quadra de Esportes da Escola Municipal Manoel Ribas está localizada na Avenida Coronel Galdino de Almeida, a Quadra de Esportes da Escola Municipal Arnaldo Busato localiza-se na Rua Floriano Peixoto e o Campo de Futebol Colorado esta localizado na Rua Rodrigues Alves.

Ha no município duas praças públicas que também são utilizadas como áreas de lazer, são elas a Praça da Liberdade e a Praça Santo Antonio. Outro espaço utilizado para lazer e convívio social da população é o calçadão da Avenida Marília em frente a Prefeitura Municipal, onde diariamente moradores da terceira idade sentam-se à sombra das sibipirunas na calçada e jogam cartas.

FIGURA 71: ESTÁDIO MUNICIPAL AZARIAS DINIS



Fonte: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 72: CAMPO DE FUTEBOL



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 73: SALÃO COMUNITÁRIO JOSÉ JOAQUIM SANTOS

Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 74: MARILUZ COUNTRY CLUBE

Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

Diante deste quadro, conclui-se que em Mariluz faltam equipamentos de lazer, tais como parques infantis e equipamentos que atendam a população idosa.

PRANCHA 39: ÁREAS PÚBLICAS LAZER

6.5. ENERGIA ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇÕES

6.5.1. ENERGIA ELÉTRICA - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS.

O município de Mariluz é parte constituinte do sistema de sub-transmissão da COPEL, o município é suprido energeticamente através da subestação Mariluz de 13,8 kV, através do Circuito Marília de 13,8 kV. Conforme mapa de Energia Elétrica (Prancha 40), todas as ruas da área urbana são atendidas por rede de energia elétrica.

6.5.2. ILUMINAÇÃO PÚBLICA - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS.

Mariluz conta com iluminação pública em toda malha urbana.

O tipo de lâmpadas utilizado não é homogêneo nem mesmo nas avenidas principais, mas a maior parte da cidade é iluminada com lâmpadas de vapor de mercúrio de 80 w, mesclada com vapor de mercúrio 125 w.)

6.5.3. COMUNICAÇÃO - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS.

Quanto aos canais de televisão, nenhum é transmitido diretamente no município. A maioria dos canais de televisão é sintonizada através de sinal de antena parabólica.

Mariluz não possui jornal local. Os jornais de outros centros que circulam no município são a Folha de Londrina, O Vale do Piquirí e Folha de Goioerê.

Os serviços postais são de responsabilidade da ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com apenas uma agência central localizada na Avenida Marília, seu raio de abrangência não atende a parte norte da malha urbana, acima da avenida Celentina Pereira de Abreu.

O município possui três provedores de internet, a Irrapida, a Visão Net e a Mariluz Net, que funcionam por vias de rádio. Ainda muitos munícipes utilizam a conexão via pulso telefônico da Brasiltelecon. O município possui o sistema de telefonia fixa e telefonia móvel, com disponibilidade deste sistema em Mariluz através das empresas TIM, Vivo, Claro e Brasil Telecom. Quanto ao serviço de telefonia pública, localizam-se no perímetro urbano 20 telefones tipo orelhão, possuindo bom estado de conservação. O mapa de comunicações traz a localização da agência de correios, dos telefones públicos e da operadora de telefonia (Prancha 41).

FIGURA 75: ANTENAS PARABÓLICAS



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 76: ANTENA BRASILTELECOM



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

PRANCHA 40: REDE DE ENERGIA ELÉTRICA

PRANCHA 41: COMUNICAÇÃO

6.6. EQUIPAMENTOS SOCIAIS E SERVIÇOS PÚBLICOS

6.6.1. EDUCAÇÃO – SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS

O Departamento Municipal de Educação está localizado à Avenida Marília, ao lado da Prefeitura Municipal.

De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 208 da Constituição Federal e a Lei 9394/1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o ensino fundamental é obrigatório e gratuito, devendo ser oferecido a toda população brasileira. Assim, o poder público deve promover políticas educacionais que garantam o acesso e a permanência com qualidade a todos os municípios.

A infra-estrutura dos instrumentos públicos disponibilizados para a educação compreende 03 estabelecimentos, oferecendo Ensino Fundamental e Médio, 01 estabelecimento que disponibiliza Ensino Fundamental e Educação Infantil e para Educação Infantil, Mariluz conta com 02 estabelecimentos. A tabela a seguir demonstra os estabelecimentos de Ensino de Mariluz:

TABELA 62: ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE MARILUZ

Estabelecimento de Ensino	Dualidade	Endereço	Ensino	Turnos	Nº Professores	Nº de Alunos
Colégio Estadual José Alfredo de Almeida	Sim	R. Sta Catarina, 585	Fundamental, Médio e Profissional*	Matutino e Vespertino	55	758
Colégio Estadual Dom Bosco	Não	R. Epitácio Pessoa	Fundamental, Médio e EJA	Matutino, Vespertino e Noturno	50	1.065
Escola Municipal Laudelino Rosa de Mello	Sim	R. Sta Catarina, 585	Fundamental e Educ. Infantil	Matutino e Vespertino	17	318
Escola Municipal Manoel Ribas	Não	Av. Manoel Coronel Galdino de Almeida, 504	Educ. Infantil, Centro de Atendimento Especial	Matutino e Vespertino	19	463
Escola Municipal Arnaldo Busato	Não	R. Floriano Peixoto, s/n	Educ. Infantil	Matutino e Vespertino	10	179
Escola Municipal Rural Augusta Gutierrez Lopes	Não	R. Mato Grosso, s/n	Fundamental e Médio	Matutino e Vespertino	06	170

*Formação profissional através de curso Técnico Administrativo, Técnico de Informática e Técnico de Informática Integral.

Fonte: Departamento de Educação de Mariluz, 2009.

Conforme dados da tabela, a Escola Municipal Laudelino Rosa de Mello, utiliza 10 salas de aula do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida. Quanto às condições físicas do prédio que atende as duas escolas, percebe-se a necessidade de reforma geral, pois as paredes apresentam rachaduras, infiltração de água nas calçadas, vazamento de água no forro e a quadra de esportes não possui fechamento.

Os cursos profissionalizantes que são oferecidos no Colégio Estadual José Alfredo de Almeida atualmente tem disponibilizado 2 turmas de Técnico em

Administração (2º e 3º semestre), 1 turma de Técnico em Informática (1º semestre) e 9 turmas de Técnico em Informática Integrado (1º, 2º, 3º e 4º semestre).

O Colégio Estadual Dom Bosco também precisa passar por reformas para reparos em suas instalações.

A situação das instalações da Escola Municipal Manoel Ribas aponta para a necessidade reforma nas salas de aula, telhado, substituição do piso que se encontra bastante danificado, substituição do quadro negro de cada sala, visto o estado de degradação, reparos e até substituição das esquadrias. Além disso, são necessárias obras de ampliação da cozinha, refeitório e do depósito, aquisição de mobiliário como bancos e mesas para o refeitório, construção de mais duas salas de aula e uma sala para auditório, construção de uma biblioteca e telecentro. E visando permitir a acessibilidade universal, os banheiros devem passar por reformas e rampas precisam ser construídas.

Quanto às condições da Escola Municipal Arnaldo Busato, identifica-se a necessita de uma sala para os professores, mais duas salas de aula e um depósito para merenda, além da reforma das salas já existentes com substituição do piso e reparos na cobertura, janelas e quadro negro, banheiros, adequação de rampas e corrimão, biblioteca, instalação de cobertura na quadra, aquisição de jogos de carteiras e cadeiras para as salas de aula.

Assim como as outras escolas, o prédio da Escola Municipal Rural Augusta Gutierrez Lopes precisa ser ampliado através da construção de três salas de aula, uma sala para biblioteca, depósito para merendas e ampliação do refeitório. Reforma das salas de aula existentes com substituição do piso, reparos no telhado, janelas e instalações hidráulicas, construção de cobertura da quadra, reforma dos banheiros com adaptação para acessibilidade universal, além da aquisição de cadeiras, carteiras e quadro negro para as salas de aula.

Em relação ao índice de analfabetismo no município e as taxas de aprovação e abandono escolar, o órgão municipal competente relata que o índice de analfabetismo no município é de 16%, a taxa média de aprovação no ensino fundamental é de 89%, a taxa média de aprovação do ensino médio é de 88%; a taxa média de abandono no ensino fundamental é de 3% e a taxa média de abandono do ensino médio é de 8%.

Existem duas bibliotecas localizadas nas escolas estaduais e as escolas municipais possuem apenas acervos bibliográficos.

FIGURA 77: ESCOLA MUNICIPAL ARNALDO BUSATO



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 78: ESCOLA MUNICIPAL MANOEL RIBAS



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 79: COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ ALFREDO ALMEIDA



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 80: CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL HILMAR RUBENS MIYAKAWA



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 81: CEMIC – CENTRO EDUCAÇÃO DO MENOR INFRATOR



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 82: CENTRO DE SAÚDE JOAQUIM LOPES GUTIERREZ



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

No caso de equipamentos urbanos, é importante verificar não somente a quantidade, mas onde se localizam na cidade. Ao planejar a localização de escolas, por exemplo, o fator distância da casa à instituição percorrida a pé pelas crianças é de extrema importância. Para educação infantil, a distância máxima entre a residência e os estabelecimentos de ensino não deve ultrapassar 400m, as crianças em idade escolar não devem ser obrigadas a caminhar mais de 500m, e os jovens do ensino médio não mais do que 1000m, assim como a travessia de rodovias ou outros tipos de barreiras urbanas, que se tornam perigosas nesse percurso.

Sob esse prisma, verifica-se no mapa de Equipamentos Urbanos I (Prancha 42), que a distribuição dos estabelecimentos de ensino pode ser considerada satisfatória, uma vez que praticamente toda a área urbana está coberta pelos raios de abrangência, com exceção de algumas quadras situadas na área urbana. Está coberta apenas parte da região sul da malha urbana para o CMEI com cerca de 40 quadras, no raio de 400m, excluindo-se todo o restante da malha urbana que necessita de transporte escolar. Para o Ensino Fundamental três raios de abrangência de 500 metros cobrem a malha urbana, deixando de lado pequenas partes a leste e a oeste. Já para o Ensino Médio o raio de abrangência de 1000m não atende a porção Norte da malha urbana acima da Avenida Celentina Pereira de Abreu.

6.6.2. SAÚDE - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS

O perfil da saúde no município reflete o contexto socioeconômico e ambiental no qual está inserida sua população. Concorrem para esse perfil, portanto, não somente os quadros econômicos de distribuição de renda e condições de moradia, mas a abrangência do bem-estar como um todo, a própria estrutura etária caracterizará as doenças e internações de maior incidência no território. Neste capítulo será caracterizada a situação geral da assistência médico-hospitalar e odontológica do município.

Fazem parte da infra-estrutura municipal de saúde a Unidade do Programa Saúde da Família e a Vigilância da Saúde, oferecendo consultas médicas, consultas odontológicas, atendimento ambulatorial, exame de prevenção, Programa Saúde da Família e serviço de fisioterapia. O município conta com um hospital privado.

Segundo informações do Departamento Municipal de Saúde, em 2009 os profissionais que tem atuado na Unidade de Saúde são: 05 enfermeiras, 04 médico, 01 fisioterapeuta, 04 Odontólogos, 01 Psicóloga e 02 Nutricionistas. Contudo, aponta-se a necessidade da contratação de mais profissionais a fim de intensificar os atendimentos prestados no município e melhorar as condições de saúde da população. (Prancha 43)

FIGURA 83: LABORATÓRIO SÃO RAFAEL



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

Os tipos de vacina oferecida pelo Poder Público Municipal são as vacinas BCG, Antipólio, Tetravalente (tétano, difteria, coqueluche e hemophilus influenzae b), Tríplice Viral (sarampo, rubéola e caxumba) e Hepatite B, todas distribuídas pelo Programa Nacional de Imunização. A cobertura vacinal é acima de 100%. Isso ocorre por diversas circunstâncias, as mais frequentes relacionam-se a aplicação de vacinas a crianças que demandam o município, mas residem fora dele (invasão de demanda); imunização de crianças maiores de 1 ano; problemas associados ao dado “número de nascidos vivos” que integra a formula de cálculo do indicador; e a ocorrência de casos de dupla vacinação de crianças. Na tabela abaixo, verifica-se a cobertura vacinal do município e do estado.

TABELA 63: COBERTURA VACINAL DO MUNICÍPIO

COBERTURA VACINAL – 2007	MUNICÍPIO	PARANÁ
BCG	150	98,80
Contra Poliomelite	131,67	98,47
Tetravalente (tétano, difteria, coqueluche e hemophilus influenza)	141,67	98,79
Tríplice Viral (sarampo, rubéola e caxumba)	110,83	99,11
Hepatite B	143,33	96,34

Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS, trabalhado pelo IPARDES

6.6.3. AÇÃO SOCIAL - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS

O Departamento Municipal de Saúde e Ação Social, além das atividades previstas na Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, o Departamento é o órgão municipal competente pela fiscalização, execução da política nacional, estadual e municipal de assistência social e a entidade mantenedora dos convênios com sociedade civil organizada. O principal problema da Secretaria são drogadicios, migrantes, adolescentes, desemprego e a prostituição.

Atualmente em Mariluz existem seis entidades que atuam na promoção social, sendo elas a Congregação das Mães Cristãs de Mariluz, a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância – APMI, o Centro de Estudos do Menor e Integração a Comunidade – CEMIC, o Centro de Convivência do Idoso – CONVIVER, o Serviço de Obras Sociais – SOS e a Guarda Mirim de Mariluz. (Prancha 43)

Dessas entidades, apenas Centro de Estudos do Menor e Integração a Comunidade – CEMIC e a Guarda Mirim de Mariluz são totalmente mantidas por recursos financeiros da prefeitura municipal, visto que são entidades não governamentais e sem fins lucrativos. As demais entidades obtêm recursos de outras fontes, incluindo doações.

A Congregação das Mães de Mariluz é um albergue situado na Rua Rio Grande do Norte, 235, que atende cerca de 20 pessoas por mês, oferecendo pouso e refeição exclusivamente para andarilhos e moradores de rua, com permanências de dois dias. Suas instalações somam 209,00m² de construção que se encontram bastante degradadas com necessidade de reforma geral, construção de novos banheiros e lavanderia.

A Associação de Proteção à Maternidade e a Infância – APMI está localizada na Avenida Marília, 2203 e tem capacidade para atendimento de até 40 gestantes que não possuem condições financeiras para adquirir o enxoval do bebê. A APMI oferece alimentação diária e ensina a gestante a confeccionar as peças do enxoval. Suas instalações encontram-se em bom estado de conservação, contudo há necessidade de mais uma sala, com capacidade para 30 pessoas, além da ampliação da cozinha e construção de um depósito.

O Centro de Estudos do Menor e Integração a Comunidade – CEMIC localiza-se na Avenida Marília, 2534 e atende, em contra turno escolar, crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 16 anos, proporcionando atividades educacionais, culturais e esportivas e servindo café-da-manhã, almoço e café da tarde. O CEMIC possui capacidade para atender 250 crianças e suas instalações encontram-se em bom estado de conservação, embora

necessite de ampliação devido ao aumento da demanda. É necessária a construção de cerca de 200m² de área de lazer, incluindo, quadra esportiva, local para jogos pedagógicos, além de 02 salas de aula com capacidade para 40 alunos cada, ampliação da cozinha, construção de rampas e adaptações nos banheiros permitindo a acessibilidade universal.

No Centro de Convivência do Idoso – CONVIVER, situado na Avenida Coronel Galdino, a principal atividade promovida corresponde a realização semanal de reuniões com atividades de lazer e bailes para a terceira idade. Com capacidade para 200 membros, seu prédio possui 240m² e apresenta bom estado de conservação, apontando apenas necessidade da instalação de 120m² de novo forro e ampliação da área externa com piso com cerca de 200m².

O Serviço de Obras Sociais – SOS atua vinculado ao órgão gestor da Assistência Social, voltado ao atendimento às famílias de baixo poder aquisitivo, fornecendo cestas básicas, reforma de casas em situação precária, entre outros benefícios eventuais.

A Guarda Mirim de Mariluz tem sede localizada na Rua Floriano Peixoto, 790, com capacidade para 120 crianças e adolescentes, em idade entre 12 e 17 anos, disponibilizando em contra turno escolar atividades educacionais como aula de informática, cursos profissionalizantes, atividades esportivas e de lazer. Suas instalações somam 405m² e encontra-se em bom estado de conservação, contudo para atender a demanda há necessidade da construção de 3 salas de aula, com capacidade para 40 alunos cada, ampliação da cozinha existente, reforma do refeitório e reparos no telhado (120m²) e piso (400m²). Para a locomoção em atividades vinculadas a assistência social, faz-se necessária a aquisição de uma Kombi que possa ser utilizada integralmente para as atividades desse setor.

No Centro de Referência de Assistência Social – CRAS são realizadas atividades voltadas à formação de mão-de-obra, tais como curso de cabelereiro, manicure e pedicure, atendendo um total de 350 pessoas por semana.

Também voltado à formação de mão-de-obra no município, através da Agência do Trabalhador em parceria com a Prefeitura Municipal, é disponibilizado curso de costura industrial.

Sobretudo, em todas as entidades de ação social do município, há necessidade de adaptação para acessibilidade universal, e constata-se a carência de novos equipamentos como computadores, impressoras, carteiras, móveis para escritório, geladeira e armários.

Em relação aos recursos humanos há necessidade de contratação e outra equipe técnica composta por uma psicóloga, assistente social e uma pedagoga para o atendimento no CRAS, haja vista que atualmente existe apenas uma única equipe.

Quanto às iniciativas comunitárias, em Mariluz não existem associações de bairros, mas são realizados trabalhos comunitários pelas as igrejas, Pastoral da Criança, e por órgãos não governamentais com Rotary, Associação dos Alcoólatras Anônimos - ARA e outros.

Os projetos aplicados no município voltados ao atendimento social são o Programa Morar Melhor, na área da habitação, o Programa Cidade Luz, destinado ao provimento de iluminação pública e cursos do SENAI oferecidos na Guarda Mirim.

Tem-se como objetivo implantar o Centro de Referência da Juventude, que atenda a 60 jovens na faixa etária de 14 a 17 anos, e acompanhamentos a adolescente em liberdade assistida.

FIGURA 84: DIVISÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 85: ALBERGUE



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 86: GUARDA MIRIM

Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

6.6.4. SEGURANÇA PÚBLICA - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS

FIGURA 87: SEGURANÇA PÚBLICA

Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

6.6.5. ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS

A prática esportiva é necessidade biológica do ser humano, só agora difundida entre nossa sociedade. Os municípios devem se preocupar em oferecer estes serviços à comunidade, através da criação de espaços livres, novos parques e incentivo às competições esportivas.

Sobre os esportes, a entidade mantenedora responsável pela execução de políticas públicas para a área é a prefeitura municipal.

As atividades culturais desenvolvidas no Município de Mariluz podem ser resumidas às festividades do aniversário da cidade, realizado no dia 29 de novembro e nos festejos em homenagem ao padroeiro da cidade, Santo Antônio, realizado dia 13 de junho.

A Secretaria de Esporte e Cultura informa que a Casa da Cultura é mantida pela Prefeitura Municipal e necessita de reforma geral, ampliação, equipamentos e recursos humanos, sala de vídeo, salas de oficinas, vestiários com banheiros adequados, auditório, refeitório para ocasiões de eventos e bebedouros. A mesma possui capacidade para 100 pessoas, mas até o momento não está sendo realizada nenhuma atividade no setor, pois está desativada há vários anos. O espaço físico é utilizado pela comunidade em alguma eventualidade pelos programas de alfabetização PETI, CRAS, saúde, aulas de ginásticas e capoeira.

O Órgão Municipal Competente ressalta que o Departamento Municipal de Educação é vinculado à cultura e que nesse setor não há profissionais e por isso se torna deficiente o atendimento e desenvolvimento de ações exclusivas a cultura, portanto, faz-se necessário um profissional habilitado para dar prosseguimento às atividades adequadas a cultura.

TABELA 64: EQUIPAMENTOS CULTURAIS

	PARANÁ	MARILUZ
Anfiteatro	44	0
Auditório	235	0
Arquivo	22	0
Biblioteca	349	0
Casa da Cultura	112	1
Cinema	72	0
Coreto	23	0
Museu	93	0
Sala de Exposição	45	1
Teatro	49	0
Igreja Capela	169	0
Outros	276	0

Fonte: Anuário Estatístico do Paraná – 2007 e Prefeitura Municipal Mariluz.

6.6.6. IGREJAS E TEMPLOS

No município de Mariluz, a maior parte da população é de religião católica, mas observa-se que além da Igreja Católica Matriz, denominada Paróquia Santo Antonio, localizada na Praça Santo Antonio, existem mais 17 templos na área urbana. A Igreja Adventista do Sétimo Dia, na Rua João Maria Domingues Caetano; as igrejas Só o Senhor é Deus, Presbiteriana Renovada e o Salão das Testemunhas de Jeová, na

Avenida Coronel Galdino de Almeida; as igrejas Congregação Cristã do Brasil, Assembléia de Deus e o Centro Espírita Alan Kardec localizadas na Rua Presidente Epitácio Pessoa; a Igreja Universal do Reino de Deus, na Rua Marcelino Medeiros; a Igreja Pentecostal o Poder de Deus, na Rua Castelo Branco; a Igreja Pentecostal Jesus é a Luz do Mundo, na Rua Presidente Roosevelt; a Igreja Pentecostal Caminho e Luz, na Rua Padre João Felipe; a Igreja Congregação Batista, na Rua Rio grande do Norte; as igrejas Presbiteriana Independente e Evangelho Quadrangular, na Rua Floriano Peixoto; e as igrejas Deus é Amor e Evangélica Pentecostal Anunciando a Paz, conforme demonstra o mapa de Equipamentos Urbanos III (Prancha 44).

FIGURA 88: IGREJA MATRIZ



Foto Prefeitura Municipal, 2010.

FIGURA 89: IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 90: IGREJA CONGREGAÇÃO BATISTA



Foto Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 91: IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS



Foto Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 92: IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA



Foto Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 93: IGREJA CONGREGAÇÃO CRISTÃ DO BRASIL



Foto Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 94: IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS



Foto Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 95: IGREJA JESUS LUZ DO MUNDO



Foto Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 96: IGREJA PENTECOSTAL DEUS É AMOR

Foto Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 97: IGREJA EVANGELHO PENTECOSTAL DO PODER DE DEUS

Foto Stella Vilela Magalhães, 2009.

6.6.7. CEMITÉRIO E SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Cabe à Municipalidade a parte administrativa dos cemitérios e os serviços funerários propriamente ditos. No município de Mariluz existe apenas um cemitério. Em relação ao serviço funerário, também existe apenas uma funerária.

O Cemitério Municipal São João Batista está situado na área urbana ao longo da Rua Castelo Branco. (Prancha 44)

O Poder Público Municipal não tem controle da capacidade total e da disponibilidade de vagas do Cemitério. O setor responsável pelo serviço público estima que o Cemitério esteja praticamente lotado. A previsão para os próximos 10 anos é a utilização de lotes vazios em seu entorno.

Quanto à estrutura de funcionamento do Cemitério, não existe um sistema de coleta dos resíduos advindos da decomposição dos corpos, estes resíduos são despejados no solo. A prefeitura não possui um controle e nem legislação específica para o setor e somente agora, através da RESOLUÇÃO 335 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, a atividade está sendo examinada. Além disso, não existe relatório do IAP sobre o Cemitério Municipal.

FIGURA 98: FUNERÁRIA MOREIRA SALES



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 99: CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA - ENTRADA



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 100: CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

FIGURA 101: CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA – ÁREA DE EXPANSÃO



Foto: Stella Vilela Magalhães, 2009.

PRANCHA 42: EQUIPAMENTOS URBANOS I – EDUCAÇÃO

PRANCHA 43: EQUIPAMENTOS URBANOS II – SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

PRANCHA 44: EQUIPAMENTOS URBANOS III – IGREJAS E CEMITÉRIO

PRANCHA 45: EQUIPAMENTOS URBANOS IV – PRÉDIOS PÚBLICOS

7. ASPECTOS INSTITUCIONAIS DO MUNICÍPIO DE MARILUZ

A Constituição Federal de 1988 conceitua que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. A legislação federal caracteriza o Município como pessoa jurídica de direito público interno e como entidade federativa de 3º grau. O Município brasileiro atualmente tem uma das mais avançadas legislações do mundo e maior grau de liberdade e autonomia institucional que em épocas passadas. São características do município brasileiro:

a) Autonomia política, consagrando o poder de auto-organização (composição de seu governo e legislação local);

b) Autonomia administrativa, consagrando a administração própria para criar, manter e prestar os serviços de interesse local;

c) Autonomia financeira, dispondo liberdade da decretação de tributos e aplicação das rendas municipais.

O prefeito, o vice-prefeito e os vereadores são os responsáveis pelo governo municipal, cabendo ao prefeito e vice-prefeito a função executiva e aos vereadores a função legislativa. A Prefeitura é o órgão pelo qual se manifesta o Poder Executivo e a Câmara dos Vereadores é o órgão pelo qual se manifesta o Poder Legislativo. O Prédio da Prefeitura Municipal localiza-se na Avenida Marília. E a Câmara Municipal também está localizada na Avenida Marília, conforme mapa de Equipamentos Urbanos VI (Prancha 45).

FIGURA 102: PREFEITURA MUNICIPAL



Foto: Prefeitura Municipal, 2010.

FIGURA 103: CÂMARA MUNICIPAL

Foto: Prefeitura Municipal, 2010.

**FIGURA 104: PREFEITO MUNICIPAL – GESTÃO 2009-2012
PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES**

Foto: Prefeitura Municipal, 2010.

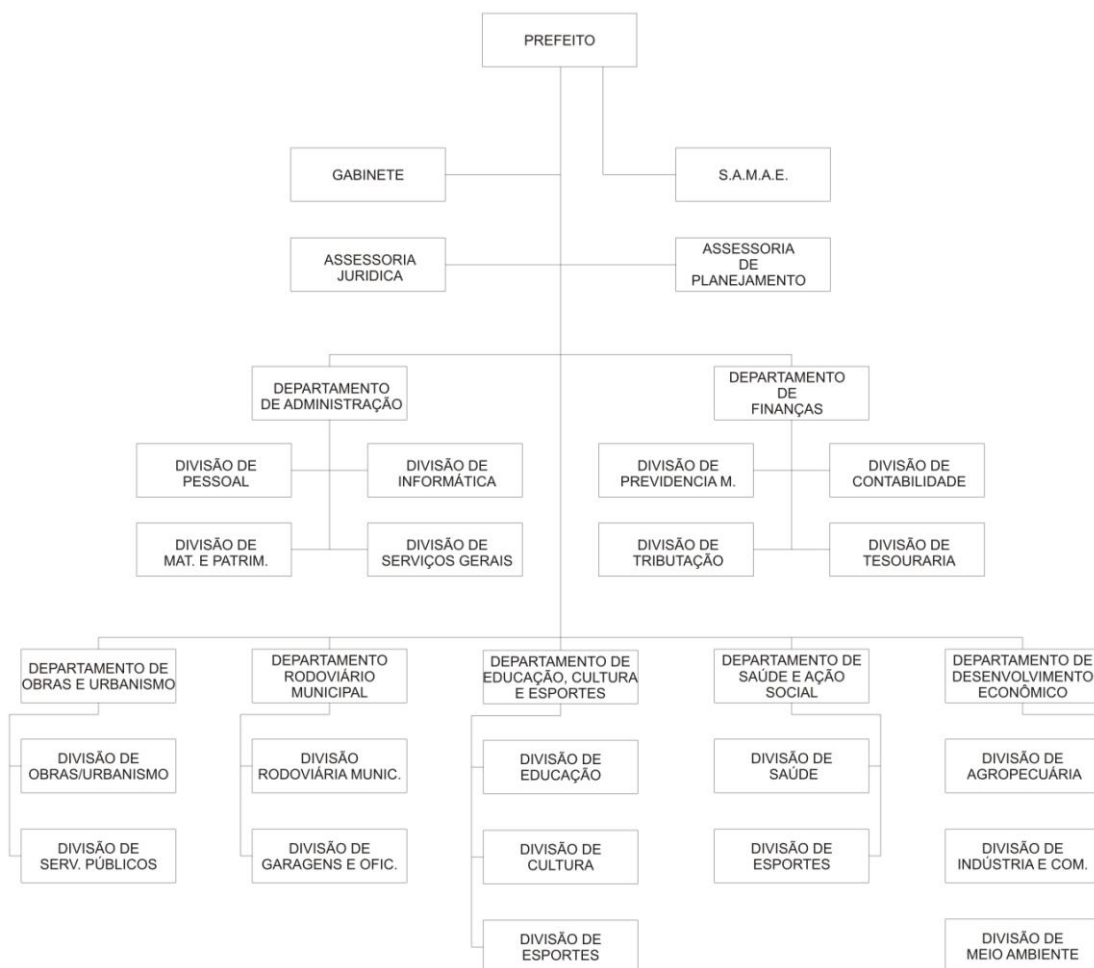
7.1. PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

O Prefeito é o chefe do Executivo Municipal, com competência e atribuições governamentais e administrativas. O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito Municipal, com o auxílio dos secretários municipais, coordenadores ou secretários equivalentes. As atribuições e responsabilidades do Prefeito, como toda organização estão regidas na Lei Orgânica Municipal. O Prefeito Municipal de Mariluz na gestão 2009-2012 chama-se Paulo Armando da Silva Alves.

A Lei 1.130/94 dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município. Os secretários, assessores e diretores serão escolhidos dentre brasileiros maiores de 21

anos, residentes no município de Mariluz. Atualmente a municipalidade tem os seguintes Departamentos, conforme demonstra o Organograma a seguir:

FIGURA 105: ORGANOGRAMA DA PREFEITURA MUNICIPAL – LEI 1.130/94



Fonte: Prefeitura Municipal de Mariluz, 2009.

A administração municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria. Necessita também dispor e executar os serviços públicos municipais. Como decorrência natural, existe a necessidade do elemento humano para executá-lo, segundo as normas da administração e as necessidades dos administrados (MEIRELLES, 2001).

Este elemento humano são os servidores municipais, subordinados a legislação municipal. No caso de Mariluz, a Lei Orgânica Municipal prevê para seus servidores o regime jurídico estatutário, no concernente aos ocupantes de cargos de provimento em concurso público e ao regime especial, os agentes políticos designados para, mediante provimento em comissão, ocupar o cargo de Diretor Municipal e outros que a este sejam

equiparados. Na forma da lei este material humano é integrado pelos servidores públicos municipal, caracterizado na seguinte tabela.

TABELA 65: COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Total e funcionários ativos da administração direta	369
Total de funcionários ativos da administração direta – Estatutários	307
Total de funcionários ativos da administração direta – CLT	36
Total de funcionários ativos da administração direta - Somente comissionados	14
Total de funcionários ativos da administração direta – Sem vínculo permanente	12

Fonte: IBGE. Pesquisas de Informações Básicas Municipais – Gestão Pública 2008.

Em relação à escolaridade dos servidores municipais em 2008, se observam que havia 123 servidores com ensino superior completo, 111 servidores possuidores de ensino médio completo, 134 servidores possuidores de ensino fundamental completo e 1 servidor sem instrução.

Outra informação pertinente aos cadastros imobiliários, o Município conta com o registro público dos bens imóveis e o registro de bens privados. Este dispositivo é utilizado na atuação fiscal dos governos municipais, como instrumento fundamental para a instituição de tributos próprios, como o IPTU e o ITBI, e para as alternativas complementares para a geração de receita e/ou ordenamento urbano, como solo criado, IPTU progressivo no tempo e cobrança de preço público pelo uso do espaço público por redes de infraestrutura urbana. A tabela abaixo verifica a existência deste instrumento em Mariluz.

TABELA 66: CADASTRO IMOBILIÁRIO

Cadastro imobiliário – existência	Sim
Cadastro imobiliário informatizado – existência	Sim
O município cobra IPTU	Sim
Ano da lei	1975
Número da lei	591
Planta Genérica de Valores – existência	Sim
Planta Genérica de Valores informatizada – existência	Sim

Fonte: IBGE. Pesquisas de Informações Básicas Municipais – Gestão Pública 2005.

Compete ao Município, no exercício de sua autonomia, legislar sobre tudo quanto respeite ao interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções e garantir o bem-estar de seus habitantes, cabendo-lhe a atribuição do Planejamento Municipal.

A Lei Orgânica Municipal enumera os seguintes instrumentos municipais de planejamento:

- a) Plano Diretor Municipal;
- b) Plano Plurianual;
- c) Lei de Diretrizes Orçamentárias;

d) Orçamento Anual.

Mariluz confecciona os Planos Plurianuais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal e os planos, programas e projetos setoriais e de acordo com o princípio constitucional da gestão democrática da cidade, promovendo conferências e congressos municipais de saúde, educação, assistência social e agricultura. A tabela abaixo retirada do IBGE trata sobre a Gestão Pública dos municípios brasileiros de 2005, variável instrumentos de planejamento municipal.

TABELA 67: INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Ano da Lei orgânica do município	2003
Lei de parcelamento do solo – existência	Sim
Lei de zoneamento ou equivalente – existência	Sim
Código de obras – existência	Sim

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2005.

O Estatuto da Cidade regulamenta em seu artigo 4º os seguintes instrumentos municipais:

- a) Plano Diretor;
- b) Disciplina de Parcelamento, do Uso e da Ocupação do Solo;
- c) Zoneamento Ambiental;
- d) Plano plurianual;
- e) Diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
- f) Gestão orçamentária participativa;
- g) Planos, programas e projetos setoriais;
- h) Planos de desenvolvimento econômico e social.

A gestão democrática da cidade é a participação efetiva da sociedade nos processos de planejamento e gestão da cidade, na formulação, execução e monitoramento de planos, programas e projetos do território municipal.

TABELA 68: INSTRUMENTO DE POLITICA URBANA

Existência de lei específica de Solo criado	Sim
Existência de lei específica de Contribuição de melhoria	Sim
Existência de lei específica de Operação urbana consorciada	Não
Existência de lei específica de Estudo de impacto de vizinhança	Não
Está havendo debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual - PPA, da lei de diretrizes orçamentárias - LDO e do orçamento anual - LOA	Não
O município utiliza os instrumentos de política urbana previsto no Estatuto das Cidades – Plano Diretor	Não

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2005.

A Agenda 21 também é um poderoso instrumento de planejamento. Ela procura estabelecer equilíbrio negociado entre os objetivos e as estratégias das políticas ambientais e de desenvolvimento econômico e social. O Plano Plurianual 2004-2007 do

Governo Federal instituiu a Agenda 21 como princípio na elaboração de todos os seus programas e institucionalizou o tema no Ministério do Meio Ambiente (MMA). O Poder Público Municipal deve incentivar a comunidade a refletir sobre a agenda 21, pois a mesma é um processo participativo de planejamento e propõe a implementação e monitoramento de ações ambientalmente, socialmente e economicamente sustentáveis.

A Agenda 21 atua nas questões sócio-ambientais no campo, como por exemplo, o uso do solo, a agricultura, a pecuária, a exploração de recursos naturais, infra-estrutura, conservação de áreas protegidas e recuperação de áreas degradadas. Dentro das cidades, a Agenda 21 atua no campo do planejamento urbano, na qualidade e extensão da infra-estrutura e de serviços públicos, saúde, educação, transporte, qualidade ambiental, ocupação do solo urbano e proteção em ambientes naturais.

A tabela abaixo retirada do IBGE trata sobre a Gestão Ambiental dos municípios brasileiros de 2005, variável implementação da Agenda 21 Local.

TABELA 69: SITUAÇÃO DA AGENDA 21 LOCAL NO MUNICÍPIO DE MARILUZ

Agenda 21	
Foi iniciada no município a elaboração da Agenda 21 local	Não
Foi Instalado o Fórum da Agenda 21 Local	Não se aplica

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2002.

TABELA 70: CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS MUNICIPAIS

CONSÓRCIOS EXISTENTES
Consórcio Municipal de Saúde – CISA
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
Casa Lar São Francisco – Atendimento ao menor (Cruzeiro do Oeste)

Fonte: Prefeitura Municipal de Mariluz, 2009.

7.1.1. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

A Constituição Federal enaltece que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. Os Conselhos Municipais, tanto deliberativos como consultivos devem cumprir o mandamento constitucional da participação popular. Os Conselhos Municipais estão descritos na tabela abaixo.

TABELA 71: RELAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS DE MARILUZ

CONSELHO	CARÁTER
	Deliberativo e/ou Consultivo
Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS	Deliberativo
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA	Deliberativo
Conselho Municipal da Saúde – CMS	Deliberativo
Conselho Municipal da Educação – CME	Deliberativo
COMFEA	Deliberativo

Fonte: Prefeitura Municipal de Mariluz, 2009.

A seguir, no item 7.3, faz-se uma descrição das leis que compõem a Legislação Urbana Básica que estão em vigor no município.

7.2. PODER LEGISLATIVO DE MARILUZ

A Câmara Municipal de Mariluz é composta de 09 vereadores – agentes políticos escolhidos pelo voto secreto e direto, em eleição realizada simultaneamente em todo o país – e tem funções legislativas e fiscalizadoras conforme o artigo 29 XI, da constituição Federal. Como poder independente, a Câmara Municipal não está subordinada ao Prefeito, assim como este não se subordina administrativamente à Câmara. Duas são as funções primordiais da Câmara Municipal. A primeira é legislativa, ou seja, votar as leis relacionadas com a competência do Município. A segunda função importante está em fiscalizar a condição financeira do Município, mediante controle externo exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados.

O artigo 15 da Lei Orgânica Municipal diz “A Câmara Municipal é composta de Vereadores eleitos pelo sistema proporcional como representantes do povo, com mandato de quatro anos”.

**TABELA 72: RELAÇÃO DOS VEREADORES ELEITOS DE MARILUZ PARA A GESTÃO
2009-2012**

NOME	COLIGAÇÃO
Joel Magalhães dos Santos	PV/ PSC
Marcos Venâncio da Cunha	PSDB/ PMN/ PR
Aparecido Pereira da Silva	PSDB/ PMN/ PR
Benedito Oscar dos Santos	PMDB/ PDT/ PTB
José Roberto de Souza	PSDB/ PMN/ PR
José Braz Brillhante	PMDB/ PDT/ PTB
João Carlos do Prado	PV/ PSC
Pedro Rodrigues de Almeida	PV/ PSC
Milton Onaca	PMDB/ PDT/ PTB

Fonte: TRE – PR, 2009.

7.3. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

A autonomia política do município compreende o poder de legislar sobre sua auto-organização. O artigo 30, I, II, III, IV, VIII e IX da Constituição Federal de 1988 regulamenta sobre o assunto:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Denomina-se agora a Lei Orgânica Municipal, a Lei que estrutura a Administração Direta, Plano Plurianual 2006-2009, Lei de Diretrizes Orçamentária para 2006, Lei Orçamentária Anual para 2006, Código Tributário Municipal, e Lei de Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras e Posturas.

7.3.1. LEI ORGÂNICA MUNICIPAL – CAPÍTULO DA POLÍTICA URBANA

A Lei elaborada em 2002, corresponde à Constituição do Município. Sua finalidade é organizar fundamentalmente o município, em consonância com os princípios e preceitos estabelecidos pela Constituição do Estado do Paraná, visando assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, no âmbito da comunidade.

A Lei Orgânica Municipal (LOM) trata sobre o tema política urbana no artigo 126. Este artigo diz que “a política urbana, executada pelo Poder Executivo em conformidade com as diretrizes gerais fixadas em lei, terá por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”.

7.3.2. PLANO PLURIANUAL – LEI 1.356/95

Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Mariluz para o quadriênio de 2006 a 2009. Meirelles (2001, pg. 248) diz que “a lei do plano plurianual deve estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes e metas da Administração Municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas de duração continuada”.

O Plano Plurianual de Governo foi elaborado observando as seguintes diretrizes para ação do Governo Municipal:

- ofertar ensino fundamental de qualidade para todos;
- oferecer a todos o acesso a pré-escola e a programas de ensino, saúde e assistência social;
- incentivar projetos de cultura e esportes, agregados aos programas de ensino, saúde e assistência social;
- oferta a todos os munícipes, serviços de saúde de boa qualidade;
- intensificar as relações com os municípios vizinhos, a fim de se dar solução conjunta a problemas comuns;

- assegurar a prestação de serviços de proteção à população mais sujeita a exclusão social;
- criar programas de habitação;
- incentivar o comércio e prestação de serviços;
- fomento a indústria;
- apoio a agricultura;
- implementar nos municípios projetos de melhoria da infra-estrutura urbana;
- melhoria da infra-estrutura rural;
- ofertar serviços públicos de qualidade à população;
- integrar os programas municipais com os do Estado e os do governo Federal.

7.3.3. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2009 do Município de Mariluz e dá outras providências. Meirelles (2001, pg. 249) diz que “a LDO deve estabelecer as metas e prioridades da Administração Municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente, orientar a elaboração da lei orçamentária anual (LOA) e dispor sobre alterações na legislação tributária local”. Deve ser aprovada até o final do primeiro semestre de cada ano.

7.3.4. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

Estima a Receita e fixa as despesas do município de Mariluz. O grande mestre Meirelles (2001, p.252) reza que a “lei orçamentária anual - LOA deve compreender o orçamento fiscal referente aos Poderes Municipais, aos seus Fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, entre outras”.

7.3.5. LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

No ano de 1994 o município de Mariluz elaborou o PLUOS – Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano, e nele foram elaboradas as leis que compõem a legislação urbanística básica que atualmente vigora no município, composta pelas seguintes leis:

1. Lei do Perímetro Urbano;
2. Lei de Uso e Ocupação de Solo;
3. Lei do Sistema Viário;
4. Código de Posturas;
5. Código de Obras, e;

6. Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

7.3.6. PERÍMETRO URBANO – LEI 1.157/95

Esta Lei dispõe sobre área considerada urbana no município de Mariluz.

7.3.7. ZONEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO- LEI 1.158/95

A lei dispõe sobre o uso e ocupação do solo na área urbana da sede do município, ficando a mesma classificadas em:

- ZR 1 – Zona Residencial 1;
- ZR 2 – Zona Residencial 2;
- ZR 3 – Zona Residencial 3;
- ZC 1 – Zona Comercial 1;
- ZC 2 – Zona Comercial 2;
- ZI 1 – Zona Industrial 1;
- ZEPA – Zona Especial de Preservação Ambiental;

7.3.8. LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO – LEI 1.164/95

Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos no município de Mariluz, determinando parâmetros para loteamentos urbanos, prevendo a dimensão do lote mínimo em cada zona urbana, conforme tabela a seguir:

TABELA 73: DIMENSÃO MÍNIMA PARA LOTES URBANOS

Zona	Área Mínima (m ²)	Testada Mínima (m)
Zona Residencial 1	360	12
Zona Residencial 2	250	10
Zona Residencial 3	360	12
Zona Comercial 1	360	10
Zona Comercial 2	360	12
Zona Industrial 1	1.000	20
Zona Especial de Preservação Ambiental	Proibido parcelar	

Fonte: Lei de Parcelamento do Solo do Município de Mariluz, 1995.

Outra determinação contida na Lei de Parcelamento do Solo refere-se a exigência para a aprovação de loteamento de uma porcentagem mínima de 35% da área a lotear deixada para áreas verdes, institucionais e de circulação.

7.3.9. LEI DO SISTEMA VIÁRIO – LEI 1.162/95

Dispõe sobre a hierarquia viária e as diretrizes de arruamento para implantação do sistema viário básico, constante no plano de uso e ocupação de solo urbano “PLUOS” de Mariluz. Estrutura o sistema viário a partir da classificação de vias Marginal, Estrutural, Coletora e Local.

7.3.10. CÓDIGO DE OBRAS – LEI 1.165/95

O Código de Obras contém normas orientativas para elaboração de projetos e a execução de edificações no município, a fim de assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto das edificações de interesse para a comunidade.

7.3.11. CÓDIGO DE POSTURAS – LEI 1.163/95

O Código de Posturas contém medidas de política administrativa a cargo do município, em matéria de segurança e ordem pública, bem-estar público, localização e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, instituindo as necessárias relações entre o Poder Público local e os municípios.

7.4. DESEMPENHO FISCAL DO MUNICÍPIO DE MARILUZ

7.4.1. INDICADORES DE RECEITA

Os indicadores de receita permitem aferir o grau de autonomia e de estabilidade das diversas fontes de recursos do município de Mariluz e da liberdade na sua utilização. A tabela abaixo aponta as Receitas do Município de Mariluz em 2008, segundo as categorias:

TABELA 74: RECEITA MUNICIPAIS SEGUNDO AS CATEGORIAS - 2008

CATEGORIAS	VALOR (R\$ 1,00)
Receitas Correntes	14.400.642,91
Receitas de Capital	806.308,00
Deduções de Receita Corrente - FUNDEB	1.589.474,52
Receitas correntes intra-orçamentária	479.715,83
TOTAL*	14.097.192,22

NOTA: Total das Receitas Municipais corresponde à soma das Receitas Correntes e de Capital, menos as deduções.

Fonte: Caderno Estatístico Municipal – IPARDES, 2009.

As Receitas Correntes que obtiveram o montante de R\$14.400.642,91, tem 85,96% do seu valor proveniente de Receitas de Transferência Correntes e 4,18% decorrentes da Receita de Contribuições, conforme demonstra a tabela abaixo:

TABELA 75: RECEITAS CORRENTES MUNICIPAIS SEGUNDO AS CATEGORIAS - 2008

CATEGORIAS	VALOR (R\$ 1,00)
Receita Agropecuária	432,00
Receita de Contribuições	602.564,68
Receita de Serviços	530.523,50
Receita Patrimonial	77.890,43
Receita Tributária	579.495,48
Receita de Transferências Correntes	12.379.474,34
Outras Receitas Correntes	230.262,48
TOTAL	14.400.642,91

Fonte: Caderno Estatístico Municipal – IPARDES, 2009.

Esses dados revelam o grau de dependência financeira de Mariluz em relação aos repasses do Estado e da União, característica bastante freqüente de municípios de pequeno porte.

As Receitas Tributárias, ou seja, as receitas resultantes da arrecadação municipal própria, através de tributos administrados diretamente pelo município e sobre os quais ele pode legislar (IPTU, ISS, ITBI e taxas), segue o valor de 4,02% do total geral das Receitas Correntes, enquanto o principal componente das receitas municipais. Em relação a sua composição, a tabela a seguir expõe as categorias constituintes das Receitas Tributárias de Mariluz:

TABELA 76: RECEITAS TRIBUTÁRIAS MUNICIPAIS SEGUNDO AS CATEGORIAS - 2008

CATEGORIAS	VALOR (R\$)
Impostos – Total	445.585,68
Imposto predial e territorial urbano (IPTU)	105.192,73
Imposto de Renda retido na fonte (IRRF)	165.296,31
Imposto sobre transmissão de bens imóveis (ITBI)	80.237,31
Imposto sobre serviços (ISS)	94.859,33
Taxas – Total	104.816,75
Pelo exercício do poder de polícia	17.607,58
Pela prestação de serviços	87.209,17
Contribuição de Melhoria	29.093,05
TOTAL	579.495,48

Fonte: Caderno Estatístico Municipal – IPARDES, 2009.

Dos impostos, o Imposto de Renda retido na fonte (IRRF), seguido pelo Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) foram os que mais contribuíram para o total das Receitas Tributárias. Em contra partida, o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) correspondeu a apenas 18% dos impostos arrecadados em 2008.

7.4.2. INDICADORES DE DESPESA

Os indicadores de despesas demonstram a estrutura de utilização de recursos por grupo de despesa e por funções de governo. Os dados demonstram predomínio das despesas correntes e, dentre essas, as despesas com pessoas são as mais significativas. As tabelas a seguir apresentam a composição das despesas do município em 2008:

TABELA 77: DESPESAS MUNICIPAIS SEGUNDO AS CATEGORIAS - 2008

CATEGORIAS	VALOR (R\$)
Despesas Correntes	11.834.362,66
Despesas de Capital	1.663.993,25
TOTAL	13.498.355,91

Fonte: Caderno Estatístico Municipal – IPARDES, 2009.

TABELA 78: DESPESAS CORRENTES MUNICIPAIS SEGUNDO AS CATEGORIAS - 2008

CATEGORIAS	VALOR (R\$)
Pessoal e encargos sociais	5.856.254,38
Juros e encargos da dívida	63.934,78
Outras despesas correntes	5.914.173,50
TOTAL	11.834.362,66

Fonte: Caderno Estatístico Municipal – IPARDES, 2009.

TABELA 79: DESPESAS DE CAPITAL MUNICIPAIS SEGUNDO AS CATEGORIAS - 2008

CATEGORIAS	VALOR (R\$)
Investimentos	944.096,80
Amortização da dívida	719.896,45
TOTAL	1.663.993,25

Fonte: Caderno Estatístico Municipal – IPARDES, 2009.

Em relação aos gastos referentes à educação e saúde, denominados gastos sociais, verifica-se que Mariluz destinou 19,81% da receita total para a saúde e 27,46% para a educação, transformando os gastos sociais em prioridade dos gastos no município, conforme desdobro apresentado na tabela a seguir:

TABELA 80: DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO – 2008

FUNÇÃO	VALOR (R\$)
Legislativa	409.911,89
Judiciária	79.219,31
Administração	2.026.390,46
Assistência Social	573.213,29
Previdência Social	722.936,00
Saúde	2.674.532,95
Educação	3.707.703,29
Cultura	28.475,71
Urbanismo	825.652,50
Saneamento	796.462,55
Gestão Ambiental	1.354,30
Agricultura	122.649,46
Indústria	44.611,92
Transporte	620.680,33
Desporto e lazer	163.732,02
Encargos Especiais	700.829,93
TOTAL	13.498.355,91

NOTA: Despesas Municipais por Função correspondem ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas na esfera municipal, para a consecução dos objetivos de governo.

Fonte: Caderno Estatístico Municipal – IPARDES, 2009.